



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**TODO COMUNISTA TEM DE IR AONDE O POVO ESTÁ. AS
EXPERIÊNCIAS DE INSERÇÃO POLÍTICA DA ALA VERMELHA
NA BAIXADA FLUMINENSE (RJ) NA DÉCADA DE 1970**

ADRIANA MARIA RIBEIRO

Sob a Orientação do Professor
Jean Rodrigues Sales

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Mestrado em História, Área de Concentração em Estado e Relações de Poder.

Seropédica, RJ
Setembro de 2013

324.281075

R484t

T

Ribeiro, Adriana Maria, 1974-

Todo comunista tem de ir aonde o povo está. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970/Adriana Maria Ribeiro. - 2013. xii, 154 f. : il.

Orientador: Jean Rodrigues Sales. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Mestrado em História, 2013.

Bibliografia: f. 145-152.

1. Comunismo - Baixada Fluminense (RJ) - História - Teses.
2. Trabalhadores - Baixada Fluminense (RJ) - Atividades políticas - História - Teses.
3. Partidos de esquerda - Brasil - Teses. I. Sales, Jean Rodrigues, 1972-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Mestrado em História. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO
DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

ADRIANA MARIA RIBEIRO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Mestrado em História, área de concentração em Estado e Relações de Poder.

Dissertação aprovada em 16 de setembro de 2013.

Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales - Orientador
UFRRJ

Prof^ª. Dr^ª. Marieta de Moraes Ferreira
UFRJ

Prof. Dr. Luís Edmundo de Souza Moraes
UFRRJ

Seropédica (RJ)
Setembro de 2013

À Maria do Carmo e à Sandra Volú, por me ensinarem a estranha mania de ter fé na vida.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são todos de cor. Ao professor Jean Rodrigues Sales, agradeço por *seguir à risca* o sentido da palavra *orientação*, por seu elevado nível de exigência acadêmica e seu engajamento intelectual à minha pesquisa. À professora Marieta de Moraes Ferreira, por me ensinar as delicadas relações entre a história oral e a memória, e por participar das Bancas de Qualificação e de Defesa da minha dissertação. Ao professor Luís Edmundo de Souza Moraes, membro da Banca, pela leitura criteriosa do meu texto e pelas sugestões de interpretação sobre as práticas políticas presentes em minha pesquisa.

Aos professores Alexandre Fortes e Paulo Fontes, deixo os meus agradecimentos pelos calorosos debates a respeito da política e dos trabalhadores na América Latina no século XX, que me renderam importantes reflexões, hipóteses e interpretações.

A Adriano de Freixo, Álvaro Senra e Flávio Anísio Andrade, sou grata por me apresentarem o *Jornal da Baixada*, facilitarem meu acesso aos primeiros exemplares e inspirarem minha primeira hipótese em torno do noticiário, quando eu ainda pensava se tratar de um jornal operário.

A João Pedro de Souza Neto, agradeço pela generosidade em ceder a coleção completa do jornal e por sua indiscutível disposição em colaborar com a minha pesquisa. A Ewerson Claudio, expressei os meus agradecimentos por guardar tão cuidadosamente a coleção particular de João durante décadas, como se pressentisse que um dia ela seria usada como fonte de pesquisa sobre episódios da recente história política da Baixada.

Àqueles que me concederam entrevistas: Alceu, Felipe, Luís, Caco, Elio, Álvaro, Neiva, Washington, Walter, José, Werneck, padre Bruno, seu Isaías, João Leal e as corajosas Fátima, Vilma, Warley, Rosane, dona Célia, dona Iracema e irmã Rosa. Sem a colaboração de vocês este trabalho não teria os mesmos contornos.

Aos funcionários do Aperj, sempre solícitos às demandas dos pesquisadores e pacientes com as minhas necessidades de pesquisa.

A Rita de Cássia Ribeiro, Ariane de Carvalho, Natalia Coelho, Vinicius Fernandes, Elias Silva, Ramofly Bicalho, Abner Sótenos e Felipe Ribeiro, agradeço pelo afeto e pela solidariedade que nos aproximam. À Ritinha, cabe também a gratidão por me auxiliar na digitalização das fontes no Aperj, e a Felipe pelas inúmeras e proveitosas reflexões em torno das ações de resistência dos trabalhadores e das atuações de esquerda na Baixada Fluminense.

Sou grata pelo companheirismo e o carinho das amigas Sheila Bento, Regina Gonçalves, Sonia Sabatini, Vânia Silva, Manoela Pedrosa, Olívia dos Anjos e Claudia dos

Anjos, mulheres de personalidades ímpares que em comum guardam uma imensa generosidade em seus corações. À Vilma e à Vânia Oliveira pela amizade, caridade e acolhimento. À dona Lili Peixoto, ouvinte atenciosa, por ter transformado sua casa no *spa*, onde eu me refugiava nos momentos de exaustão.

Agradeço também à minha prima Lena pelas horas que passou sentada nos bancos da estação do metrô Flamengo esperando por mim para fazermos juntas o longo caminho entre a zona sul carioca e a Baixada, colocando seu ouvido à disposição para eu desfiar histórias sobre a ditadura. À Claudia Nunes, Mônica Duarte e Alexandre Monteiro que, por honrarem o ofício da Medicina, são capazes de me ajudar a conviver com os inexoráveis desafios da vida.

RESUMO

RIBEIRO, Adriana Maria. **Todo comunista tem de ir aonde o povo está. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970.** 2013. 154p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

Este trabalho tem como objetivo analisar as experiências em torno da tática de inserção política do Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha entre os trabalhadores e os movimentos sociais de base, implementadas durante a década de 1970. A pesquisa concentrou-se nas práticas vividas pelos militantes inseridos nos municípios da Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, no decorrer da segunda metade daquela década. A tática de inserção é interpretada como um importante desdobramento do processo de autocrítica vivenciado pela organização a partir do final dos anos 1960. Com a autocrítica, a Ala Vermelha distanciou-se da tática de luta armada, voltando-se para alternativas políticas pautadas na aproximação com o cotidiano dos trabalhadores.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha, nova esquerda brasileira, Baixada Fluminense.

ABSTRACT

RIBEIRO, Adriana Maria. **Every communist must go where the people are. The experiences of political insertion Ala Vermelha in the Baixada Fluminense (RJ) in the 1970s.** 2013. 154p. Dissertation (Masters in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

This paper aims to analyze the experiences around the tactical insertion policy of the Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha among the workers and so-called grassroots social movements, implemented during the 1970s. The research focused on the practices experienced by militants entered the municipalities of the Baixada Fluminense, the metropolitan area of Rio de Janeiro, during the second half of that decade. The tactical insertion is interpreted as an important development of the process of self-criticism experienced by the organization from the late 1960s. With self-criticism, the Ala Vermelha distanced himself from tactic of armed struggle, turning to alternative policies centered on the approach to the daily lives of workers.

Keywords: Communist Party of Brazil-Red Wing, new brazilian left, Baixada Fluminense.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB: Aliança Anticomunista Brasileira

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

ABM: Associação de Bairros de Meriti

ALN: Ação Libertadora Nacional

AP: Ação Popular

AP-ML: Ação Popular-Marxista Leninista

AV: Ala Vermelha

CC: Comitê Central

COLINA: Comando de Libertação Nacional

DI-GB: Dissidência do PCB da Guanabara

DI-RJ: Dissidência do PCB do Rio de Janeiro

DI-SP: Dissidência do PCB de São Paulo

DOPS: Departamento de Ordem Política e Social.

DL-RS: Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul

DPN: Direção Nacional Provisória

GENR: Grupo Especial Nacional Revolucionário

IC: Internacional Comunista

JAC: Juventude Agrária Católica

JEC: Juventude Estudantil Católica

JOC: Juventude Operária Católica

JUC: Juventude Universitária Católica

MAB: Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu

MCR: Movimento Comunista Revolucionário

MEP: Movimento de Emancipação do Proletariado

MR-8: Movimento Revolucionário 8 de outubro

MRM: Movimento Revolucionário Marxista

MRT: Movimento Revolucionário Tiradentes

MUB: Movimento Unificado de Bairros de Duque de Caxias

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

OCDP: Organização Comunista Democracia Proletária

ORM-POLOP: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PC do B-AV: Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha

PC's: partidos comunistas

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCR: Partido Comunista Revolucionário

PCBR: Partido Comunista Revolucionário

PCCh: Partido Comunista Chinês

PCUS: Partido Comunista da União Soviética

POC: Partido Operário Comunista

PRT: Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

UDN: União Democrática Nacional

UNE: União Nacional dos Estudantes

VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 - A formação de uma nova esquerda no Brasil	
1.1 O conceito de nova esquerda	23
1.2 As linhas políticas adotadas pelo PCB nas décadas de 1940 a 1960	25
1.3 PCdoB: origens e dilemas iniciais	32
1.3.1 A luta interna no PCdoB e a composição de uma ala vermelha	40
Capítulo 2 - Ala Vermelha: da luta armada aos movimentos sociais	
2.1 À luta armada! (1967-1969)	46
2.2 Dissidências e cisões	55
2.3 A autocrítica, 1969...	56
2.4 Identidade e memória da Ala Vermelha	66
Capítulo 3 - Não basta ser comunista, é preciso viver e agir com(o) povo	
3.1 As diretivas sobre a tática de inserção	70
3.2 As experiências de inserção nas trajetórias de Álvaro, Antonio, Vilma, Fátima, João e Warley	76
3.3 As determinações sobre as áreas de inserção e os deslocamentos geográficos	86
3.4 Por que a Baixada Fluminense?	88
3.4.1 As práticas de inserção	93
3.4.2 Trabalho de fábrica <i>versus</i> trabalho de bairro	97
3.5 A imprensa enquanto instrumento de inserção política	100
Capítulo 4 - O Jornal da Baixada e a materialização da tática política	
4.1 A construção do discurso	104
4.2 A criação do jornal e a formação da rede de colaboradores	111
4.3 O jornal e sua dinâmica de funcionamento	119
4.4 A narrativa dos conteúdos	124
4.4.1 A greve na Fiat sob a perspectiva do JOB	127
4.4.2 Os movimentos de bairro	132
4.4.3 O humor como linguagem política	134
4.5 O começo do fim	137
Considerações finais	140
Referências	143
Anexo – Perfil dos entrevistados	153

INTRODUÇÃO

Esta história começou quando tentávamos mapear fontes que nos possibilitassem estudar questões ligadas aos movimentos sociais de base¹ na Baixada Fluminense, área metropolitana do Rio de Janeiro,² no período de *transição política* (1975-1985).³ Nesse momento, descobrimos a existência do *Jornal da Baixada* (JOB), periódico alternativo que circulou em paróquias, sindicatos e associações de moradores nos municípios da Baixada entre 1979 e 1980. Ao ler o jornal, vários aspectos nos chamaram a atenção, entre eles, a linguagem coloquial e humorística para tratar de temas nacionais tão caros à época, como a Campanha pela Anistia Política e a prioridade em noticiar as greves operárias, assim como as mobilizações articuladas pelos movimentos de bairro na região. Outro ponto também provocou indagações: os nomes citados no expediente do jornal, relacionados a personalidades conhecidas no ramo da Comunicação Social no Brasil, entre os quais estão Alceu Nogueira da Gama, repórter nas redações de *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, Luís Pimentel, colaborador do *Pasquim*, e Claudio Paiva, cartunista.

Observando esses aspectos, começamos a questionar sobre como o jornal teria surgido; quem o idealizara; por que a publicação enfatizava certos temas, como os movimentos de bairro e operário; qual seria a ligação entre aqueles profissionais da Comunicação e os movimentos sociais de base na Baixada, a ponto de eles disporem-se a noticiar os eventos locais; quem financiava o periódico; e quem era seu público leitor ou qual teria sido o seu alcance social. Essas inquietações nos levaram a estudar o jornal, inicialmente considerado como objeto e fonte de estudo.

¹ Os movimentos sociais de base estão relacionados às mobilizações de trabalhadores e cidadãos pobres na reivindicação de aspectos ligados às condições de vida, ao acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais.

² *Grosso modo*, podemos dizer que não há consenso acerca das definições de Baixada Fluminense. Diferentes autores vêm sendo forçados a forjar conceitos próprios, recorrendo, na maioria dos casos, aos critérios geoeconômicos, aos recortes geográficos ou às chamadas “áreas de governo” definidas pelo Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Cide). Para atender às delimitações espaciais de nosso trabalho, optamos pela utilização do conceito de *Baixada Geopolítica*, proposto pelo geógrafo Ricardo Simões, que define a Baixada Fluminense enquanto região metropolitana do Rio de Janeiro, que engloba os distritos dos antigos municípios de Iguaçu e de Estrela (atuais cidades de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti). Cabe destacar que no decorrer da década de 1970 e início dos anos 1980, marcos cronológicos de nossa pesquisa, constituíam-se enquanto municípios apenas Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, as demais cidades integravam distritos de Nova Iguaçu. Sobre o conceito de *Baixada Geopolítica*, ver. SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade Estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2006, p. 03.

³ Conforme a cronologia proposta por ABREU, Alzira Alves de. *Transição em Fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

Nossa primeira hipótese foi a de que se tratava de um noticiário popular, apoiado por sindicatos locais, lideranças comunitárias e pela diocese de Nova Iguaçu, então sob a liderança progressista de Dom Adriano Hypólito. O objetivo da publicação parecia ser o de funcionar como porta-voz dos movimentos sociais gestados na região. No entanto, haveria algo a mais relacionado ao noticiário. Na busca por respostas, iniciamos o processo de entrevistas com personalidades envolvidas com o periódico. Nesse momento, encontramos João Pedro de Souza Neto, dentista, militante de esquerda, morador da Baixada Fluminense e sócio-fundador do jornal.

Em entrevista, João Pedro nos revelou detalhes que mudariam decisivamente os rumos de nossa investigação. No início do seu depoimento, ele afirmou: “o Jornal da Baixada é um jornal ligado à Ala Vermelha, uma organização marxista-leninista que tentou atuar nos movimentos de massa na Baixada”.⁴ A revelação de João precisava ser considerada, cuidadosamente analisada, comparada e contraposta a outras fontes.

Para tanto, procuramos por outros militantes da Ala a fim de que confirmassem ou rebatessem as afirmações presentes no depoimento de João Pedro. O próximo entrevistado foi Felipe José Lindoso, militante da organização desde os anos 1960, que confirmou as declarações dadas anteriormente e ressaltou que a criação de jornais alternativos voltados para as demandas do operariado era uma diretiva nacional do partido, aprovada nos anos 1970.⁵

Os depoimentos de João e Felipe abriram uma nova possibilidade de leitura sobre o JOB, envolvendo, necessariamente, o levantamento da documentação interna da Ala Vermelha. Partimos, então, para o trabalho nos arquivos. Na documentação, localizada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), encontramos textos redigidos a partir da segunda metade dos anos 1970, nos quais aparecem as orientações sobre a criação de periódicos voltados para demandas sociais específicas presentes nos locais de atuação dos militantes do partido.

Seguindo o caminho indicado pelas fontes, passamos do pressuposto de que o *Jornal da Baixada* seria um noticiário popular à hipótese de que a publicação fez parte da estratégia política de uma organização da *esquerda revolucionária*⁶ em sua tentativa de inserção nos movimentos sociais, em curso nos municípios da Baixada Fluminense. Em suma, as fontes nos levaram à esquerda.

⁴ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora. Mesquita (RJ), 15 de julho de 2011.

⁵ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora. São Paulo, 24 de julho de 2011.

⁶ Denominação usada para designar os grupos da esquerda armada no Brasil, no contexto da Ditadura Civil-Militar.

A tática de inserção entre trabalhadores e camadas populares foi adotada a partir do processo de autocrítica iniciado pela organização em 1969, cujos desdobramentos seriam verificados ao longo da década seguinte. Entre as principais características desse processo estão a revisão da tática de luta armada e a adoção de alternativas políticas pautadas na aplicação da *linha de massas*, expressa por experiências de inserção da militância em fábricas, sindicatos, bairros operários e periferias urbanas.

Quanto aos redimensionamentos ocorridos no curso de nossa pesquisa, acreditamos que foram possíveis (e necessários), porque aceitamos o desafio de “ler” o jornal sob diferentes ângulos, seguindo uma importante sugestão há tempo dada pelo historiador Marc Bloch:

[...] a escolha reflectida das perguntas seja extremamente maleável, susceptível de se enriquecer pelo caminho de uma quantidade de quesitos novos e aberta a todas as surpresas – de modo a servir, desde o início, de íman às limalhas do documento. O explorador sabe, antecipadamente, que o itinerário que traçou ao partir não será seguido ponto por ponto. Mas sem o traçar, arrisca-se a andar eternamente à aventura.⁷

Nosso itinerário tinha como objetivo encontrar vestígios que nos permitissem compreender a existência e demais aspectos ligados ao *Jornal da Baixada*. Durante a viagem, fizemos importantes descobertas, que nos ajudaram em nossa busca. Depois de percorrer um sinuoso trajeto, encontramos o projeto político da Ala Vermelha, cuja tática de inserção no cotidiano dos trabalhadores e moradores da Baixada Fluminense, na segunda metade dos anos 1970, tornou-se objeto desta dissertação.

Cabe frisar que a mudança de objeto não representou o abandono das questões ligadas ao jornal. Prosseguimos com as entrevistas e com o levantamento das fontes para tentar responder às questões suscitadas desde o início da pesquisa a respeito das particularidades nas quais estão envolvidas as experiências compartilhadas em torno da publicação, como, por exemplo, a colaboração de profissionais da Comunicação sem ligações orgânicas com a Ala na produção do periódico. À medida que o trabalho avançou, pudemos sustentar o argumento de que a criação do jornal e as escolhas dos temas por ele retratados representam a tentativa de aproximação da Ala dos movimentos sociais.

Mesmo diante da importância da trajetória da Ala Vermelha neste trabalho, não temos a intenção de fazer uma história da organização. O objetivo é analisar os fatores, a nosso ver, decisivos para a implementação da tática de inserção no universo cotidiano dos trabalhadores

⁷ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1993, p. 114.

e das camadas populares, bem como as formas que as experiências de inserção assumiram no curso das práticas políticas desempenhadas pelos militantes.

Além disso, esperamos contribuir para o debate em torno de um tema pouco explorado na produção acadêmica sobre as esquerdas no Brasil: as experiências de inserção lançadas como tática política por diferentes grupos, após iniciarem a autocrítica em relação à luta armada, conforme os caminhos percorridos, por exemplo, pelo MR-8, a Polop e a Ala Vermelha, salvo às singularidades presentes na trajetória de cada grupo. A esse respeito, observamos que a autocrítica tem sido interpretada como alternativa ou necessidade de sobrevivência política desses grupos após os reveses sofridos em função do combate desigual contra um regime discricionário.

Sobre os estudos das organizações de esquerda, notamos que a maioria das pesquisas ressalta as questões em torno dos conteúdos programáticos, das influências de correntes do pensamento comunista internacional e da luta armada contra a ditadura, entre as quais se destacam os trabalhos produzidos por Daniel Aarão Reis Filho, Jacob Gorender, Marcelo Ridenti e Marco Aurélio Garcia,⁸ considerados leituras obrigatórias para todos que desejavam compreender a história da *esquerda revolucionária* no Brasil. Embora esses autores mencionem a importância do debate autocrítico ocorrido no interior das organizações, não tinham a intenção de detalhar as experiências de inserção em suas análises.

O sociólogo Eder Sader, em seu livro *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, publicado no final da década de 1980,⁹ foi o primeiro autor a descrever as práticas de integração de militantes de esquerda e suas formas de engajamento nos movimentos sociais, após a autocrítica. Ao recorrer à documentação do MR-8, da AP e da Polop, além de testemunhos de ex-militantes, o objetivo de Sader não era compreender a autocrítica feita por esses grupos, mas o quanto esse processo funcionou como fator de aproximação das esquerdas com os movimentos sociais, em especial das lutas encampadas pelos trabalhadores.

⁸ Nos referimos aos seguintes trabalhos: REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro - os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987. RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Unesp, 1994. GARCIA, Marco Aurélio. "Contribuições para uma história da esquerda brasileira: 1960-1979". São Paulo, *Em Tempo*, ago. 1979/ abr. 1980. A prioridade dada às questões que caracterizaram as organizações nos anos 1960 também é notada em trabalhos recentes, como aqueles produzidos por Denise Rollemberg e Jean Sales. ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro, MAUAD, 2001. SALES, Jean Rodrigues. *O Impacto da Revolução Cubana sobre as Organizações Comunistas Brasileiras (1959-1974)*. Tese (Doutorado em História). Unicamp. Campinas (SP), 2005.

⁹ SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Outra referência sobre os desdobramentos da autocrítica pode ser vista nos estudos da historiadora Maria Paula Araújo, a respeito da luta democrática no Brasil. De acordo com a autora, com o debate autocrítico alguns grupos buscaram alternativas de inserção social e de resistência à ditadura no apoio aos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro-Autêntico e no engajamento de seus quadros nas campanhas por reajustes salariais e pela anistia política, conforme foram os casos do MR-8 e da Ala Vermelha.¹⁰

Antonio Luigi Negro, em um artigo publicado em 2009,¹¹ parece ser o autor que, até o momento, apurou com mais detalhes as práticas de inserção política priorizadas pelas organizações de esquerda no decorrer da década de 1970, ao dar voz às militantes que tiveram suas existências perpassadas pelas experiências de inserção em fábricas e periferias do ABC Paulista. Em seu texto, o historiador procura problematizar os ideais, as táticas e os projetos políticos forjados pelos grupos de esquerda a respeito da linha política de integração à produção, apontando a necessidade de análises que considerem os impactos provocados por essas experiências nas trajetórias de vida e nos objetivos políticos das organizações.

Ampliar as análises em torno da tática de inserção pode representar novas possibilidades de leitura sobre a história da esquerda brasileira, inclusive, desvelar projetos e anseios individuais, algumas vezes, encobertos pelos discursos presentes na documentação escrita dos partidos e organizações, a partir dos quais se buscou tecer um ideal de coesão e de unidade política e ideológica.

Observamos, ainda, os rumos seguidos após a autocrítica sendo pouco valorizados nos livros de memórias, no que se refere à trajetória das organizações e de seus militantes na fase de *transição política*. Seria difícil responder por que a maioria dos trabalhos acadêmicos e de memória prioriza as experiências ligadas à luta armada, à tortura, ao cárcere e ao exílio. Mesmo assim, arriscamos algumas respostas. Uma delas passa pela necessidade legítima de se registrar vivências extremamente dilacerantes. Outra possibilidade de leitura sobre a questão é a tentativa de sacralização de uma memória de indivíduos que lutaram até o limite da morte, oferecendo-se em sacrifício em nome dos ideais da Revolução e da Liberdade.

Não queremos dizer com as respostas apresentadas que a participação de quadros da esquerda na luta pelo restabelecimento da democracia ocupe papel secundário na memória das organizações e de seus membros. Mas é necessário ressaltar que as práticas cujas marcas

¹⁰ Sobre a produção da autora, ver, entre outros. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

¹¹ NEGRO, Antonio Luigi. “Servir ao povo de todo coração: mulheres militantes e mulheres operárias no ABC na década de 1970”. In: SANTOS, Cecília Macdowell, TELES, Edson, TELES, Janaina de Almeida (Orgs.) *Desarquivando a Ditadura – memória e justiça no Brasil*. Vol. I, São Paulo, Hucitec, 2009.

encontram-se na dinâmica interna das organizações nos anos 1960, aparecem com maior frequência na literatura.

No tocante às táticas de inserção, a Ação Popular foi pioneira nesse processo. A partir de 1967, a AP estabeleceu como principal estratégia de construção do *partido de vanguarda* o processo de integração de seus quadros à produção. O “movimento de proletarização”, como foi chamado, tinha o objetivo de promover a “transformação ideológica” dos militantes originários da pequena burguesia (estudantes, professores, jornalistas, engenheiros, médicos), deslocando-os para o universo operário-camponês. O movimento que começou por iniciativa de militantes de São Paulo e da Bahia, foi aprovado como orientação nacional em 1968, em seguida foi expandindo para os estados de Goiás, Pará, Maranhão, Sergipe, Minas Gerais e Paraná. Em 1970, as experiências de integração entraram em refluxo. De acordo com o levantamento feito pelos ex-dirigentes Aldo Arantes e Haroldo Lima, entre 1968 e 1970 cerca de cento e vinte quadros da AP foram integrados à produção, dos quais noventa se dirigiram para o campo.¹²

O “movimento de proletarização” deliberado pela AP preserva pontos comuns com a tática de inserção implementada pela Ala Vermelha, como a base nos referenciais teóricos ligados ao *maoísmo*, e o fato de interpretarem a inserção entre as *massas* como estratégia de construção do *partido*. No entanto, são as singularidades em torno das experiências de inserção da Ala que nos interessa observar aqui.

Inicialmente, destacamos que as práticas de inserção da Ala Vermelha são desdobramentos da autocrítica em relação à tática de luta armada. Além disso, as inserções foram direcionadas para o universo urbano, no qual as prioridades seriam os chamados “trabalho de fábrica” e “trabalho de bairro”. Outro ponto de diferenciação em relação ao projeto da AP está no fato de, apesar de tecer críticas contundentes à mentalidade pequeno-burguesa de parcela de seus quadros, a Ala não objetivar com as inserções a transformação ideológica de seus militantes, mas possibilitar a aproximação do partido das *massas*. Portanto, a Ala seguiu uma trilha distinta, formulando um projeto político próprio.

Ademais, desde sua fundação, a Ala contou com a militância de trabalhadores urbanos, como o exemplo dos irmãos Carvalho em São Paulo, os quais tiveram papel importante na trajetória inicial do partido, ou os irmãos Costa no Rio de Janeiro, que participaram das inserções em fábricas e periferias urbanas no decorrer dos anos 1970. Segundo Ridenti, a presença de trabalhadores nas organizações da *esquerda revolucionária* indica que a presença

¹² ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular*. São Paulo, Alfa-Omega, 1984, p. 112.

desse segmento social em tais agrupamentos não se deve apenas à “linha de proletarização de militantes” adotada por alguns grupos, como a AP e a Ala, que figuram entre os casos mais representativos na adoção dessa linha política.¹³

Em relação aos referenciais teórico-metodológicos, este é um trabalho de História Política, tendo em vista que seu objetivo é compreender algumas ideias, práticas e comportamentos políticos de esquerda no Brasil, sobretudo, em meados dos anos 1970. Vale ressaltar que não compartilhamos de uma visão estanque sobre os diferentes domínios da História, mesmo porque entendemos que as práticas políticas, compreendidas como próprias dos contextos nos quais estão inseridas, são incessantemente perpassadas por aspectos culturais, econômicos e sociais que “se influenciam mútua e desigualmente segundo as conjunturas”.¹⁴

Sem o objetivo de iniciar o debate sobre a retomada ou a recuperação do prestígio dos estudos políticos, inclusive no Brasil, desejamos indicar que nosso trabalho aproxima-se de uma perspectiva historiográfica cuja interpretação compreende o político enquanto vertente explicativa de fenômenos, práticas e comportamentos sociais, considerando-se a pluralidade de seus objetos e de suas relações. Partindo dessa dimensão, buscamos observar as experiências que perpassam nosso objeto de estudo, recorrendo ao conceito de *cultura política*.

A noção de *cultura política* utilizada neste trabalho baseia-se nas proposições presentes na historiografia francesa desenvolvida a partir do início da década de 1990 e intimamente ligada ao movimento de renovação dos objetos e métodos da história política na França iniciado na década de 1960, cujo maior incentivador é René Raymond e os pesquisadores do Instituto de Estudos Políticos de Paris, como Serge Berstein, Jean-François Sirinelli e Jean-Pierre Rioux. No Brasil, desde 1995 houve um crescente interesse em torno das concepções e possíveis apropriações do conceito pela historiografia.¹⁵

Conforme apontou Berstein, o objetivo historiográfico do estudo das culturas políticas “é fornecer uma resposta para o problema fundamental das motivações do político”,¹⁶ sobretudo, na contemporaneidade. A *cultura política*, entendida como um fenômeno de múltiplos aspectos, permite-nos observar a complexidade dos comportamentos humanos, fundamentada em elementos culturais. Considerando a cultura um sistema de valores, crenças,

¹³ RIDENTI, *O Fantasma da Revolução*, op. cit., p. 164.

¹⁴ REYMOND, René (Org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 10.

¹⁵ Sobre o uso do conceito de *cultura política* no Brasil, ver. GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva et. al. (Orgs) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

¹⁶ BERSTEIN, Serge. “Culturas políticas e historiografia”. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Orgs) *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro, FGV, 2009. p. 41.

representações, linguagens e tradições, compartilhado por determinado grupo conferindo-lhe uma identidade, a *cultura política* deve ser vista como o conjunto desses elementos, tendo como objeto os fenômenos políticos.

Ao apresentar uma perspectiva plural em torno do conceito, Berstein possibilitou aos pesquisadores identificarem a presença de diferentes culturas políticas em uma mesma sociedade, que interagem ou disputam os espaços nacionais, como a cultura política comunista, a socialista, a liberal, a conservadora, a republicana. Em contextos específicos, uma ou mais culturas tendem a predominar, como ocorreu com a cultura republicana na França entre o final do século XIX e início do XX.¹⁷ Nesse caso, as culturas políticas não funcionam como estruturas sociais rígidas, encerradas em si mesmas, ao contrário, estão em permanente construção e contato umas com as outras, mesmo aquelas que pleiteiam espaços públicos e o controle do Estado.

A partir de estudos centrados nessa perspectiva, vem sendo aberto um campo fértil de possibilidades sobre a aplicação desse conceito a espaços sociais diferenciados para designar desde coletividades reunidas em torno de projetos específicos de ordenamento social, como o liberalismo e o socialismo, até grupos nacionais ou regionais.¹⁸

Com as apropriações em torno do conceito, reconhecemos a presença de uma cultura política comunista no Brasil expressa através da crença na revolução, na representação política do partido e de sua vanguarda, no papel histórico do proletariado no processo revolucionário, na rigidez disciplinar, no altruísmo e no domínio da teoria marxista como forma de compreensão e de intervenção na realidade. Em seu conjunto, esses elementos conferem identidade aos partidos e organizações comunistas, sendo ao mesmo tempo vistos como necessários para a coesão e a unidade do grupo.

Também identificamos a existência de uma *cultura política de resistência* entre as décadas de 1960 a 1980, caracterizada por práticas de oposição ao autoritarismo. Tal constituição reuniu diversos indivíduos inseridos em redes de sociabilidade, nas quais manifestaram ações de combate à ditadura civil-militar e de defesa dos valores democráticos, conforme ocorreu nas experiências compartilhadas por militantes comunistas e não-militantes na produção do *Jornal da Baixada*. São alguns aspectos presentes nessas redes, como a diversidade da composição social, a dinâmica de funcionamento e os temas de interesse, que

¹⁷ *Idem*, p. 37.

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: _____ . (Org.) *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2009, p. 22.

explicam a coesão do grupo e revelam o nível de engajamento de seus integrantes aos projetos políticos que partilham.¹⁹

Outro conceito presente neste trabalho é o de *partido político* definido por Berstein como uma “reunião de homens em torno de um objetivo comum”.²⁰ O partido pode agregar sob a mesma sigla pessoas de origens sociais distintas ou com opiniões divergentes, porém possui uma “grade comum de leitura” sobre os acontecimentos e a conjuntura política que definem a identidade coletiva e justificam a ocorrência de determinados discursos e práticas. Apesar da distinção entre *partido* e *cultura política*, observa-se o fato de, na ótica desse autor, tais conceitos apresentarem uma relação complementar.

Entre os demais referenciais teórico-metodológicos está a ênfase dada à história oral como método de pesquisa, a fim de ampliarmos as possibilidades de compreensão do objeto de estudo e de construção do trabalho historiográfico. Nesse sentido, o episódio em torno da entrevista de João Pedro de Souza, citado no início do texto, revela o quanto esse recurso pode viabilizar novas chaves interpretativas sobre o tema pesquisado.

Em nosso caso, os testemunhos possibilitaram a formulação de novas hipóteses e provocaram a mudança de objeto de pesquisa. Ao optar pelo trabalho com as fontes orais, estivemos atentos ao fato de que esse método apoia-se em pontos de vista individuais, carregados de subjetividade e permeados por emoções e pelas vivências cotidianas do entrevistado.²¹ Outro ponto importante diz respeito à memória intrínseca aos depoimentos.

A partir das entrevistas, foi possível captar tanto elementos da memória individual quanto das experiências partilhadas, os quais podem, no presente, nos ajudar a interpretar as motivações que outrora mobilizaram as escolhas e as práticas de indivíduos e grupos, embora nem sempre essas motivações sejam expressas de maneira visível ou direta nas narrativas, lembrando-nos que a memória é seletiva.²² Sob essa perspectiva, buscamos compreender as experiências narradas a partir dos contextos nos quais os depoentes estão inseridos, observando aspectos como a hesitação, o não-dito, a repetição, a associação e o lapso. Esses fatores, interpretados como componentes estruturais do discurso, evidenciam a maneira singular como cada um (re)constrói sua memória e sua narrativa acerca dos eventos.

Com a estratégia das entrevistas, pudemos reconhecer a complexidade das práticas sociopolíticas presentes nas trajetórias de militantes e também de indivíduos sem ligações

¹⁹ BERSTEIN, “Culturas políticas e historiografia”, *op. cit.*, p. 36.

²⁰ BERSTEIN, Serge. “Os partidos”. In: REYMOND, René (Org.) *Por uma História Política*, *op. cit.*, pp. 60-74.

²¹ FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 8ª ed., 2006, apresentação.

²² POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

com organizações comunistas, bem como analisar algumas experiências políticas de esquerda na história recente da Baixada Fluminense.

Para desenvolver este trabalho, os entrevistados foram agrupados em três blocos: militantes, profissionais da Comunicação e apoiadores do jornal (missionários religiosos, membros da Pastoral Operária e lideranças comunitárias). Ao todo, foram realizadas vinte e três entrevistas, das quais dezoito tiveram trechos transcritos ao longo da dissertação. A maioria dos depoimentos é de militantes da Ala Vermelha, totalizando quatorze. Com o segundo grupo coletamos três depoimentos e outros seis com pessoas que classificamos como apoiadores do jornal.

A respeito dos métodos utilizados na realização das entrevistas, elaboramos um roteiro dividido em três partes: dados biográficos, trajetória política e questões ligadas ao jornal. Embora tivéssemos um modelo padronizado de questões, procuramos adequar as perguntas ao perfil de cada entrevistado.

Nas entrevistas com os militantes, procuramos identificar aspectos presentes na dinâmica interna de uma organização de esquerda, com relação as ideias e as práticas políticas compartilhadas por seus membros. Quanto aos depoimentos concedidos pelos profissionais da Comunicação, o objetivo foi compreender as motivações que os levaram a contribuir com a publicação, bem como a criação, a construção do discurso, os mecanismos de funcionamento e as razões pelas quais o periódico deixou de ser publicado.²³ Ao entrevistar as pessoas que apoiaram o projeto, nossa intenção foi a de reconhecer a presença de outros atores sociais envolvidos com o periódico, tentando captar seus interesses e suas formas de participação nas experiências relacionadas ao noticiário.

Complementando o quadro metodológico, no levantamento e análise dos documentos políticos da Ala Vermelha, buscamos verificar as condições históricas e os fatores ligados à produção dos textos. Além disso, analisamos o vocabulário e os temas recorrentes nessa documentação, atentos ao fato de que foi elaborada para atender às necessidades específicas desse grupo em um dado momento.²⁴

Sobre a pesquisa com periódicos, o jornal é compreendido como um veículo construtor de leituras do mundo cotidiano. Nesse tipo de produção, o discurso jornalístico tem

²³ Essas questões também foram abordadas nas entrevistas realizadas com os militantes.

²⁴ Cf. BACELLAR, Carlos. "Uso e mau uso dos arquivos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005, p. 63.

como objetivo informar a verdade, ou melhor, de veicular o que é considerado como verdadeiro por um determinado grupo em um dado momento histórico.²⁵

A despeito das especificidades exigidas no trabalho com depoimentos orais e das singularidades presentes na pesquisa com periódicos e documentos políticos, assumimos a premissa de que, independente de sua natureza ou tipologia, fonte alguma é neutra, porque sempre traz consigo a opinião, os valores e os interesses de quem a produziu. Por último, ressaltamos o fato de a diversidade das fontes ter possibilitado a ampliação dos processos de aproximação, comparação e confrontação dos documentos, contribuindo para o aprofundamento e a compreensão dos temas analisados.

Este trabalho é composto por quatro capítulos. O primeiro, “A formação de uma nova esquerda no Brasil”, introduz o debate a respeito do surgimento de novas organizações e partidos de esquerda no país, no início dos 1960, em oposição ou como alternativa política ao PCB. Nessa parte, traçamos um breve panorama sobre os posicionamentos políticos defendidos pelos pecebistas nas décadas de 1940 e 1960. Há, ainda, ênfase na trajetória inicial do PCdoB, com o objetivo de identificar a criação da Ala Vermelha como resultado da luta interna travada nesse partido.

O segundo capítulo, “Ala Vermelha: da luta armada aos movimentos sociais”, apresenta os principais aspectos da trajetória da organização, dividida em dois momentos: o período de defesa da luta armada e a fase de autocrítica.

Já o terceiro capítulo, “Ser comunista é viver e agir com(o) povo”, trata da tática e das práticas de inserção de militantes da Ala junto ao operariado e às camadas populares vivenciadas na década de 1970, no Rio de Janeiro, em especial em municípios da Baixada Fluminense.

O último capítulo, “O Jornal da Baixada e a materialização da tática política”, aborda desde o processo de idealização do periódico, à análise dos temas, discursos e linguagens presentes nas reportagens. Nele analisamos também os mecanismos que tornaram possível a existência do jornal, até os motivos pelos quais a publicação foi encerrada, sem perder de vista a perspectiva de que sua criação constituiu uma prática política da Ala Vermelha.

²⁵ LUCA, Tânia de. “Historia dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas, op. cit.*, pp. 111-153.

CAPÍTULO 1 - A FORMAÇÃO DE UMA NOVA ESQUERDA NO BRASIL

A Nova Esquerda no Brasil originou-se a partir da criação de partidos e organizações de esquerda surgidos em oposição ou enquanto alternativa à linha política assumida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no início dos anos 1960. Naquele momento, as principais críticas direcionadas ao PCB diziam respeito à sua política conciliatória com os setores das elites econômicas nacionais e à defesa de um caminho pacífico para a revolução. Com base nesses aspectos, este capítulo tem como objetivo compreender a formação da Nova Esquerda brasileira enquanto negativa ou alternativa às linhas políticas adotadas pelo PCB nos anos anteriores ao Golpe Civil-Militar. Ademais, pretendemos apresentar um breve panorama da trajetória inicial do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a fim de exemplificar o caráter político das novas organizações e, também, possibilitar a compreensão a respeito da cisão ocorrida no interior do PCdoB, a partir da qual formou-se a Ala Vermelha.

1.1 O conceito de nova esquerda

Em seu livro *A Utopia Fragmentada*, Maria Paula Araújo dedicou-se, entre outros aspectos, a compreender as propostas e as ações desenvolvidas pelos grupos políticos, convencionalmente chamados de “nova esquerda”. Embora a análise da autora esteja concentrada nos discursos e práticas desses grupos na década de 1970, ela ressalta o fato de que as origens da “nova esquerda” datam do início dos anos 1960, quando emergiram movimentos, partidos e organizações cujo objetivo era “reinventar a política”. Em linhas gerais, esses grupos nasceram da necessidade ou da vontade de renovação das práticas políticas em contraposição àquelas defendidas pelos partidos comunistas e socialistas tradicionais. Mesmo assumindo características distintas conforme a cultura dos países onde surgiram, esses grupos possuem em comum a busca por caminhos alternativos para a transformação social.²⁶

Apesar de preservar algumas semelhanças com as organizações de esquerda no Brasil, como as críticas à linha política e à dinâmica de funcionamento do partido comunista, o conceito de “nova esquerda” discutido pela autora é bastante abrangente e inclui, entre outros, os movimentos ligados às questões de gênero, etnia e sexualidade, que ultrapassam os limites de nossa pesquisa.

²⁶ ARAÚJO, *A Utopia Fragmentada...*, op. cit., apresentação.

Diante da necessidade de apresentar as singularidades presentes na formação de novos agrupamentos de esquerda no Brasil, optamos por embasar nossa interpretação no conceito forjado pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho, o qual define a Nova Esquerda como o conjunto das organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram em oposição ou como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro e que, em meio a uma conjuntura nacional de fortalecimento dos movimentos sociais, em ascensão desde o final dos anos 1950, propuseram-se a dirigir as lutas políticas no sentido da “liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista”.²⁷ Nessa perspectiva, as novas organizações diferenciar-se-iam da linha política proposta pelo PCB, ao optar por ideologias revolucionárias centradas na tática da luta armada, em especial daquelas próximas do *maoísmo*²⁸ e do *foquismo*.²⁹

Quanto ao recorte cronológico, o autor delimitou o surgimento da Nova Esquerda brasileira entre 1961 e 1971. Ao justificar as razões desse recorte, Reis Filho ressaltou que o ano de 1961 é considerado o marco desse processo em função da realização do I Congresso da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária, (ORM-Polop) na cidade de Jundiá, (SP). Nesse ano, originou-se o “primeiro elo de uma longa corrente que, desde então, não mais cessaria, quebrando o monopólio de representação política a que pretendia o PCB desde 1922”.³⁰ Já o ano de 1971, além de registrar o declínio dos agrupamentos armados, inaugura a fase de autocrítica das organizações “caracterizada pela busca de formas legais de luta e pela admissão da situação de defensiva em que se encontravam o movimento popular e os partidos de esquerda no Brasil”.³¹

Também cabe destacar que após o Golpe Civil-Militar, a Nova Esquerda assumiu outra característica importante: a de resistência armada contra a ditadura. Na compreensão das novas organizações, a derrota frente ao golpe teria resultado do despreparo e dos desvios político-ideológicos cometidos pelo PCB na condução do movimento operário e em função de sua “política reformista” assumida pelo partido no final dos anos 1950. Para melhor

²⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo, Expressão Popular, 2006, p. 15.

²⁸ *Maoísmo* - teoria revolucionária ligada às ideias do líder da Revolução Chinesa, Mao Tse-Tung. Segundo o *maoísmo*, a guerrilha rural deveria ser a tática aplicada nos processos revolucionários ocorridos em países do Terceiro Mundo, sob a forma de *guerra popular prolongada*, liderada pelo partido comunista.

²⁹ *Foquismo* - teoria revolucionária baseada nas ideias de Ernesto Guevara e Régis Debray, que defendem a perspectiva da formação de focos guerrilheiros formados a partir do campo. Diferente dos pressupostos teóricos presentes no *maoísmo*, a guerrilha rural deveria assumir a vanguarda no processo revolucionário, não o partido.

³⁰ REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, pp. 19-20.

³¹ *Idem*.

compreensão dessa questão, são necessários alguns apontamentos acerca das linhas políticas adotadas pelos pecebistas entre as décadas de 1940 e 1960.³²

1.2 As linhas políticas adotadas pelo PCB nas décadas de 1940 a 1960

Em 1943, a necessidade de rearticulação política, após os reveses sofridos anos antes durante a chamada “Intentona Comunista”,³³ levou o PCB a adotar um discurso de união nacional contra as forças nazi-fascistas e de apoio à entrada do Brasil na II Guerra, ao lado dos Aliados. O discurso aliancista desagradou fileiras do partido, que consideraram inadmissível uma aproximação com o governo ditatorial de Vargas, em função, dentre outros fatores, da violenta repressão desencadeada por aquele governo contra os comunistas em 1935. Todavia, a corrente favorável à aliança mostrou-se hegemônica, saindo-se vitoriosa mesmo “contra muitos ventos e marés”, conforme observou Reis Filho.³⁴

A linha política em torno da “grande aliança nacional” gerou dividendos importantes para o partido e seus membros, entre eles o papel de antifascistas abnegados e defensores da pátria, possibilitando aos comunistas brasileiros atuarem em consonância com o *status* assumido pela URSS no cenário internacional de potência aliada contra o nazi-fascismo, empenhada na Liberdade e na Democracia mundial. Sob a bandeira da ordem e da paz, os pecebistas conquistavam, aos poucos, a desejada credibilidade social. Em 1945, o PCB voltou à legalidade e passou a usufruir significativo prestígio nas campanhas pela anistia e pela democratização do país, inclusive pela permanência de Vargas no poder, que no curso de uma década passara de inimigo a aliado político. A conquista de espaço político foi confirmada nas eleições de membros do partido para o legislativo federal em 1945, quando os comunistas obtiveram expressiva vitória.³⁵

Apesar da conquista, o discurso em defesa dos interesses nacionais teria vida curta. Em 1947, o então presidente Eurico Gaspar Dutra assumiu a postura de alinhamento incondicional com os Estados Unidos no contexto de Guerra Fria. Em função disso, passou a

³² REIS FILHO, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 5. Campinas, Editora da Unicamp, 2002, pp. 69-102.

³³ O movimento consistiu na tentativa militar liderada pelo PCB, estimulada através da Aliança Nacional Libertadora de tomada do poder e a implantação do socialismo no país. O movimento contou com a participação de membros da III Internacional Comunista e foi duramente reprimido pela polícia política brasileira.

³⁴ REIS FILHO. “Entre reforma e revolução...”, *op. cit.*, p. 70.

³⁵ SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo, Lech, 1981, p. 68.

perseguir os suspeitos de subversão da ordem, entre os quais os comunistas figuravam em primeiro lugar.

O resultado eleitoral alcançado pelo PCB nas eleições estaduais e municipais realizadas em 1947 também se tornou fator de preocupação para os interesses políticos em voga no Governo Dutra, que não tardou em agenciar cassações de mandatos e represálias contra os integrantes da legenda. Novamente na ilegalidade, o partido promoveu uma guinada em suas proposições políticas, a partir da reformulação de suas táticas e da retomada do discurso revolucionário evidente, entre outros aspectos, na defesa da “via não-pacífica” para a revolução. Com a radicalização do discurso político, o Governo Dutra, considerado abertamente pelos comunistas enquanto “governo de traição nacional”, deveria ser combatido. Então, caberiam aos comunistas duas missões: alertar as *massas* sobre as contradições vigentes na sociedade e organizá-las para a luta revolucionária.

Após a mudança de governo, com a vitória de Getúlio Vargas na eleição presidencial de 1950 e com as modificações feitas por ele na condução político-econômica do país, os pecebistas continuaram a tratar o governo como “traidor nacional” e prosseguiram com a linha política pautada pelo que Reis Filho denominou de “radicalização revolucionária”.³⁶ A fim de manterem a coerência de seu discurso, abstiveram-se naquele pleito eleitoral ao sugerirem o voto em branco.

A radicalização do discurso perdurou até 1954, quando a comoção nacional em torno da morte do líder trabalhista atingiu o partido. No bojo das tensões, os comunistas foram identificados entre os opositores de Vargas e responsabilizados pela crise no governo que culminou no suicídio do presidente. Durante os protestos populares, sedes de jornais ligados ao PCB foram apedrejadas em diferentes cidades do país. Diante desses acontecimentos e da complexa conjuntura política que se estendeu de agosto de 1954 à posse de Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956, o partido experimentou um processo de transição, o qual resultou na reavaliação de sua tática com relação às formas de atuação e de inserção social.

No IV Congresso realizado no final de 1954, o partido aprovou um Programa que ratificava o “radicalismo político” e a luta pela implantação de um governo revolucionário, antiimperialista e antifeudal, embora na prática o partido seguisse uma plataforma reformista. Apesar da mudança na linha política, o partido contradisse os pontos do Programa recém aprovado ao declarar apoio à chapa Kubitschek-Goulart. Cabe mencionar que durante a campanha presidencial de 1955, as contendas com os trabalhistas foram redimensionadas. Os

³⁶ REIS FILHO, “Entre reforma e revolução...”, *op. cit.*, p. 75.

petebistas deixaram de ser oponentes políticos para assumir o *status* de “companheiros de luta”. À guisa de outras alianças tecidas ao longo da trajetória do PCB, a aproximação com o Partido Trabalhista Brasileiro provocou divergências entre os pecebistas.

Quanto às mudanças ensaiadas a partir da segunda metade dos anos 1950, um fator determinante para acelerar o processo de transição na linha política partidária seriam os desdobramentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em fevereiro de 1956, quando o Secretário Geral, Nikita Krushev denunciou os crimes políticos cometidos por Joseph Stalin. As revelações feitas por Krushev causaram perplexidade entre os comunistas e abalaram as estruturas dos PC's em todo o mundo. Os impactos do XX Congresso³⁷ geraram controvérsias e redefinições no partido comunista no Brasil, o qual não tardou em optar pelo *revisionismo kruchevista* e pela implementação de mudanças em sua linha política, fatores que alimentaram as divergências já existentes entre os diferentes grupos que disputavam a hegemonia do partido.

Na tentativa de inibir os debates internos a respeito das críticas ao *stalinismo* e de silenciar as “vozes dissonantes”, o Comitê Central passou a marginalizar alguns quadros partidários e a promover expurgos, sob o argumento de eliminar os núcleos “fracionistas” e “oportunistas” que ameaçavam a unidade do partido, entre os quais foram identificados os grupos liderados por Agildo Barata e Osvaldo Peralva, expulsos em maio de 1957.

No debate interno, conforme ressaltou Jean Sales, surgiram duas correntes. A primeira defendia a realização de uma autocrítica pública sobre os crimes cometidos por Stalin e questionava a capacidade do grupo dirigente em efetuar mudanças na linha política do partido. Já a segunda corrente “propunha mudanças limitadas e fazia defesa da ortodoxia partidária”.³⁸

Desse segundo grupo faziam parte, entre outros, João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara, Sergio Holmes e Maurício Grabois, que em agosto de 1957, após decisão do Comitê Central, foram afastados dos cargos de direção. Contra esses dirigentes, pesaram as acusações de induzirem o partido aos erros dogmáticos e sectários cometidos nas décadas anteriores. Em torno deles, originou-se o núcleo político a partir do qual, no início dos anos 1960, surgiria um novo partido comunista no Brasil. Em seus lugares, assumiram o comando da máquina

³⁷ Durante o XX Congresso do PCUS, decidiu-se, entre outras questões, pela reorientação na política externa soviética de coexistência pacífica com os Estados Unidos.

³⁸ SALES, Jean Rodrigues. “Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.) *As Esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 167.

partidária Giocondo Dias, Mario Alves, Calil Chade e Carlos Marighella, que juntamente com Luís Carlos Prestes, passaram a estar no centro do poder partidário.³⁹

Com os expurgos e as substituições na direção, abria-se caminho para a consolidação das redefinições políticas, posteriormente confirmadas na “Declaração sobre a política do PCB”, aprovada em março de 1958. A “Declaração de Março” colocou em vigência um novo programa, cujas definições e propostas divergiam diretamente do projeto revolucionário defendido no final dos anos 1940 e das resoluções aprovadas no IV Congresso de 1954.

O caráter da revolução brasileira continuava a ser antiimperialista e antifeudal, porém de cunho nacionalista e democrático, sem a necessidade em optar-se por “soluções radicais” na primeira etapa da revolução. A frente revolucionária deveria ser ampla, formada pelo proletariado, o campesinato, a pequena burguesia, a burguesia nacional e os setores latifundiários descontentes com o imperialismo. Embora a “Declaração” sinalizasse, ainda que timidamente, a possibilidade de uma “solução não pacífica”, essa opção aparece como uma hipótese remota a ser considerada em caso de avanço das forças reacionárias. Mais uma vez, as mudanças na linha política geraram polêmicas e acirraram os debates internos.

Em 1960, em consonância com a retomada do discurso nacional-democrático, os pecebistas apoiaram a chapa composta pelo Marechal Lott e João Goulart, no mesmo ano da realização do V Congresso, que ratificou as proposições presentes na “Declaração de Março”. Nesse momento, o grupo formado por ex-dirigentes intensificou as críticas contra o C.C., acusando-o de imprimir uma linha “revisionista” ao partido.

As modificações feitas no programa e no estatuto partidário em agosto de 1961 visavam à legalização do PCB junto ao Tribunal Superior Eleitoral e, *grosso modo*, excluíam os referenciais ideológicos explicitamente ligados ao *marxismo-leninismo*, sob a alegação de livrar o partido das acusações de espionagem para o governo soviético, no cenário internacional da Guerra Fria. Além dessas questões, a nomenclatura foi modificada para Partido Comunista Brasileiro, preservando a sigla PCB proveniente de sua antiga denominação (Partido Comunista do Brasil).

No mesmo ano, o PCB manifestou apoio à posse de João Goulart, na ocasião da renúncia de Jânio Quadros. Após a manobra política efetuada por parte do Congresso Nacional, o qual implantou o regime parlamentarista no país (1961-1963), o partido manteve seu apoio a Jango. No momento de retorno ao presidencialismo (1963), engajou-se na defesa das Reformas de Base. No entanto, ao pressionar o governo pela implementação das reformas,

³⁹ SALES, Jean Rodrigues. *A Luta Armada contra a Ditadura*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 18.

o partido parecia assumir um comportamento de “oposição”. O debate pelas reformas mobilizou diversos setores sociais, em uma fase de ascensão de movimentos liderados pelo operariado e pelos trabalhadores do campo. Nesse contexto, a constituição de um governo nacionalista democrático, capaz de impulsionar mudanças substanciais na sociedade parecia iminente, conforme o previsto pelas teses do PCB, reforçando a confiança dos pecebistas quanto ao promissor futuro da nação.

Mesmo desfrutando de um momento privilegiado de inserção nos movimentos sociais, a opção pela via pacífica para revolução foi um dos fatores que levou o partido a enfrentar críticas contundentes e, pela primeira vez em sua trajetória, a quebra de seu monopólio político entre as forças de esquerda. Apesar de tentar controlar a oposição interna, o PCB não contivera o afloramento de grupos políticos à sua esquerda, como o surgimento da ORM-Polop, em 1961,⁴⁰ da Ação Popular (AP), em 1962⁴¹, e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), proveniente de uma cisão ocorrida no PCB nesse mesmo ano; além do fortalecimento de grupos da esquerda nacionalista entre os quais se destacavam as Ligas Camponesas⁴² e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).⁴³

⁴⁰ A ORM-Polop agregou jovens intelectuais marxistas, entre eles, Theotônio dos Santos, Moniz Bandeira, Vânia Bambirra, Michael Löwy e os irmãos Eder e Emir Sader. Em linhas gerais, o grupo articulou-se em torno de duas críticas às formulações teóricas apresentadas pelo PCB. A primeira era ligada à análise conjuntural da realidade brasileira assentada na perspectiva dos *limites estruturais*: latifúndio e imperialismo, vistos como os principais entraves ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A segunda crítica diz respeito à proposta da revolução por etapas, em especial quanto à fase democrático-burguesa defendida pelos pecebistas. Em contrapartida, o grupo propunha uma visão inovadora ao interpretar que a economia do país encontrava-se em um estágio consolidado do capitalismo, cuja burguesia nacional mantinha interesses atrelados ao imperialismo internacional. Em decorrência dessa interpretação, defendia que a revolução brasileira assumisse, desde o início, o caráter antiimperialista e a tarefa de construção do socialismo.

⁴¹ A AP tem raízes nos núcleos ligados à Juventude Católica Universitária e a setores da Igreja voltados para atuação de leigos, entre eles a Juventude Estudantil Católica, a Juventude Operária Católica e a Juventude Agrária Católica. Embora em seu documento de fundação não constem referências diretas ao Cristianismo, o ideário cristão fez-se presente através de elementos do *Cristianismo da Libertação*, frequentemente mesclado aos pressupostos teóricos marxistas. Com relação ao caráter da revolução brasileira. A AP defendeu a revolução socialista, porém sem compartilhar a ideia de implantação da *ditadura do proletariado*.

⁴² As Ligas Camponesas às quais nos referimos surgiram em 1955, em torno da criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, no Engenho da Galiléia, em Vitória de Santo Antão, interior de Pernambuco. As conquistas dos lavradores dessa localidade inspiraram os trabalhadores rurais de outras regiões a se organizarem, contribuindo para a multiplicação das Ligas Camponesas por outros estados brasileiros, principalmente no nordeste. Além dos lavradores, o movimento contou com a participação de estudantes, intelectuais e advogados, como o caso de Francisco Julião, um dos líderes do movimento. Entre 1955 e 1959, o programa político das Ligas defendia a realização da reforma agrária a partir de uma perspectiva legalista. As mudanças nas propostas políticas vieram a partir de 1960, quando suas lideranças assumiram um discurso revolucionário, aproximando-se das ideias socialistas ligadas à influência da Revolução Cubana. No início dos anos 1960, as Ligas exerceram importante papel nos debates sobre a reforma agrária e a revolução brasileira.

⁴³ O MNR surgiu em 1964, pouco antes do golpe, e agrupou a corrente política liderada pelo petebista Leonel Brizola. Desde seu surgimento, o grupo reuniu, principalmente, soldados, marinheiros e militares de baixa patente, expulsos de suas corporações e perseguidos pela polícia política após o golpe. Do MNR saiu parte dos combatentes que implementaram a primeira tentativa de resistência armada contra a ditadura, conhecida como Guerrilha do Caparaó, desarticulada pela repressão em 1967. Sobre a Guerrilha, ver. COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo, Boitempo, 2007.

No contexto internacional, a vitória dos revolucionários cubanos, em 1959, a posterior adoção do Socialismo, em 1961, o triunfo da Revolução Argelina, em 1962, e a retomada das lutas de libertação nacional no Vietnã desde 1960, somados ao movimento de internacionalização das ideias maoístas em meio às divergências sino-soviéticas,⁴⁴ alimentaram esperanças, sonhos e perspectivas de uma geração ávida por mudanças sociais. O afloramento de novas organizações de esquerda, surgidos a partir de cisões ou em oposição à postura considerada “passiva” adotada pelo PCB, sinalizava, também, a existência de grupos predispostos a seguir outros caminhos na luta pelas transformações sociais no Brasil, inclusive apoiados na tática da luta armada.

A despeito do surgimento dos novos movimentos e organizações, o PCB manteve o espírito otimista e confiante na efetivação das reformas defendidas pelo Governo Jango, parecendo subestimar o crescimento de alianças políticas conservadoras, contrárias às reformas e às possíveis mudanças advindas com elas. Nesse processo, venceram os conservadores e seus aliados, que articularam a deflagração do Golpe Civil-Militar.

Conforme assinalaram Marco Aurélio Santana e Ricardo Antunes, “o golpe foi um baque em toda a estrutura organizacional comunista”, especialmente para os pecebistas, gerando uma longa discussão entre as organizações de esquerda em torno das responsabilidades pela derrota dos setores progressistas,⁴⁵ da qual o PCB tornou-se o “bode expiatório”. As críticas ao partido devem-se, entre outras questões, ao fato de sua inserção nos movimentos sociais, principalmente nas entidades sindicais, não garantirem ações políticas de reação.⁴⁶ Talvez por subestimar a destreza, a eficácia do discurso e a capacidade de ação de seus inimigos políticos. O fato é que os acontecimentos de 01 de abril de 1964 abriram no seio das esquerdas em geral, e no interior do PCB em particular, um sério debate acerca dos caminhos percorridos pelo partido.

Observa-se, então, que a década de 1960 foi marcada por uma profunda crise de representação dos partidos de esquerda, sem precedentes na história brasileira, acometendo

⁴⁴ As divergências sino-soviéticas decorreram das críticas tecidas por Mao Tse-Tung e pelo PCCh às diretrizes políticas estabelecidas pelo governo soviético após a morte de Stalin (1953) e às resoluções do XX Congresso do PCUS. Após o Congresso, Mao passou a acusar a direção do PCUS de revisionismo e de alinhamento ao imperialismo estadunidense. Em 1962, URSS e China romperam relações diplomáticas. A partir daí, a China consolidou suas proposições sobre um modelo socialista próprio conhecido como a *via chinesa*, cuja ênfase estaria na agricultura.

⁴⁵ SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. “O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil”. In: RIDENTI, Marcelo. REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 6. Campinas, Editora da Unicamp, 2007, p. 377.

⁴⁶ SILVA, Fernando Teixeira da. “Breve história de erros e bodes expiatórios. PCB e trabalhadores (1945-1964)”. In: FORTES, Alexandre (Org.) *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo/ Chapecó, Editora Perseu Abramo/ Argos, 2005, pp. 183-193.

desde o tradicional PCB e a esquerda nacionalista às recentes organizações. Do processo de crítica e de autocrítica, nasceram diversos grupos, em especial da esquerda armada. A partir do PCB originaram-se, por exemplo, a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul (DL-RS), a Dissidência do Estado do Rio de Janeiro (DI-RJ) e a Dissidência da Guanabara DI-GB, conhecida como Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8),⁴⁷ ocorridas em 1966, a Aliança Libertadora Nacional (ALN) fundada em 1967, sob a liderança de Carlos Marighella.

Embora o PCB tenha sido o partido que mais cisões sofreu, o PCdoB, a Polop e a AP também foram criticados por parcela de seus militantes, enfrentando dissidências e fragmentações. O PCdoB passou por duas cisões as quais originaram, respectivamente, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), em 1966, e o Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PCdoB-AV), em 1967. A Polop, por sua vez, vivenciou a perda de quadros no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, que formaram o Comando de Libertação Nacional (Colina) e a dissidência que resultou no Partido Operário Revolucionário (POR), em 1967; enquanto dissidentes da AP organizaram o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PTR), em 1969. Nesse quadro de descontentamento, emergiram ainda grupos formados por dissidentes de diferentes organizações, como a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) composta por ex-militantes do PCB, da Polop, da AP e da esquerda nacionalista.

Sobre esse processo de fragmentação, cabe ressaltar que a multiplicação dos grupos da esquerda armada e as suas respectivas ações devem ser interpretadas enquanto parte do contexto histórico delimitado à primeira década de vigência do Regime Civil-Militar (1964-1974), dentro do quadro concreto de combate à ditadura, embora o projeto ideológico das organizações guerrilheiras não se restringisse a derrubá-la, como lembrou Marcelo Ridenti.⁴⁸

Inserido no quadro de formação de novos partidos e organizações de esquerda, o PCdoB assume uma posição importante em nosso trabalho em função de ser a matriz da Ala Vermelha. A fim de possibilitar uma melhor compreensão acerca do surgimento da Ala, observaremos alguns aspectos importantes ligados à trajetória inicial do partido, o que justifica nosso esforço em alongar o tema neste capítulo.

⁴⁷ A denominação MR-8, adotada em setembro de 1969 durante o sequestro do embaixador estadunidense pela Dissidência, tinha o objetivo de “confundir e desmoralizar a repressão”, que semanas antes anunciara a destruição da organização. O nome assumido para efeitos propagandísticos permaneceu desde então. REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, p. 450.

⁴⁸ RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.) *As Esquerdas no Brasil*, *op. cit.*, p. 27.

1.3 PCdoB: origens e dilemas iniciais

As origens do PCdoB remontam à luta interna no PCB, em curso desde a segunda metade da década de 1950. Naquele momento, os principais pontos de dissenso giravam em torno de duas discussões. A primeira relacionada à dinâmica de funcionamento do próprio partido e a segunda ligada ao caráter da revolução brasileira, tema amplamente debatido por intelectuais e militantes de esquerda no Brasil e na América Latina, no início dos anos 1960. Porém, o ápice das divergências e da disputa pelo controle da máquina partidária ocorreria durante as prévias para o V Congresso, quando o grupo articulado por Amazonas, Grabois, Câmara, Holmos, Pedro Pomar e Carlos Danielli opôs-se às teses propostas pelo Comitê Central, em especial às análises acerca do desenvolvimento do capitalismo no país, considerada “excessivamente otimista”, e à defesa do caminho pacífico para a revolução.⁴⁹

Durante o Congresso, as teses apresentadas pelo Comitê foram aprovadas de forma majoritária, enquanto o grupo oposicionista perdeu ainda mais espaço de atuação política no interior do PCB. O rompimento entre o grupo e o Comitê Central foi selado em 1961, quando a direção promoveu mudanças no Programa e no estatuto partidário, sob o argumento de viabilizar a legalização da legenda, de acordo com a legislação em vigor. Contrários a tais modificações e descontentes com a perda de espaço político, os oposicionistas redigiram um protesto, conhecido como a “Carta dos cem”, por meio do qual acusavam os membros do Comitê de renegarem as origens socialistas do partido, aproximando-o do *revisionismo político*.⁵⁰ Em resposta à carta-protesto, o Comitê expulsou os responsáveis pela redação do texto, sob a alegação de que esses tentavam dividir o partido.

Em fevereiro de 1962, os militantes expulsos rearticularam-se e convocaram uma Conferência Nacional Extraordinária, na qual aprovaram um novo Comitê Central e um novo estatuto. Também declararam a reorganização do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922. Além da nomenclatura, representada agora pela sigla PCdoB, os membros do novo partido requisitariam o legado comunista brasileiro, iniciando um processo de disputas pela história e pela memória dos comunistas no Brasil. Sobre esse processo, conforme apontou Jean Sales, o PCdoB se apresenta como o verdadeiro partido do proletariado, porque teria se mantido dentro da tradição política de 1922, “enquanto o outro grupo (o PCB) havia rompido

⁴⁹ SALES, “Da luta armada ao governo Lula...” *op. cit.*, pp. 166-168.

⁵⁰ *Revisionismo* - Sucessão de modificações na teoria marxista e suas implicações na prática política, conforme as mudanças ocorridas na sociedade capitalista. A partir da 2ª metade do século XX, o *revisionismo* passou a ser identificado com o reformismo e com o abandono de metas revolucionárias socialistas. BOTTOMORE, Tom. (Org.) *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1996, p. 662.

com essa tradição ao abandonar o marxismo-leninismo e se alinhar à corrente revisionista soviética”.⁵¹

Em seu documento de fundação, intitulado “Manifesto-Programa”, o PCdoB apontou como principais entraves ao desenvolvimento e à igualdade socioeconômica no Brasil a hegemonia das classes dominantes na agricultura, na indústria e em setores estratégicos da economia brasileira, que se encontrava atrelada aos interesses do capitalismo estadunidense. Diagnosticados os problemas, o partido estabeleceu como meta-solução a instauração

[...] de um regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista que expresse as forças sociais em ascensão no país, os anseios dos operários, dos camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios industriais e comerciantes e de outros elementos progressistas. Esse regime, porém, somente será criado se essas forças afastarem do poder as atuais classes dominantes e instalarem um governo popular revolucionário.⁵²

De acordo com o documento, a composição das forças revolucionárias deveria ser ampla, integrada por operários, camponeses e representantes da pequena e média burguesia, esses últimos vistos como *elementos progressistas*. Para superar os obstáculos, caberia às *massas* recorrerem a todas as formas de luta que se fizessem necessárias para alcançar seus objetivos, inclusive a via eleitoral, entendida como um mecanismo para eleger representantes comprometidos com a defesa das causas populares. Ainda que a estratégia eleitoral significasse conquistas parciais, com ela esperava-se fortalecer “a organização e a unidade do povo brasileiro”.⁵³

Ademais, todos os movimentos democráticos e patrióticos deveriam contribuir para atingir a grande meta – a conquista de um novo poder político. Apesar de conferir significativa importância às alternativas legais de luta, o texto ressalta que “apenas a luta decidida e enérgica e as ações revolucionárias de envergadura, dariam o poder ao povo”.⁵⁴ Embora não mencione de forma clara as táticas para a instauração de um novo regime e a constituição de um *governo popular revolucionário*, o documento alerta o fato de que a burguesia e os agentes do imperialismo tornavam “inviável o caminho pacífico para a revolução”,⁵⁵ deixando entreaberta a possibilidade da tática da *violência revolucionária*. No

⁵¹ SALES, Jean Rodrigues. “O PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política”. *Diálogos*. UEM-Maringá, vol. 6, 2002, p.157.

⁵² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Manifesto-Programa*. Apud. REIS FILHO; SÁ, *op. cit*, p. 43.

⁵³ *Idem*, p. 46.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*.

“Manifesto”, o partido definiu-se como uma organização *marxista-leninista*. E, apesar de exaltar os papéis históricos desempenhados pelas revoluções cubana e chinesa não apresentou referências que o identificasse com o *foquismo* ou o *maoísmo*. Somente em 1963, o PCdoB consolidou seu posicionamento político-ideológico ao alinhar-se ao Partido Comunista Chinês.

Com relação ao alinhamento com a China, é necessário destacar que, para além da questão ideológica, outros aspectos foram decisivos nesse processo. No momento de sua fundação, quando reivindicou para si o posto de “verdadeiro partido comunista do Brasil”, o PCdoB abriu um importante precedente em sua política internacional, uma vez que para legitimar esse posto e manter a coerência de seu discurso, precisava contar com o reconhecimento do PCUS.

Apesar da tentativa, expressa pela visita de Pedro Pomar à Moscou, os soviéticos mantiveram suas ligações com o PCB. Embora a primeira opção de alinhamento internacional estivesse ligada ao reconhecimento do partido pela URSS, o PCdoB buscou, paralelamente, estabelecer contatos com Cuba e China a partir das conversações intermediadas, respectivamente, por Lincoln Oeste e João Amazonas. Com relação às negociações com o governo cubano, o regime socialista liderado por Fidel Castro preservou, naquele momento, seu apoio e financiamento ao projeto de guerrilha rural articulado pelas Ligas Camponesas. Com isso, em seu processo de busca de legitimidade no cenário internacional, o PCdoB, em parte pelas questões suscitadas acima, aderiu ao *maoísmo*.⁵⁶

A aproximação com as ideias maoístas foi decisiva para as definições políticas assumidas pelo PCdoB, em especial no tocante à proposta da revolução em duas etapas e à escolha pelo modelo de *guerra popular prolongada*, enquanto a tática de luta mais adequada a ser implementada pelo partido. Ainda cabe dizer que a opção pelo *maoísmo* deu-se no momento de ruptura pública das relações entre o PCCh e o PCUS, fator que ajudou o PCdoB na formulação de um discurso contrário ao *revisionismo soviético* enquanto elemento de diferenciação político-ideológica em relação à sua matriz.

Naquela conjuntura, comunistas brasileiros e chineses possuiriam interesses comuns. O PCCh disputava abertamente com o PCUS a hegemonia no movimento comunista internacional, tornando importante a aliança com um partido no Brasil, enquanto o PCdoB

⁵⁶ SALES, Jean Rodrigues. “Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs) *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 6. Campinas, Editora da Unicamp, 2007, p. 75.

encontraria apoio nessa vertente do comunismo internacional durante os primeiros anos de sua trajetória.⁵⁷

Para Elio Cabral de Souza, ex-coordenador do dispositivo armado das Ligas Camponesas no sul da Bahia e militante do PCdoB desde 1964, “a opção pela China comunista, em meio às divergências sino-soviéticas e a possibilidade de encampar a luta armada no Brasil foram fatores decisivos para engrossar as fileiras do partido”.⁵⁸ Com efeito, após o golpe, o partido vivenciou um aumento no número de militantes. No entanto, esse crescimento não representou a ascensão do PCdoB entre os grupos de esquerda como esperavam seus dirigentes, possivelmente porque o partido não conseguiu tirar proveito do clima de insatisfação que recaiu sobre a militância do PCB após o golpe.

Mesmo empenhado na busca por uma linha política oposta àquela defendida pelo PCB, durante os primeiros anos de sua existência o PCdoB adotou táticas próximas de sua matriz como a defesa de uma composição ampla das forças revolucionárias e o aceno às alternativas legais e pacíficas de luta. Tais ideias tornar-se-iam motivo de dissenso no interior do partido, especialmente após a instauração da ditadura. Em agosto de 1964, a direção tentou esboçar uma reação ao regime autoritário ao lançar o documento “O golpe e seus ensinamentos”, através do qual propunha uma análise acerca do significado do Golpe de 1964 e suas consequências para o país.

É interessante notar que essa seria a primeira vez em que o PCdoB referia-se à luta armada como norteadora “do pensamento e da ação de todos os verdadeiros revolucionários”.⁵⁹ Apesar de o documento indicar a necessidade do uso da *violência revolucionária* no combate à ditadura e ao sistema político-econômico por ela representado, não houve, naquele momento, uma definição das táticas de ação para levar adiante tal proposta.

Com relação ao último aspecto, o envio de militantes para treinamentos político-militares na China seria interpretado como um dilema no tocante às proposições do partido, em virtude dessa decisão indicar a intenção em implantar a luta armada no Brasil. Afinal, que outra razão justificaria o estreitamento das relações com o PCCh através do recrutamento de quadros para treinamentos na Academia Militar de Pequim senão a preparação da luta armada?

⁵⁷ *Idem.*

⁵⁸ Segundo Elio Cabral, seu ingresso no PCdoB ocorreu antes do Golpe por intermédio de Amazonas, que teria se deslocado do Rio de Janeiro à Goiânia para recrutá-lo e também a Tarzan de Castro, em função do prestígio que ambos desfrutavam no movimento estudantil goiano e por suas respectivas experiências nas Ligas Camponesas. Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

⁵⁹ Cf. SALES. *A Luta Armada contra a Ditadura...*, *op. cit.*, p. 89.

Segundo Wladimir Pomar, no final de 1963 a Comissão Executiva deliberou sobre a criação de uma Comissão Militar encarregada pelos preparativos da guerrilha, inclusive pela escolha do local e da formação dos quadros que a integrariam. Definindo-se, a partir daquele momento, os preparativos para realizar a luta armada contra a ditadura e pela substituição do regime político.⁶⁰

Paralelamente aos encaminhamentos propostos pela Comissão Executiva implementados em sigilo, o PCdoB vivenciava acalorados debates entre as tendências propositoras da tática de *foco* combinada à insurreição urbana e às defensoras da estratégia de *guerra popular* e de guerrilha rural.⁶¹ Nos debates travados por essas tendências, estava implícito outro paradoxo: iniciar a luta armada como meio de incentivar a luta política ou primeiro construir uma base política sólida como condição preliminar para lançar a guerrilha?

A Comissão Executiva optou pelo processo de construção do partido, considerando-o a primeira tarefa revolucionária. A luta armada apareceria como a quinta tarefa a ser cumprida. De acordo com Wladimir Pomar: “a preparação da luta armada como 5ª Tarefa não fazia parte de qualquer documento. Ela vinha sendo tocada como uma decisão secreta da Comissão Executiva, sem levar muito em conta o que o conjunto do partido pensava a respeito”.⁶²

Inicialmente, fizeram parte do grupo responsável pelos preparativos da guerrilha, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, Dyneas Aguiar e o próprio Wladimir Pomar. No entanto, em 1964 ocorreram as primeiras mudanças na composição desse grupo, em virtude dos treinamentos na China, cujas delegações eram lideradas por Grabois. Em 1965, Wladimir teria sido excluído da Comissão Militar e Pedro Pomar substituído por Amazonas, que assumiu juntamente com Grabois e Arroyo a direção do grupo.⁶³

Em 29 de março 1964, ainda durante o Governo Goulart, seguiu para os treinamentos na China uma turma de dez militantes, entre eles Diniz Cabral Filho e Osvaldo Orlando da Costa⁶⁴. Em 1965, já no contexto da ditadura, foi recrutada uma delegação maior, na qual estariam Tarzan de Castro, Elio Cabral de Souza, Gerson Alves Parreira e Amaro Luís Carvalho, entre outros. No ano seguinte, foi enviado um terceiro grupo, do qual fizeram parte Derly José de Carvalho e Edgard de Almeida Martins.⁶⁵ Com exceção de Osvaldo Orlando da

⁶⁰ POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo, Global 1980, p. 23.

⁶¹ *Idem*.

⁶² Entrevista de Wladimir Pomar a Augusto Buonicore, por e-mail, entre o segundo semestre de 2010 e janeiro de 2011. Disponível em <http://grabois.org.br/portal/cdm>. Acesso em 17 de abril de 2013.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ GORENDER, *op. cit.*, p. 107.

⁶⁵ SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1967-1974)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006, pp. 45-47.

Costa, que permaneceu no PCdoB ⁶⁶ e de Amaro Luís Carvalho, o qual cindiria com partido em 1966, os demais militantes estariam entre os futuros fundadores e dirigentes da Ala Vermelha.

Na perspectiva da Comissão Executiva, a missão deveria ser cumprida de forma secreta a fim de evitar vazamentos de informações que despertassem a atenção dos órgãos de repressão política. Por essas razões, nem mesmo os participantes dos treinamentos tinham acesso aos detalhes sobre onde e quando as ações guerrilheiras aconteceriam. Apesar da intenção de colocar em prática a guerrilha, o tema da luta armada constituiu-se enquanto *tabu* nas discussões internas. O monopólio das Comissões Executiva e Militar sobre os preparativos da luta armada provocou o desconhecimento sobre o assunto não apenas nas bases partidárias, mas também entre os dirigentes regionais e até mesmo entre alguns membros do Comitê Central. ⁶⁷

O sigilo foi interpretado como demora da direção em responder às tendências defensoras da luta armada, sobretudo, ligadas ao setor estudantil. A insistência de parcela dos militantes por formulações objetivas sobre o assunto embasava-se na adesão aos pressupostos maoístas pelo partido, que entre outras questões, representava importante contraponto ao *reformismo* atribuído ao PCB. Para Elio Cabral, que estivera na China em 1965, “os impasses e o silêncio do Comitê em relação à luta armada foram as principais causas para os rachas e os atritos no partido”. ⁶⁸

Quanto à experiência vivenciada na China, Elio relatou que o treinamento era dividido em duas etapas: o curso de teoria política, administrado na cidade de Nanquim, no qual os participantes aprendiam sobre a construção do *partido revolucionário*, a *linha de massas* e a inserção do partido nos movimentos sociais; e o treinamento militar realizado em Pequim, no qual eram repassadas instruções sobre táticas guerrilheiras, manuseio de armas e fabricação de minas. Em seu depoimento, destacou o interesse dos instrutores chineses pela cultura brasileira, como tentativa de encontrar semelhanças com a realidade chinesa, a fim de sugerirem os caminhos para a revolução no Brasil. ⁶⁹

⁶⁶ Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como “Osvaldão”, exerceu importante atuação nos postos de comando da Guerrilha do Araguaia. Sobre a experiência guerrilheira implementada pelo PCdoB, ver. MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo, Geração Editorial, 2005. PORTELA, Fernando. *A Guerra de Guerrilhas no Brasil*. São Paulo, Global, 1979.

⁶⁷ POMAR, *op. cit.*, p. 28.

⁶⁸ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.*

⁶⁹ *Idem.*

Em junho de 1966, por ocasião da VI Conferência,⁷⁰ a direção apresentou um conjunto de resoluções políticas para orientar a *luta revolucionária* e a resistência à ditadura. Tais resoluções foram reunidas no texto “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”,⁷¹ redigido pelo Comitê Central. O documento, aprovado durante o encontro, ressaltou a análise de que o país vivia sob um regime reacionário subordinado aos interesses imperialistas. Na perspectiva de seus autores, a situação brasileira seria o reflexo da principal contradição do mundo contemporâneo, expressa através dos choques entre o imperialismo estadunidense e os povos oprimidos dos países subdesenvolvidos.

Diante dessa constatação, propunha-se a formação de uma frente única, orientada pela defesa das liberdades democráticas, sem abrir mão da luta armada no combate à ditadura. A adoção dessa estratégia sinalizava contradições no discurso e na *práxis* política do partido. No início do texto, foram sugeridas alternativas de luta consideradas adequadas a uma conjuntura na qual, apesar da ditadura, persistiriam oportunidades de atuação legal, como a formação de uma frente única que comportaria inclusive elementos da União Democrática Nacional (UDN). Essa frente seria pautada por uma plataforma de luta política ligada aos princípios da “independência, do progresso e da liberdade nacional” e em “oposição decidida à recolonização do Brasil pelos Estados Unidos” e, por formulações em torno do “desenvolvimento independente da economia nacional”, de “defesa da cultura nacional”, da “garantia das liberdades democráticas”, pela composição de “um governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas” e a “convocação de uma Assembléia Constituinte, livremente eleita.”⁷²

Em contrapartida, a segunda parte do documento menciona o uso da *violência revolucionária*, ao ressaltar que a derrubada da ditadura só seria possível através da luta armada:

A experiência política do povo brasileiro mostra que para alcançar a independência, o progresso e a liberdade, é necessário esmagar os reacionários mancomunados com os monopolistas ianques. Isto só é possível por meio da revolução. Eis porque, simultaneamente com a ação política e a atividade para organizar a união dos patriotas, é imprescindível preparar-se para a luta armada, forma mais alta de luta de massas.⁷³

⁷⁰ A numeração da Conferência leva em conta a reivindicação do PCdoB de continuidade com relação ao PC fundado em 1922. GORENDER, *op. cit.*, p. 107.

⁷¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. Apud. REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, pp. 71-114.

⁷² *União dos brasileiros para livrar o país da crise...*, *op. cit.*, Apud. REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, pp. 86-87.

⁷³ *Idem*, p. 93.

De modo coerente com sua filiação ao *maoísmo*, o partido afirmou ser o modelo de *guerra popular prolongada* a tática de luta mais adequada à realidade brasileira. Ainda sim, a tentativa de associar o trabalho de massas à luta armada gerou controvérsias entre a militância e, na prática, uma “justaposição de táticas diametralmente opostas”, uma vez que das proposições de uma tática centrada na defesa das liberdades democráticas, passava-se, sem mediações, para a proposta de *guerra popular*.⁷⁴ Tais contradições evidenciavam a existência de um dualismo tático-estratégico, o qual marcaria a trajetória do partido no decorrer dos anos 1960. Esse dualismo seria rompido em janeiro de 1969, com a aprovação do documento “Guerra Popular – caminho para a luta armada”, a partir do qual foram definidos alguns dos principais aspectos do projeto de guerrilha rural.⁷⁵

Para Reis Filho, a existência de orientações ambíguas ou contraditórias é comum entre as organizações comunistas, gerando o fenômeno o qual denominou de “ambivalência das orientações”.⁷⁶ Em algumas circunstâncias, essa ambivalência seria consequência da conciliação entre frações internas em luta. Formulações desse tipo instauram dúvidas e podem indicar “incerteza ou prudência da direção política, temerosa de se comprometer com uma diretriz que, mais tarde, possa se afigurar incorreta, recaindo sobre si mesma a responsabilidade de tê-la sugerido”.⁷⁷ Ao que parece, o PCdoB não escapou dessa ambivalência na formulação de suas orientações políticas.

No início dos anos 1980, Wladimir Pomar interpretaria tais contradições como reflexo das disputas pelo poder e das divergências internas, que opunham as correntes defensoras do ingresso imediato na luta armada aos grupos influenciados pelas ideias chinesas, os quais alegavam a necessidade de um trabalho de base entre as *massas*, a fim de prepará-las para as ações militaristas. Em sua análise, a estratégia de luta armada adotada pelo PCdoB foi definida a partir da combinação entre essas duas teses. Embora essa associação não aparecesse de forma explícita nos documentos do partido.⁷⁸

Vale lembrar que o debate sobre a luta armada, antecede a VI Conferência. As diretivas aprovadas no encontro, com restrições por alguns grupos, geraram desdobramentos políticos desfavoráveis ao partido, entre eles o acirramento do processo de luta interna. Desde 1965, os polos de tensão foram representados pelos membros do Comitê Central e pelos

⁷⁴ GORENDER, *op. cit.*, p. 107.

⁷⁵ *Idem*, p. 108.

⁷⁶ REIS FILHO, *A Revolução faltou ao Encontro...*, *op. cit.*, pp. 130-131.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ POMAR, *op. cit.*, 1980, p. 13.

grupos considerados *radicais*, em especial aquele formado em torno de militantes recém-chegados de treinamentos na China.

Além das divergências suscitadas pelas proposições presentes no documento “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, duas outras decisões geraram polêmicas durante a Conferência: a aprovação de um novo estatuto e a substituição de um quinto dos membros do Comitê Central.

O acirramento das divergências entre os núcleos oposicionistas e os dirigentes provocaria duas cisões: a primeira resultaria na criação do Partido Comunista Revolucionário (PCR), ainda em 1966; e a segunda, na fundação do Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha, no ano seguinte. De acordo com Reis Filho, essas cisões ocorreram porque na compreensão dos grupos oposicionistas “o PCdoB, ou melhor, sua direção, não tinha sido capaz de assumir as tarefas revolucionárias que se impunham”.⁷⁹

1.3.1 A luta interna no PCdoB e a composição de uma ala vermelha⁸⁰

No processo de luta interna, é importante perceber que a formação do PCR, em maio de 1966, precede à realização da Conferência agendada para o mês seguinte. A base da nova organização seria composta por estudantes universitários, em sua maioria, oriundos dos estados nordestinos e por ex-dirigentes das Ligas Camponesas, entre eles Amaro Luís Carvalho, o Capivara, conhecido pelos membros dos dispositivos armados das Ligas por sua rigidez disciplinar.⁸¹ No momento da cisão, o PCR lançou a “Carta de 12 Pontos aos Comunistas Universitários”,⁸² a partir da qual apresentava sua interpretação sobre as contradições existentes na sociedade brasileira, cuja maior expressão manifestava-se nas desigualdades sócio-econômicas verificadas na região nordeste. Por essa razão, a região foi definida como ponto estratégico para a ação dos grupos revolucionários no Brasil.⁸³

Após sua formação, o grupo iniciou uma série de ações armadas na Zona da Mata, com o objetivo de desarticular as estruturas da produção açucareira. Apesar dos atos de efeito imediato, como a prática de incendiar canaviais, a organização não aderiu ao *foquismo*,

⁷⁹ REIS FILHO, *A Revolução faltou ao Encontro...*, *op. cit.*, p. 110.

⁸⁰ Em alguns parágrafos usaremos a expressão “ala vermelha” entre aspas para reforçar a condição de tendência do PCdoB.

⁸¹ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.*

⁸² PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. *Carta de 12 Pontos aos Comunistas Universitários*. *Apud.* REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, pp. 63-69.

⁸³ *Idem.*

seguindo o matiz ideológico *maoísta* do PCdoB, em especial com relação à estratégia de *guerra popular prolongada*.

Outro grupo oposicionista, posteriormente fundador da Ala Vermelha, também se formou em torno de antigos dirigentes das extintas Ligas Camponesas, entre eles Elio Cabral de Souza e Tarzan de Castro, de setores estudantis, sobretudo paulistas, com destaque para a influência exercida por Diniz Cabral e do núcleo operário articulado pelo metalúrgico Derly de Carvalho. Como vimos, Elio, Tarzan, Diniz e Derly estavam entre os quadros enviados para os estágios militares na China. Em comum com a célula originária do PCR, o grupo ainda teria a crítica à morosidade da direção do PCdoB em preparar à guerrilha.

A questão da luta armada agitava a vida partidária, apesar dos esforços do Comitê em atenuar a situação, alegando que o assunto não poderia ser debatido em todos os âmbitos do partido, em virtude das preocupações com a segurança. Segundo Elio Cabral, os argumentos com relação ao sigilo em torno do tema, “na realidade era uma estratégia dos camaradas (membros do C.C.) para ganharem tempo e amenizarem a situação (a luta interna)”.⁸⁴

A fim de conter o avanço dos núcleos oposicionistas à linha política definida pelo Comitê, que seria apresentada na VI Conferência, promoveu-se a transferência de dirigentes regionais para estados distantes dos polos de discussão partidária, Rio de Janeiro e São Paulo. Decisão essa, interpretada pelos oposicionistas como resquícios das práticas de direção herdadas do PCB. Sobre as transferências, Elio Cabral afirmou que, pouco antes da Conferência, procurou os membros do Comitê no Rio de Janeiro, “com intuito de sugerir a ampliação da democracia interna no partido”.⁸⁵ Dias depois, foi deslocado para Campo Grande (MS), com a missão de recrutar militantes. Em sua concepção, essa medida indicava a intenção do Comitê Central em desarticular a oposição liderada por Gerson Parreira, dirigente regional em São Paulo, e por Diniz Cabral Filho, Assistente das Bases Estudantis Paulistas.

Além das transferências, o grupo, ao qual Elio, Gerson e Diniz pertenciam, criticava a recusa do Comitê em liberar com antecedência as teses que seriam votadas no encontro nacional para o debate prévio entre as bases partidárias. Na opinião de Elio Cabral, os textos não foram disponibilizados para evitar que fossem discutidos: “A gente (integrantes da Ala) tinha posturas contrárias aos rumos que o partido vinha seguindo e eles (membros do C.C.) sabiam disso”.⁸⁶

⁸⁴ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.* Grifo da autora.

⁸⁵ *Idem.*

⁸⁶ *Idem.* Grifo da autora.

Curiosamente, mesmo assumindo uma posição contrária à linha política proposta pelo Comitê, em 1966, Elio e outros opositores a aprovaram. O militante justificou essa atitude como própria do “clima de tensão que tomou conta do partido durante o encontro”.⁸⁷ Apesar da contradição em aprovar diretivas com as quais não concordavam, permaneceram à frente do movimento de oposição.

Após a Conferência, o grupo liderado por Elio, Gerson e Diniz organizou a tendência denominada “ala vermelha”. A expressão, inspirada na *Guarda Vermelha* do Exército Revolucionário Chinês, tinha como objetivo denotar contraposição à existência de uma suposta “ala branca”, representada pelos membros do Comitê Central. Além de conferir um caráter revolucionário à tendência.

Articulada, a “ala vermelha” redigiu um texto cujo título “Por um grande debate revolucionário em nosso Partido”⁸⁸ repercutiu de forma provocativa em meio às tensões que permeavam a vida partidária. Com esse documento, a “ala” parecia desafiar a direção para o debate sobre as táticas da revolução no país. Em resumo, o texto apresentou uma análise do movimento comunista internacional, ressaltando o papel dos comunistas brasileiros nesse processo, ao mesmo tempo em que acusava o Comitê Central de não conseguir superar as debilidades políticas que acometiam o partido, entre elas os preparativos para a luta armada.⁸⁹

Os embates entre o Comitê e a “ala vermelha” perdurariam até meados de 1967, quando a direção nacional dissolveu o Comitê Regional de São Paulo, cujos dirigentes seriam lideranças da “ala”. Em julho, sob a acusação de promoverem o *fracionismo* político, Diniz Cabral Filho, Elio Cabral, Carlos Takaoka, Paulo Gianinni, Renato Tapajós, Vicente Roig e Tarzan de Castro foram expulsos do partido.⁹⁰ As expulsões podem ser explicadas, em parte, pela ortodoxia partidária que não admitia a existência de núcleos opositores à direção. Cinco anos após sua fundação, o PCdoB parecia cair nas mesmas armadilhas de sua matriz ao tentar eliminar as divergências internas, apropriando-se dos argumentos utilizados pela direção do PCB, no final dos anos 1950.

Entre agosto e setembro, os integrantes da “ala” que ainda permaneciam no PCdoB intensificaram as críticas ao Comitê através do documento “A Luta contra o oportunismo: a

⁸⁷ *Idem.*

⁸⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Por um grande debate revolucionário em nosso Partido*. Darf, AV, DDI-I, documento 85, Aperj, 1966. Não foi possível precisar o mês de divulgação interna do documento, porém com base em suas formulações, possivelmente foi escrito após a VI Conferência.

⁸⁹ *Idem*, p. 07.

⁹⁰ SILVA, 2006, *op. cit.*, pp. 69-70.

origem da luta interna”.⁹¹ Por meio desse, apresentaram sua visão sobre as razões que levaram ao processo de luta que dividira a militância, entre as quais estariam os métodos utilizados pela cúpula partidária para manter-se no poder, como a dissolução dos organismos regionais e a “difamação” dos opositoristas:

O Partido Comunista do Brasil vive uma atmosfera de luta interna. Esta luta se desenvolve e se dá contra todas as formas de oportunismo cristalizadas principalmente no grupo que ocupa cargos de direção. Por esta razão é dele que partem as diversas manifestações tentando descaracterizar a luta interna, difamando camaradas, dissolvendo organismos, enfim, realizando velhas práticas viciadas de direção [...] A VI Conferência Nacional, cujo objetivo deveria ter sido o de ativar as discussões de todas as questões fundamentais da revolução e do Partido, muito pelo contrário, foi o de consolidar as posições do grupo que ocupa cargos de direção. [...] Nela também não se discutiu nenhum anteprojeto do documento, tampouco dos Estatutos, sob a alegação de que se “houvesse discussões, a reação tomaria conhecimento da Conferência, ameaçando a sua realização”. Exageraram-se as condições de clandestinidade no sentido de usar do centralismo democrático e eliminar a democracia interna. [...] O que de mais grave resultou da VI Conferência foi o documento por ela aprovado. Esse documento que trata de problemas de importância fundamental para o Partido, como o problema da tática revolucionária [...] ⁹²

O texto condensou os reclames da “ala vermelha” com relação à dinâmica de funcionamento do partido, entre eles a ausência de democracia interna, e retomaria as críticas sobre a forma como a VI Conferência teria sido conduzida e as diretivas nela aprovadas, em especial no que se refere à questão da tática revolucionária, elemento-chave nas contendas intrapartidárias.

A reação do Comitê Central ao texto foi imediata. Em resposta às críticas, o jornal *A Classe Operária* publicou, sob o título “Da Honra”, a concepção dos dirigentes do PCdoB sobre o papel de Partido e de seus militantes, repudiando os comportamentos considerados oportunistas:

Duras e difíceis tarefas estão colocadas diante dos comunistas. Ao Partido cabe conduzir o povo nos grandiosos embates pela libertação nacional e pelo socialismo. [...] Nada é mais importante para um militante do que haver ingressado no Partido. Os arrivistas, aproveitadores, carreiristas intragantes ou poltrões não podem encontrar guarida nas fileiras do Partido [...] ⁹³

⁹¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A Luta contra o oportunismo: a origem da luta interna*. Darf, AV, DDI-I, documento 04, caixa 03, Aperj, ago/set de 1966.

⁹² *Idem*, pp. 01-05.

⁹³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A Classe Operária*, n. 17, Ano III, setembro de 1967, p. 01. Disponível em <http://grabois.org.br/admin/arquivos>. Acesso em 26 de maio de 2013.

Nota-se que setembro de 1967 foi um mês decisivo para o processo de luta interna, quando militantes, em especial ligados ao setor estudantil, deixaram o partido para unirem-se ao grupo expulso em julho. Em novembro, a “ala vermelha” articulava a formação de uma organização política independente. Com o texto “Reformemos nossos métodos de trabalho e nossas concepções de mundo”, mais uma vez, discutia-se sobre as problemáticas presentes no documento aprovado durante a VI Conferência e evoca-se a luta armada:

A linha da 'União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista' não define com clareza o caráter da revolução brasileira, não defende um governo popular revolucionário nem a destruição do aparelho de estado burguês e sua substituição por um novo estado dirigido pelo proletariado. Tampouco a luta armada como único meio de derrubar a contra-revolução armada instalada no poder [...]⁹⁴

O texto convergiu com a proposta de uma nova organização cujos “métodos de trabalho” e “concepções de mundo” seriam opostos à linha política ratificada pelo PCdoB em 1966. Um contraponto à visão da “ala” pode ser observado no depoimento de Wladimir Pomar, no instante em que rememora os debates envolvendo a VI Conferência:

Foi a conferência de onde surgiu a Ala Vermelha. Foi uma coisa interessante, porque o PCdoB estava empenhado na luta armada, mas tinha gente que achava que estava se fazendo pouco e que quem saísse em primeiro lugar é que ia obter a direção. Então, a Ala Vermelha, na realidade, achava que o PCdoB era de direita do ponto de vista da luta armada e racharam. [...] acabamos na VI Conferência discutindo política. Qual é a tática? Como é que você coloca no mesmo tear o processo de luta armada, diversos setores da sociedade brasileira, tendo a ditadura como inimigo principal? [...] Então, na realidade, a Ala Vermelha rompeu pelo que havia de melhor do ponto de vista político da resolução da VI Conferência, que era uma tática de frente única [...] combinada com a luta armada.⁹⁵

Sob a ótica de quem permaneceu no partido, as polêmicas em torno das resoluções aprovadas durante o encontro estiveram relacionadas ao processo de disputas pelos postos de comando da máquina partidária. Desse modo, a defesa da luta armada seria uma espécie de capital político que diferenciava os opositoristas do grupo dirigente. Ademais, para Pomar não existia contradição entre as táticas de formação de uma frente única e de luta armada.

Embora não possamos desconsiderar a existência de disputas pelo pelos postos de comando do partido, cujos vitoriosos ditariam as diretivas, o principal motivo da cisão seria a

⁹⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Reformemos nossos métodos de trabalho e nossas concepções de mundo*. Darf, AV, DDI-V, documento 89, Aperj, novembro de 1967.

intransigência dos membros da “ala vermelha” em induzir o partido a priorizar a tática de luta armada imediata.

Outro dado que não pode ser desprezado é o fato de os fundadores da Ala Vermelha terem conhecimento a respeito da intenção do PCdoB em implantar a guerrilha no país, uma vez que participaram dos treinamentos na China, apesar de desconhecerem os detalhes sobre o projeto guerrilheiro. A demora do partido em iniciar as ações armadas gerou polêmicas, insatisfações, acusações, expurgos, dissidências.

Enquanto a cúpula do PCdoB priorizava a tarefa de construção do Partido e a criação de bases preliminares para dar suporte à guerrilha,⁹⁶ para Elio, Diniz, Tarzan, Gerson, Derly e seus camaradas, era essencial lançar mão, o quanto antes, das ações armadas no combate à ditadura e, simultaneamente, para deflagrar a revolução.

O descompasso entre a “ala” e a direção nacional, em relação ao momento apropriado para iniciar os combates armados, reflete o que Jacob Gorender interpretou como uma “divergência de cronograma”.⁹⁷ Afinal, o PCdoB estava empenhado nos preparativos para as ações armadas, as quais adiante se concretizariam na Guerrilha do Araguaia. A compreensão do tema também está ligada aos aspectos do contexto internacional de expansão das ideias revolucionárias, no qual a defesa da luta armada ocupou lugar central nos debates políticos das esquerdas no Brasil e no mundo. Os exemplos de lutas de libertação nacional e as revoluções deflagradas em diferentes países ressoavam como um alerta aos *revolucionários* brasileiros para que não perdessem “o trem da história”.

⁹⁵ Entrevista de Wladimir Pomar a Alexandre Fortes, Paulo Fontes e Jean Rodrigues Sales realizada nos meses de abril e maio de 2011. Disponível em <http://www.wladimirpomar.org.br>. Acesso em 03 de março de 2013.

⁹⁶ POMAR, *op. cit.*, p. 22.

⁹⁷ GORENDER, *op. cit.*, p. 107.

CAPÍTULO 2 - ALA VERMELHA: DA LUTA ARMADA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais questões ligadas à trajetória do Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PCdoB-AV), cujas definições político-ideológicas foram, em um primeiro momento, pautadas pela tática do *foco guerrilheiro* associada aos pressupostos teóricos do *maoísmo*. Defensora incontestada da luta armada, no final de 1969 a organização iniciou o processo de autocrítica com relação às suas táticas de luta, aproximando-se dos movimentos sociais no decorrer dos anos 1970.

2.1 À luta armada! (1967-1969)

Conforme vimos, o nascimento da Ala Vermelha é resultado da luta interna travada no PCdoB, sobretudo, com relação aos embates ideológicos acerca da luta armada. Entre os fundadores da organização, estão Elio Cabral, Diniz Cabral Filho, Tarzan de Castro, Gerson Parreira, Edgard de Almeida Martins, Vicente Roig, Renato Tapajós, Aderval Alves Coqueiro, Paulo Gianinni, Carlos Takaoka, Paulo Cavalcante Brasil, James Allen Luz, Misael Pereira, João Casper, Fernando Sana Pinto, Job Alves, Jaime Almeida, Genésio Borges de Mello, Orly Batista Corrêa e os irmãos Derly, Devanir, Daniel e Joel de Carvalho.⁹⁸ Enquanto partido, a Ala encontraria ressonância, especialmente, entre estudantes universitários nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Ceará e Bahia.

99

Analisando os quadros elaborados por Marcelo Ridenti sobre as ocupações sociais, a faixa etária e o sexo de indivíduos processados judicialmente por envolvimento com grupos de esquerda nas décadas de 1960 e 1970, temos uma ideia aproximada da composição social da Ala Vermelha nesse período. Com base nos relatórios apresentados pelo Projeto *Brasil Nunca Mais*, produzidos a partir de processos transcorridos na Justiça Militar, o autor apurou que, entre os processados por vinculação à Ala, 14,9% pertenciam às “camadas de base” da sociedade, 31,6% integravam as “camadas de transição” e 53,5% as “camadas médias intelectualizadas”. Com relação à faixa etária: 59,9% dos processados tinham até 25 anos de

⁹⁸ SILVA, 2006, *op. cit.*, pp. 42-72; MARTINS, Edgard Almeida. *Memórias Políticas de Edgard de Almeida Martins – O percurso de um militante de esquerda: das lutas de emancipação dos lavradores do interior de São Paulo à crise de direção do proletariado internacional*. Disponível em <http://clandestinoedgard.blogspot.com.br>. Acesso em 10 de março de 2013; Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.*

⁹⁹ REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, p. 149.

idade; 33,3%, entre 26 e 35 anos; e 6,8%, 36 anos ou mais. Quanto ao gênero, 16% eram mulheres, e 84%, homens.¹⁰⁰

Em relação aos fundadores da Ala nominalmente citados neste trabalho, verificamos que Elio, Diniz, Edgard, Aderval, Derly, Devanir, Daniel e Joel pertenciam às “camadas de transição”, os cinco primeiros tinham mais de 30 anos de idade em 1967. Os demais fariam parte das “camadas médias intelectualizadas”, cuja faixa etária era de 19 a 29 anos.

A respeito da *moral militante* compreendida como um pressuposto intrínseco aos comportamentos desejáveis aos membros das organizações comunistas, esperava-se que integrantes do grupo apresentassem, entre outras qualidades, o auto-sacrifício, a disciplina, a camaradagem, o espírito revolucionário e a solidez teórica. Tais aspectos eram considerados como necessários à dinâmica de funcionamento dos partidos comunistas em todo mundo. Em seu conjunto, essas normas de comportamento formam o que Reis Filho chamou de “leque das virtudes”.¹⁰¹ Conforme o previsto em seus estatutos, eram deveres dos membros da Ala Vermelha:

[...] manter estreita vinculação com as massas, lutar por suas reivindicações, pela elevação de sua consciência política [...]; estudar o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Tse Tung no sentido de aplicá-lo à realidade específica do Brasil [...]; aceitar os princípios do centralismo democrático. [...] cumprir com a disciplina, com as normas de segurança [...], aguçar o espírito de iniciativa revolucionária.¹⁰²

Em resumo, a Ala queria militantes sólidos em termos teóricos, atentos às necessidades práticas, respeitosos no que se refere aos princípios políticos definidos pelo partido, disciplinados, atentos às normas de segurança e críticos com relação aos desvios político-ideológicos.

Já o conteúdo programático proposto pela organização foi lançado no documento “Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento ‘União dos brasileiros para livrar o

¹⁰⁰ Segundo a classificação proposta pelo autor nas chamadas “camadas de base” encontram-se: lavradores, militares de baixa patente e trabalhadores urbanos manuais. No caso da Ala os dados identificam apenas a presença de trabalhadores urbanos. Entre as “camadas de transição” estariam autônomos, empregados, militantes, funcionários públicos, técnicos médios e outros. Fazem parte das camadas médias intelectualizadas: artistas, empresários, estudantes, oficiais militares, professores, profissionais liberais e religiosos. Também não aparecem registros sobre a presença de militares de baixa patente, artistas, empresários e oficiais militares entre os quadros processados por vínculo com a organização. RIDENTI, *O Fantasma da Revolução...*, op. cit., pp. 275-283.

¹⁰¹ REIS FILHO, *A Revolução Faltou ao Encontro...*, op. cit., pp 121-125.

¹⁰² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Estatutos Provisórios*. Darf, AV, DDI-I, documento 03, Aperj, sem data, pp. 02-03.

país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”¹⁰³ em dezembro de 1967. Nele, a Ala apresentou um caminho próprio para a revolução brasileira, a partir da conjugação das táticas de *foco guerrilheiro* e de *guerra popular prolongada*, e reafirmou as críticas às resoluções aprovadas na VI Conferência do PCdoB. O “Documento de Crítica”,¹⁰⁴ como ficou conhecido, apontou como contradição principal da sociedade brasileira “o neocolonialismo e seu suporte social interno, de um lado, e a grande maioria da nação, do outro”.¹⁰⁵ Com base nessa premissa, determinavam-se quais classes e camadas sociais estariam no campo da revolução, e quais constituiriam os elementos do campo contra-revolucionário, conforme foi mencionado no trecho a seguir.

[...] podemos definir como inimigos da revolução o neocolonialismo e seu suporte interno [...] composto daquelas classes e camadas que representam integralmente a dominação e exploração do neocolonialismo ou ela se associam. Essas classes e camadas sociais são: os latifundiários, a burguesia exportadora-importadora, a burguesia financeira e a burguesia integrada. [...] As classes e camadas que constituem as forças da revolução são aquelas que compõem o aspecto secundário da contradição principal, isto é, são aquelas submetidas à dominação, exploração e opressão [...] fazem parte do campo da revolução: o proletariado, o campesinato (principalmente o campesinato pobre), a pequena burguesia, o semi-proletariado. A burguesia não integrada (nacional), pelo fato de também submetida à opressão neocolonialista, se constitui numa força revolucionária na atual etapa.¹⁰⁶

Os autores do texto, também, ressaltaram que os grupos associados aos interesses neocolonialistas eram defensores da manutenção das “estruturas sociais atrasadas”. Para reverter esse quadro, seria necessária a união entre todas as forças revolucionárias na luta “por objetivos comuns, a fim de destruir a dominação, a opressão e a exploração” dos grupos associados ao neocolonialismo, objetivando a tomada do poder e a consequente “constituição de um novo poder”, que exercesse a “ditadura das classes e camadas exploradas”.¹⁰⁷

Quanto ao caráter da revolução, essa deveria ocorrer em duas etapas: a primeira sob a forma de *democracia popular*, cuja hegemonia caberia ao proletariado; e a segunda marcada pela implantação do *socialismo*. Em consonância com os pressupostos teóricos do *marxismo-*

¹⁰³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento ‘União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’*. Dezembro de 1967. *Apud.* REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, pp. 150-169.

¹⁰⁴ Nome pelo qual o documento aparece citado em outros textos e nos testemunhos.

¹⁰⁵ *Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo...*, *op. cit.* *Apud.* REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, p. 152.

¹⁰⁶ *Ibidem.*

¹⁰⁷ *Ibidem.*

leninismo, o proletariado aparece como a “classe mais revolucionária da sociedade”, por essa razão seria a única a ter condições de levar a revolução até o fim.¹⁰⁸

A composição heterogênea das forças revolucionárias, a proposta de união dessas forças para implantação de uma “ditadura” que as representasse e a defesa de uma concepção etapista da revolução levaram importantes autores a apontarem que, em seu documento-base, a Ala Vermelha apresentou estratégias de luta próximas de sua matriz.¹⁰⁹ No entanto, mesmo preservando pontos em comum com o PCdoB, como a defesa de formação de uma ampla frente social de luta, a Ala desejava instituir um regime político, sob a hegemonia do proletariado e realizar transformações estruturais na sociedade, durante a primeira etapa da revolução, caracterizada pela *democracia popular*.¹¹⁰

Entre as tarefas a serem executadas pelo *governo popular revolucionário*, instaurado na etapa inicial da revolução, estariam: a expropriação e a estatização dos capitais, bens e propriedades dos agentes do *neocolonialismo* e da burguesia para a criação de cooperativas entre os trabalhadores e a expropriação dos latifúndios visando à distribuição da terra aos camponeses. Daí o porquê dessa etapa revolucionária ser considerada como *uma revolução antineocolonialista, democrática, agrária e de transformações socialistas*.¹¹¹

O documento ainda sugere a aniquilação dos aparelhos burocrático e militar da ditadura e a sua completa substituição pelo *Estado das forças revolucionárias*. Com essas medidas, *o governo popular*, considerado um governo de coalizão, faria a transição para a *ditadura do proletariado* e a preparação para o *socialismo*.¹¹² Essas proposições somadas à ênfase dada à luta armada em ambas as etapas do processo revolucionário, também, conferiram à Ala elementos de diferenciação em relação ao PCdoB, o qual na segunda metade dos anos 1960, priorizou o incentivo à formação de uma ampla frente política, enquanto estratégia para etapa democrático-burguesa da revolução. No que tange à tática da luta armada, a Ala propôs que essa se desenvolvesse com base em dois caminhos: a *guerra insurrecional* e a *guerra popular*.

A guerra insurrecional tem como base principal a luta nos grandes centros urbanos e realiza-se através de um processo conspirativo de acumulação de forças até que as forças da revolução sejam superiores às do inimigo. [...] São condições básicas para a guerra insurrecional a existência de um

¹⁰⁸ *Idem*, p. 153.

¹⁰⁹ Sobre esse aspecto, ver. GORENDER, *op. cit.*, p. 110. RIDENTI, *O Fantasma da Revolução*, *op. cit.*, p. 34. REIS FILHO, *A Revolução Faltou ao Encontro...*, *op. cit.*, p. 132.

¹¹⁰ *Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo...*, *op. cit.* Apud. REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, p. 155.

¹¹¹ *Idem*, p. 154.

¹¹² *Idem*, pp. 154-156.

exército inimigo desprovido de coesão interna, a necessidade de que o poder constituído esteja num processo de decomposição [...] e a existência de um proletariado em armas que se constitua no contingente principal da revolução, tendo o campesinato como reserva imediata. [...] No entanto o Brasil não oferece, atualmente, essas condições. A ditadura militar neocolonialista não está em decomposição, os comandos do Exército estão coesos [...] Além disso, a concentração do poderio militar do inimigo nos grandes centros urbanos impede o surgimento de um auge do movimento de massas [...]

Enquanto que,

[...] a guerra popular é a forma que a luta armada assume quando, a partir de pequenas ações armadas, se desenvolve paulatinamente até envolver a participação de todo o povo. O desencadeamento da luta armada pode ocorrer de várias formas: no auge do movimento de massas, como resultado de um levante armado camponês, através da cisão do exército inimigo ou através dos focos guerrilheiros. [...] a guerra popular corresponde às necessidades impostas pelas condições da sociedade brasileira. Como as forças revolucionárias são taticamente débeis em relação às forças contra-revolucionárias, torna-se necessário atingir o inimigo onde ele é mais vulnerável. O inimigo é mais vulnerável nas zonas rurais e, por isso, essas constituem o palco principal de luta no processo revolucionário.

Note-se que, ao referir-se ao modelo de *guerra insurrecional*, ligado ao *foquismo*, o documento apresenta uma análise da conjuntura nacional, a partir da qual identifica os limites para a implantação desse modelo tático no Brasil. Com base no reconhecimento das condições políticas e sociais internas, o modelo de *guerra popular* foi interpretado como mais adequado à realidade brasileira. Todavia, a tática de *foco guerrilheiro* aparece como necessária à deflagração da revolução, funcionando como estopim para a *guerra popular*.

A eclosão da luta armada necessita da existência de uma força armada regular no campo, clandestina, que possa iniciar o choque aberto com o inimigo.[...] Esse método de eclosão da luta armada se constitui no foco revolucionário [...]

Segundo o dirigente nacional Elio Cabral, ele e os demais membros da Ala foram intensamente influenciados pelas experiências revolucionárias cubana e chinesa, conforme notamos no trecho abaixo:

A gente tinha uma influência muito forte do PC chinês e tinha também a influência de Cuba, de Regis Debray e do Che Guevara. Tinha muito da tendência foquista mesmo. Mas a gente fazia uma mistura, não aceitava o

¹¹³ *Idem*, p. 161.

¹¹⁴ *Idem*, pp. 162-163.

¹¹⁵ *Idem*, pp.167-169.

¹¹⁶ *Idem*, pp. 164-166.

foquismo puro, mas aceitava a teoria de constituir os focos com uma política de apoio do cerco da cidade pelo campo, vinda da teoria chinesa. Naquela época, a gente discutia sobre as diferenças entre Brasil, China e Cuba.¹¹⁷

O depoimento de Elio reforça as proposições apresentadas no “Documento de Crítica” a respeito das ideias foquistas e maoístas, adaptadas à realidade brasileira.¹¹⁸ Desse modo, ao mesclar elementos do *foquismo* ao modelo de *guerra popular* para atingir o *governo revolucionário*, a Ala denotou singularidade em relação às proposições táticas de outros grupos revolucionários. Além desse aspecto, inicialmente, foi a organização que mais se aproximou das ideias foquistas, em meados dos anos 1960 no Brasil.¹¹⁹

No entanto, para levar adiante a revolução era imprescindível a existência de um partido marxista-leninista, que na concepção da Ala, deveria ser construído, simultaneamente, ao desenvolvimento da luta armada e do trabalho de conscientização política das *massas*.

Nesse sentido, é importante perceber que mesmo considerando o *foco* uma tática necessária, ao recorrer as ideias maoístas, a organização reuniu alguns dos elementos essenciais à constituição de sua identidade política. Diferentemente da *Teoria do Foco* proposta por Regis Debray e da *Guerra de Guerrilha* defendida por Guevara, por meio das quais ambos propunham a *guerrilha imediata*, o *maoísmo* considera o partido a espinha dorsal da revolução, uma vez que subordina o fator militar ao fator político. Assim, a existência do partido precede à guerrilha e “esta não surge e se devolve senão mediante o trabalho político entre os camponeses”.¹²⁰ Portanto, ao recorrer ao modelo chinês, a Ala pode definir-se como *partido*.

A influência maoísta foi constante na trajetória da organização, referendada em diversos documentos, como nos boletins do setor estudantil, sugestivamente, intitulados “Guerra Popular”.¹²¹ Já “Os Estatutos Provisórios” ratificaram, não apenas a opção pelo *marxismo-leninismo* ligado ao pensamento de Mao Tse Tung, mas a adoção do *internacionalismo proletário* e do *centralismo democrático*,¹²² esse último, duramente

¹¹⁷ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.*

¹¹⁸ Na concepção de Dix Silva, ao regressarem dos treinamentos na China Elio Cabral e Tarzan de Castro “Haviam deixado as concepções foquistas que possuíam como fruto de suas convivências nas Ligas Camponesas com os instrutores e o ideário cubano...” SILVA, 2006, *op. cit.*, p. 50. No entanto, a influência da Revolução Cubana na Ala Vermelha pode ser verificada nos documentos iniciais da organização e no depoimento que Elio Cabral nos concedeu. Ademais, antes da formação da Ala, o grupo do qual Elio e Tarzan faziam parte defendia no interior do PCdoB ações armadas imediatas.

¹¹⁹ SALES. *A Luta Armada contra a Ditadura...*, *op. cit.*, pp. 91-92

¹²⁰ GORENDER, *op. cit.*, p. 83.

¹²¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Guerra Popular*. Ano I, n. 01. Darf, AV, DDCCI, documento 03, Aperj, dezembro de 1967.

¹²² *Estatutos Provisórios*, *op. cit.*, p. 0

criticado pelos dirigentes da Ala durante o tempo em que integravam uma tendência política no PCdoB. Cabe mencionar, o fato de que a Ala não chegou a estabelecer contato direto com PCCh, restringindo-se à filiação teórico-ideológica.¹²³

Apesar das proposições teóricas, a organização não conseguiu colocar em prática seu projeto de luta armada. Logo após sua fundação, a Ala enviou alguns de seus quadros para os interiores de Pernambuco¹²⁴ e de Goiás,¹²⁵ com a tarefa de fazerem o reconhecimento de áreas rurais propícias à guerrilha e buscarem meios de inserção social nessas localidades. Todavia, as ações guerrilheiras no campo nunca foram implantadas. Entre as possíveis razões para esse insucesso estariam o pequeno número de militantes, a insuficiência de recursos financeiros e de armas, além da dificuldade em mobilizar os trabalhadores rurais para a luta revolucionária.¹²⁶

Sobre essa questão, Marcelo Ridenti ressalta que vários grupos revolucionários empreenderam ações urbanas de expropriação¹²⁷ com a intenção de obterem os recursos necessários à guerrilha, ao mesmo tempo em que concebiam as ações armadas nas cidades como treinamento guerrilheiro. Porém, não tardou para essas ações assumirem o caráter de propaganda da revolução, de luta contra a ditadura e, implicitamente, um meio de sustentar o funcionamento clandestino das organizações.¹²⁸ No caso da Ala, em dezembro de 1967, a organização lançara-se na dinâmica das ações armadas urbanas, executando assaltos a caminhões de gás e, em seguida a bancos, gráficas e estabelecimentos comerciais para desapropriar bens materiais, máquinas datilográficas e de impressão.

O treinamento político-militar, com o intuito de preparar a militância para a luta armada e, também, para driblar o rigor da repressão política, era ministrado pelos dirigentes nacionais Elio Cabral, Diniz Cabral Filho e Derly de Carvalho, que participaram dos estágios na China, quando ainda integravam o PCdoB. Os militantes recebiam lições sobre o manuseio de armas, a fabricação de explosivos, a adulteração de veículos e formação teórica com base nos textos de Marx, Lênin, Mao Tse-Tung, Regis Debray e Ernesto Guevara.¹²⁹

1
123

¹²⁴ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.*

¹²⁴ RIDENTI, *O Fantasma da Revolução*, *op. cit.*, p. 222.

¹²⁵ SILVA, 2006, *op. cit.*, p. 93.

¹²⁶ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.*

¹²⁷ As ações de expropriação de fundo eram, em sua maioria, assaltos realizados pelas organizações revolucionárias, assim chamadas para ressaltar o caráter político desse tipo de ação.

¹²⁸ RIDENTI, “Esquerdas revolucionárias...”, *op. cit.*, p. 30.

¹²⁹ SILVA, 2007, *op. cit.*, p. 94.

De modo semelhante ao percurso seguido por outros grupos da *esquerda revolucionária*, em seus primeiros anos a Ala praticou ações de expropriação, principalmente, na região metropolitana de São Paulo. Para Felipe José Lindoso e Álvaro Lins Cavalcante Filho, militantes oriundos do movimento estudantil universitário de Brasília,¹³⁰ o objetivo principal dessas ações era levantar fundos para preparar a guerrilha e garantir a sobrevivência do grupo. Essa também é a visão de Elio Cabral, para quem as “ações de requisição eram para manter a organização e ajudar os militantes que caíam”.¹³¹ Na opinião do dirigente, durante essas ações agia-se de forma contida para não expor os membros do partido:

Não costumávamos usar as ações para propaganda, exceto uma ou duas vezes, na ocasião de tomadas de rádio. Havia um questionamento interno e também de companheiros de outras organizações sobre isso. Éramos indagados internamente por assumir a posição de não nos expormos.¹³²

Paralelo aos treinamentos, os quais deveriam ser realizados por todos os membros da organização, a Direção Nacional Provisória¹³³ deliberou sobre a criação do Grupo Especial Nacional Revolucionário (GENR) responsável pela realização das ações armadas. O GENR esteve diretamente submetido à orientação da DNP, que destacou James Allen, Aderval Coqueiro, Genésio Borges e os irmãos Derly, Devanir, Daniel e Joel de Carvalho para compor o agrupamento. A assistência política do grupo coube a Renato Tapajós, dirigente regional paulista.¹³⁴

Entre as ações armadas empreendidas pela Ala, destaca-se o assalto ao veículo do Banco da Lavoura de Minas Gerais, o qual recolhia montantes em dinheiro de empresas para serem depositados no Banco. A ação, ocorrida em março de 1968, aconteceu nas proximidades da Estação Ferroviária de Mauá (SP), em frente à sede da Companhia Ultragás, ligada ao Grupo Ultra dirigido pelo empresário dinamarquês Albert Boilesen,¹³⁵ conhecido por financiar os órgãos de repressão. A escolha do local da ação possuía uma forte conotação política, por objetivar a expropriação do dinheiro da Companhia, antes que ele chegasse aos

¹³⁰ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora, *cit.* Entrevista de Álvaro Lins Cavalcante Filho à autora, em 03 de dezembro de 2012, por Skype.

¹³¹ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.*

¹³² *Idem.*

¹³³ Naquele momento, a Direção Nacional Provisória era composta por Elio Cabral, Diniz Cabral Filho e Derly de Carvalho, em São Paulo, Fernando Sana, em Minas Gerais, Genésio Borges, em Goiás, Paulo Cavalcante, no Rio Grande do Sul e Orly Batista no Rio de Janeiro. SILVA, *op. cit.*, pp. 71-72.

¹³⁴ SILVA, 2006, *op. cit.*, pp. 93-94.

¹³⁵ Boilesen foi morto em abril de 1971 por membros da *esquerda revolucionária*. A história de sua relação com o regime ditatorial foi tratada no documentário *Cidadão Boilesen*. Direção: Chaim Litewsk. Distribuição: Imovision, 92 minutos, 2009.

cofres bancários, como forma de atingir o diretor do Grupo. Em junho daquele ano, a Ala repetiria a ação com mesmos integrantes.¹³⁶

Em fevereiro de 1969, a organização prosseguiu com as ações de expropriação, entre as quais estaria a tomada de um veículo que transportava valores para o Banco Francês-Italiano, agência de São Bernardo do Campo. Em maio, a Ala planejou sua ação mais ousada: o assalto ao Banco de Crédito Nacional instalado na sede da Mercedes-Benz, em São Paulo. Para garantir o sucesso da missão, foram recrutados aproximadamente trinta militantes, oriundos de diferentes cidades, entre elas Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Durante a tomada da agência, ocorreu um tiroteio entre os militantes e os policiais, presenciado pelos operários da montadora. Ao que consta, não houve vítimas fatais e todos os integrantes da ação conseguiram escapar ao cerco militar.¹³⁷

Naquele mesmo mês, a Ala seria, pela primeira vez, atingida pelos órgãos da repressão, quando foram presos em São Paulo os dirigentes nacionais Derly de Carvalho e Genésio Borges. Em 1970, Derly estaria entre os setenta presos políticos libertados em troca da vida do embaixador suíço, Enrico Bucher, sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Quanto às ações de propaganda revolucionária, essas foram marcadas pela ocupação de duas emissoras de rádio, localizadas na região do ABC Paulista. A tomada da Rádio Clube de Santo André ocorreu no dia primeiro de maio de 1969, quando Gilberto Giovanetti, Elio Cabral e Derly de Carvalho ocuparam a emissora para divulgar uma mensagem na qual convocavam os trabalhadores locais para a luta contra a ditadura. O outro caso diz respeito à ocupação da Rádio Independência, em São Bernardo do Campo, em 14 de novembro de 1970, quando Felipe Lindoso, Álvaro Lins, Elio Cabral, e Antonio de Neiva tomaram a rádio para transmitir um manifesto em favor do voto nulo nas eleições parlamentares. Ao recorda-se do episódio, Felipe afirmou: “foi a única ação armada da qual participei. É engraçado, mas a ação se deu justamente no ano em que a Arena teve sua maior vitória eleitoral”.¹³⁸

Em agosto ocorreu a segunda onda de prisões, quando foram detidos Renato Tapajós, Carlos Takaoka, Alípio Freire, Vicente Roig, Fernando Bueno, Gilberto Giovanetti e Carlos Granado, membros do Comitê Regional paulista. Nos meses seguintes, a repressão atingiu os quadros do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Em janeiro de 1971, foram presos Elio Cabral, Edgard Martins, Felipe Lindoso e Antonio de Neiva, em São Paulo, e

¹³⁶ SILVA, 2006, *op. cit.*, pp. 94-97.

¹³⁷ *Idem.*

Tarzan de Castro, em Pernambuco. Até 1972, a Ala vivenciaria o auge da repressão desencadeada contra seus integrantes. Nesse período, somente no estado de São Paulo foram indiciadas setenta e quatro pessoas acusadas de vínculo com a organização.¹³⁹

A preocupação com a segurança levou, ainda em 1969, a reavaliação das ações armadas, fato que gerou dissenso no partido, resultando em dissidências de militantes que optaram em ingressar em outros grupos da esquerda armada, como a ALN, a VPR e a Var-Palmares, além das cisões que originaram o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)¹⁴⁰ e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM).¹⁴¹

2.2 Dissidências e cisões

Transcorridos dois anos da cisão com o PCdoB, a Ala Vermelha enfrentava um desafio parecido com aquele que lhe deu origem, pois as discussões a respeito das ações armadas, em 1969, lembrariam os debates sobre a tática de luta mais apropriada à conjuntura dos anos 1960, que marcaram internamente sua matriz. No entanto, de acordo com Felipe Lindoso, diferentemente da direção do PCdoB, que manteve sigilo sobre os preparativos da guerrilha: “Na Ala todos opinavam nos debates. Havia a questão do centralismo democrático, mas a direção discutia com a militância os problemas, ouvia o que cada um tinha a dizer”.¹⁴²

A respeito das dissidências e cisões, vale notar que ocorrem em um momento de crise interna e de início do processo autocrítico, em função do qual seriam redefinidas as linhas políticas da organização. No tocante à formação do MRT, a cisão foi liderada por Aderval Coqueiro e os irmãos Daniel, Devanir e Joel de Carvalho, ligados ao GENR, em São Paulo. As principais críticas do grupo diziam respeito à forma como as ações armadas eram praticadas, sem a identificação do partido.¹⁴³

As divergências entre os membros da DNP e o grupo em torno do qual surgiu o MRT tornaram-se evidentes em março de 1969, quando o GENR efetuou a ação de expropriação a uma agência bancária em Osasco (SP), deixando no local um panfleto assumindo a autoria do

¹³⁸ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora, *cit.*

¹³⁹ SILVA, 2006, *op. cit.*, pp. 141-143.

¹⁴⁰ Esse grupo não deve ser confundido com o movimento de mesmo nome existente no interior das Ligas Camponesas, fundado em 1962, por Francisco Julião, cujo um dos objetivos era o de ser o embrião da guerrilha rural no país.

¹⁴¹ O Movimento Revolucionário Marxista (MRM) surgiu no início de 1970, em Minas Gerais. RIDENTI, *O Fantasma da Revolução...*, *op. cit.*, p. 31. Não encontramos nas fontes e autores consultados maiores referências para a elaboração de um quadro sobre a trajetória da organização.

¹⁴² Entrevista de Felipe José Lindoso à autora, *cit.*

¹⁴³ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.*

ato. Esse fato resultou na dissolução do agrupamento em abril, por deliberação da direção nacional. Em entrevista a Dix Silva, Derly, então dirigente nacional, justificou a decisão da DNP em dissolver o GENR, afirmando: “Éramos uma organização marxista-leninista e não poderíamos ter dentro dela uma outra, que agia em nome do partido, sem controle da sua direção nacional e das suas políticas”.¹⁴⁴ Após a dissolução, o GENR prosseguiu com as ações armadas, assumindo uma posição independente das diretrizes definidas pela DNP, porém sem romper com a organização.¹⁴⁵

O processo de luta interna foi agravado no segundo semestre, quando a direção nacional e parcela da militância passaram a discutir de forma mais incisiva sobre o refluxo das ações armadas. Cabe destacar que esse debate não foi seguido pela suspensão imediata desse tipo de ação, que continuou a ser efetuada até 1971. Para Jair de Sá e Reis Filho, o motivo da cisão, ocorrida no final de 1969, estaria na recusa dos fundadores do MRT em “admitir uma visão autocrítica das ações armadas, que começava a se afirmar na Ala Vermelha desde então”.¹⁴⁶

A nova organização apresentou uma composição social de “extração popular”,¹⁴⁷ cujos expoentes, Aderval Coqueiro e os irmãos Carvalho, tinham origem operária.¹⁴⁸ Derly foi o único entre os irmãos a permanecer na Ala.¹⁴⁹ Em relação ao seu conteúdo programático, o MRT seguiu a mesma trilha de sua matriz ao optar pela estrutura partidária nos moldes marxista-leninistas, embora na prática se constituísse como grupo armado urbano. Em sua curta trajetória, o Movimento praticou ações de expropriação e de propaganda revolucionária, inclusive em conjunto com a VPR, figurando entre os grupos mais ativos militarmente.¹⁵⁰ Em 1970, desapareceu, em função da dura repressão contra seus militantes.

2.3 A autocrítica, 1969...

O marco do processo de autocrítica foi uma reunião ocorrida em novembro de 1969, na Praia Grande de Arraial do Cabo (RJ), na qual dirigentes nacionais e regionais reuniram-se para debater a crise interna e deliberar sobre a continuidade das ações armadas. Com base nas

¹⁴⁴ Apud. SILVA, 2006, *op. cit.*, p. 100.

¹⁴⁵ SILVA, 2006, *op. cit.*, pp. 100- 102.

¹⁴⁶ REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, p. 452.

¹⁴⁷ RIDENTI. *O Fantasma da Revolução*, *op. cit.*, p. 173.

¹⁴⁸ Fonte: <http://www.nucleomemoria.org.br/textos/integra/id/3>. Acesso em 03 de março de 2013.

¹⁴⁹ Entrevista de Derly José de Carvalho à Carolina Maria Ruy. Diadema (SP), 12 de julho de 2012. Disponível em <http://www.memoriasindical.com.br>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.

¹⁵⁰ RIDENTI. *O Fantasma da Revolução...*, *op. cit.*, p. 173.

diretivas aprovadas nessa reunião, foi redigido o texto “Os 16 Pontos”, no qual foram enumerados os principais problemas enfrentados pelo partido e propostas alternativas de luta centradas na *linha de massas*, além da revisão do *foquismo*. As questões presentes no documento conferiram à Ala o pioneirismo no processo de autocrítica das esquerdas armadas no Brasil. Para Felipe Lindoso, que se reconhece como um dos autores do texto, a principal questão naquele momento era:

A reflexão de que a revolução só ocorreria a partir da ligação dos militantes com os movimentos de massa. Sob a forma de guerra popular prolongada e não de foco [...] Já em 1969, tínhamos a consciência de que era preciso romper o isolamento social da esquerda. E essa ruptura não seria com ações armadas, com a justificativa de que se estava tirando dinheiro da burguesia. Ela só aconteceria se conhecêssemos a realidade das massas.¹⁵¹

No lugar do *foquismo*, sugeria-se a aproximação do partido do “operariado industrial e das massas exploradas da cidade”,¹⁵² com o objetivo de educá-las política e ideologicamente para a revolução, sem ignorar o princípio *da violência revolucionária* na luta contra a ditadura e na formação de um *governo popular revolucionário*, conforme aponta o documento:

O trabalho no seio da classe operária e das massas revolucionárias visa à educação, a preparação e a organização das massas para a luta política e para a luta armada. Por isso é necessário incentivar ao máximo as lutas da classe operária, tomando como ponto de partida a luta econômica, elevando-a ao nível político, indicando o caminho da luta armada e organizando-a para esta luta. [...] Nesse incentivo deve se incrementar a luta operária contra o arrocho salarial, contra o Fundo de Garantia, contra a lei antigreve, contra a intervenção nos sindicatos, contra o regime policialesco e de repressão a que são submetidos os operários. Tais lutas devem ser desencadeadas objetivando transformá-las em luta pela derrubada da ditadura e instauração de um governo popular revolucionário sob sua hegemonia.¹⁵³

Apesar da resolução em incentivar as lutas da classe operária, o texto não indicou de, forma objetiva, as estratégias de inserção dos militantes em fábricas e sindicatos. As primeiras orientações nesse sentido apareceriam nos boletins publicados a partir do início dos anos 1970.

Com a maioria dos quadros perseguida, presa, exilada ou morta, a proposta de refluxo das ações armadas e a autocrítica ganharam força entre os membros que permaneceram no partido. A reavaliação das táticas de luta e o reconhecimento dos equívocos de base ideológica, que teriam permitido os reveses sofridos, levaram à reformulação da linha política

¹⁵¹ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora, *cit.*

¹⁵² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Os 16 Pontos*. Darf, AV, DDI-I, documento 21, Aperj, novembro de 1969.

sistemizada no documento “Autocrítica (1967-1973)”¹⁵⁴, redigido na prisão. Entre os autores estariam Alípio Freire, Renato Tapajós, Vicente Roig, Carlos Takaoka, Elio Cabral, Diniz Cabral Filho e Antonio de Neiva.

Até 1974, as resoluções definidas pela direção e os trechos que iriam compor o documento de autocrítica saíam do Presídio Tiradentes, em São Paulo, com ajuda de Maria Auxiliadora Moreira, irmã de Neiva. Ela recolhia os materiais e repassava-os aos poucos dirigentes que haviam escapado ao cerco da repressão, entre eles Álvaro Lins, um dos responsáveis pela compilação e repasse dos textos.¹⁵⁵ Quarenta anos após vivenciar a experiência do cárcere, Neiva recordou-se das manobras utilizadas por seu grupo para driblar a repressão na saída dos documentos do presídio e sobre o risco que sua irmã, sem ligações orgânicas com a Ala, optou em correr. Segundo o militante:

Os textos eram escritos com uma caligrafia quase microscópica, em papel manteiga, depois dobrados milimetricamente. Durante as visitas, minha irmã escondia os papéis debaixo da língua. A gente (membros da Ala) deve muito a ela. Se fosse pega, certamente seria presa e torturada. Ela corria um risco muito grande.¹⁵⁶

Na mesma época, no bairro da Penha, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, as jovens Maria Fátima de Souza Silva e Vilma Costa datilografavam os manuscritos e depois os reproduziam em mimeógrafos para a distribuição entre os membros do partido. Embora desconhecessem os autores dos textos e a identidade dos dirigentes que lhes repassavam tarefas, concebiam seu trabalho como um *ato revolucionário*, o qual reforçava suas noções de pertencimento à organização.¹⁵⁷ Fátima e Vilma seriam pioneiras no processo de inserção de militantes em periferias do Rio de Janeiro, conforme veremos no capítulo seguinte.

Na primeira parte do documento “Autocrítica”, foi apresentada uma análise conjuntural da sociedade brasileira do período anterior ao Golpe ao início dos anos 1970. Nessa análise, a crise política e econômica intensificada no Governo Goulart foi apontada como fator decisivo para a deflagração do Golpe de Estado em 1964 e para o apoio de setores da burguesia à ditadura.¹⁵⁸ Em seguida, foi feita uma retrospectiva das trajetórias dos grupos

¹⁵³ *Idem*, pp. 04-06.

¹⁵⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Autocrítica (1967-1973)*. Darf, AV, DDI-II, documento 18, Aperj, janeiro de 1974.

¹⁵⁵ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcante Filho à autora, *cit.*

¹⁵⁶ Entrevista de Antonio de Neiva Moreira Neto à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012. Grifo da autora.

¹⁵⁷ Entrevista de Maria Fátima de Souza Silva à autora. Mesquita (RJ), 18 de outubro de 2012. Entrevista de Vilma Costa à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012.

¹⁵⁸ *Autocrítica*, *op. cit.*, p. 22.

de esquerda no Brasil, cujas críticas foram direcionadas ao *radicalismo*¹⁵⁹ e ao *voluntarismo*¹⁶⁰ praticados pelos militantes da Ala e de outras organizações.

A fragmentação dos partidos de esquerda nos anos 1960 foi reinterpretada como experiências intrínsecas àquela temporalidade, influenciada pelos impactos do debate sino-soviético, pela vitória dos revolucionários cubanos e pela conjuntura política nacional pós 1964.¹⁶¹ Já o *revisionismo*, tão combatido anteriormente, aparece descrito como uma “opção política de transição pacífica”, distinta da “ideologia revolucionária marxista”,¹⁶² não como divisor entre o *conformismo político* e a luta armada. Quanto aos objetivos presentes na redação do texto, ele foi escrito com o intuito de ampliar a discussão sobre a necessidade de revisão da atuação política do partido, o que só seria possível com a identificação e a correção dos “desvios” cometidos pela direção e pela militância, durante os primeiros anos da organização. Ao justificar as razões da autocrítica, o documento ressalta que a retificação ideológica incluía a aproximação com as *massas*, assim os autores destacaram que:

Esta autocrítica que fazemos vir à luz sete anos após nosso surgimento enquanto organização independente é o produto de um processo de retificação ideológica pelo qual nós, o Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha, passamos. É parte integrante desse processo e ponto de partida para seu aprofundamento – e de outro modo não se poderá jamais entender seu verdadeiro sentido [...] Não nos preocupamos em destacar os acertos, mesmo porque se trata de uma autocrítica de uma organização. Fica implícito o reconhecimento dos esforços, das tentativas de acertar, do custo em sofrimento e vidas que tornaram possível o movimento sobreviver e mesmo amadurecer até o ponto em que é possível empreender sua retificação ideológica, lançando-o no caminho correto da revolução feita pelas massas [...] ¹⁶³

Como parte do processo de retificação ideológica consolidava-se a rejeição à tática do *foquismo*, segundo a qual os revolucionários deveriam formar grupos militarizados para, fazendo uso de ações armadas contra o inimigo¹⁶⁴, convencer as massas a ingressarem na luta revolucionária. De acordo com o documento, a opção inicial pelo *foquismo* teria gerado uma ênfase exagerada na luta armada, que, somada à adoção de comportamentos *voluntaristas* e *vanguardistas*, teria provocado o afastamento do partido em relação às *massas*. Em

¹⁵⁹ Radicalismo - atitude política doutrinária que propõe a transformação profunda na ordem social.

¹⁶⁰ Voluntarismo - comportamento daqueles que pensam modificar o curso dos acontecimentos através de ações voluntárias, a partir do livre-arbítrio.

¹⁶¹ *Autocrítica, op. cit.*, p. 28.

¹⁶² *Idem*, p. 36.

¹⁶³ *Idem*, apresentação.

¹⁶⁴ Na perspectiva foquista são considerados *inimigos* do povo e da revolução: as instituições burguesas, as estruturas da produção capitalista, o Estado de ideologia burguesa e de caráter autoritário.

contraposição à tática da luta armada imediata, propunha-se o estudo aprofundado do *marxismo-leninismo* e uma *práxis* política centrada no trabalho de mobilização dos trabalhadores e classes sociais exploradas no sistema capitalista.

O *vanguardismo*,¹⁶⁵ cuja maior expressão seria o *esquerdismo militarista*, estaria entre os principais desvios a serem evitados, porque expressaria “a substituição da ação revolucionária das massas pela ação de agrupamentos, partidos ou indivíduos”, enquanto algo “que se realiza em nome e em lugar das massas, deixando-as sem consciência de seu papel revolucionário”.¹⁶⁶ Já o *voluntarismo*, que também deveria ser combatido, resultara da mentalidade pequeno-burguesa, atribuída aos militantes oriundos das classes médias urbanas, em especial do movimento estudantil.¹⁶⁷ A crítica a esses comportamentos nos remete ao “leque das virtudes” esperado pelos integrantes da Ala, a qual, na interpretação de Reis Filho, “queria militantes livres do ‘liberalismo’ e do ‘subjativismo’”, provenientes da mentalidade pequeno-burguesa.¹⁶⁸

É importante destacar que a rejeição ao *vanguardismo* não representou o abandono da concepção de *vanguarda* pela organização. Questionar-se-iam os comportamentos e práticas *vanguardistas*, não o papel da *vanguarda revolucionária* conferido ao partido. A fim de diferenciar o *vanguardismo* do “verdadeiro” significado de *vanguarda*, o documento apresentou uma argumentação embasada nos pressupostos teóricos do *leninismo*, segundo os quais a *vanguarda* exerceria o papel ideológico de:

[...] dar consciência através da ideologia científica, educar politicamente e organizar a classe operária – cuja realização consiste na fusão da ideologia socialista com a luta de classes concreta. [...] o partido deve criar as condições para que esta classe, educada e organizada, exerça sua violência revolucionária em toda sua plenitude, colocando a questão da luta armada em seus devidos termos.¹⁶⁹

Não podemos esquecer que as concepções de *partido*, de *revolução* e de *vanguarda* referendadas pela Ala (e por outras organizações comunistas) encontram seu lugar no *marxismo*, definido *a priori* como teoria científica, a partir da qual se busca compreender a

¹⁶⁵ Vanguardismo - Em sentido original representa a proposição e/ou o engajamento a novas teorias e pensamentos. Também pode ser visto como o comportamento daquele que possui espírito de vanguarda, isto é, que não se opõe a novas ideias. No entanto, o uso dessa expressão nos documentos políticos da Ala Vermelha denota um significado pejorativo, ao aparecer como um comportamento político que deve ser rejeitado, por não representar o “verdadeiro” papel destinado à *vanguarda revolucionária*.

¹⁶⁶ *Autocrítica*, op. cit., pp. 03-05.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ REIS FILHO, *A Revolução Faltou ao Encontro...*, op. cit., p 122.

¹⁶⁹ *Autocrítica*, op. cit., pp. 05-09.

realidade social para transformá-la. Essa seria a concepção presente no documento “Autocrítica”, ao afirmar que “sem o correto domínio da teoria e do método marxista-leninista” não seria possível “dar um tratamento científico ao programa, à estratégia e à tática política do partido”.¹⁷⁰ Seguindo essa trilha, o documento reforçou os debates acerca da construção do *partido de vanguarda* e do papel das classes sociais no processo revolucionário.¹⁷¹

Portanto, os caminhos para a revolução seriam a compreensão adequada do *marxismo-leninismo* e a ligação do partido com a luta de classes concreta.¹⁷² Ademais, com a autocrítica não há o abandono da tática da luta armada, mas uma mudança de foco. A *violência revolucionária*, de modo diferente dos significados assumidos nos anos 1960, seria compreendida como um desdobramento do processo de conscientização dos trabalhadores, levado a cabo pelo partido. A *vanguarda revolucionária* continuaria ocupando um papel de destaque nos postulados político-ideológicos da Ala, mas seu *lugar* de atuação passaria ao interior dos movimentos sociais gestados ou rearticulados a partir de meados da década de 1970 no Brasil.

Retomando a questão dos comportamentos *voluntaristas*, o documento de autocrítica alertou sobre a necessidade permanente de seus quadros em evitá-lo, a fim de não incorrerem na ilusão de que os operários dependeriam exclusivamente da ação dos *revolucionários* para realizar seus próprios movimentos, reconhecendo, desse modo, a existência de ações autônomas e espontâneas organizadas pelos trabalhadores. Com base nesse reconhecimento, os militantes deveriam atuar no interior dos movimentos, para conscientizar os trabalhadores sobre os entraves colocados pelo sindicalismo oficial, a repressão e o “bombardeio ideológico da burguesia” ao desenvolvimento das lutas operárias. Sob essa perspectiva, a militância deveria empenhar-se nas “tarefas de soerguimento do movimento operário, imprimindo-lhe uma orientação revolucionária”.¹⁷³ Para tanto, caberia aos *marxistas-leninistas*:

[...] localizar as lideranças naturais e com elas efetuar um trabalho de capacitação política e ideológica e incentivar as formas de organização que possam servir para a união dos operários a partir das fábricas. No curso desse processo e na medida em que os marxistas-leninistas se fundam à luta de classes concreta, coloca-se a tarefa de construir o partido de vanguarda do

¹⁷⁰ *Idem*, pp. 88-87.

¹⁷¹ *Idem*, pp. 03-05.

¹⁷² “Luta de classes concreta é a luta dos que estão diretamente ligados à produção”. *Autocrítica*, *op. cit.*, p. 04.

¹⁷³ *Autocrítica*, *op. cit.*, pp. 84-85.

proletariado – garantia de que todo o movimento se orientará no sentido do cumprimento do papel histórico da classe operária.¹⁷⁴

O trecho acima, também, sugere o duplo sentido da tarefa político-pedagógica do partido: ir às massas para educá-las e aprender com elas. Somente através dessa via, os *revolucionários* poderiam criar as condições que permitiriam o acirramento da luta de classes e a conseqüente transformação social. Tal perspectiva nos ajuda a entender a importância atribuída aos movimentos sociais surgidos de modo espontâneo entre os trabalhadores, considerados como *movimentos potencialmente revolucionários*.¹⁷⁵ À *vanguarda*, em função de seu conhecimento científico sobre a natureza dos sistemas econômicos e das diferentes formas de dominação e de exploração social, caberia a tarefa de organizar e orientar as massas para a luta em direção à transformação social.¹⁷⁶

No que tange ao *paradigma maoísta*, presente na trajetória da organização, o modelo de *guerra popular prolongada* foi ratificado como estratégia política. No entanto, a principal influência dessa vertente de pensamento nas definições políticas da Ala nos anos 1970 diz respeito à aplicação da *linha de massas* assumida, após a autocrítica, como prioridade tática.

O partido extrairia do *maoísmo* os elementos essenciais para formular suas proposições em torno do projeto de inserção de militantes entre trabalhadores e camadas sociais economicamente desfavorecidas, inspirando-se no exemplo dos “trabalhadores-modelos”, militantes comunistas chineses inseridos em províncias agrícolas com o intuito de se aproximarem e ganharem o apoio dos camponeses para a *causa revolucionária*. Considerando o pressuposto de que a guerra revolucionária é uma guerra de massas, a revolução só poderia ser levada a cabo a partir da adesão das *massas*.¹⁷⁷ Com base nessa perspectiva, a primeira tarefa seria a identificação das condições de vida do povo, a participação em seus problemas e interesse imediatos. Para Mao Tse Tung, se o Partido e seus membros desejavam o apoio das massas, deveriam ir até elas para despertá-las para a luta revolucionária.¹⁷⁸

Defendendo uma visão pragmática do *maoísmo*, ajustada às condições vigentes na sociedade brasileira, a Ala lançou as bases teóricas para colocar em prática seu projeto de aproximação das *massas*. Essas observações são pertinentes para a compreensão das formas

¹⁷⁴ *Idem*.

¹⁷⁵ LÊNIN, Vladimir Ilyitch. Que Fazer? As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo, Hucitec, 1979.

¹⁷⁶ *Autocrítica*, *op. cit.*, p. 28.

¹⁷⁷ MAO TSE TUNG, “Atenção às condições de vida das massas e aos métodos de trabalho”. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, vol. 1, pp. 194-196.

¹⁷⁸ *Idem*.

de ação política assumidas pela organização, a partir da autocrítica, quando passou a priorizar as inserções nos movimentos operário e popular, através da integração de militantes em fábricas, sindicatos e periferias urbanas. Com essa tática, esperava-se fortalecer o partido e levar adiante o ideal de revolução.

Nesse sentido, a partir na segunda metade da década de 1970, o discurso e a prática política da Ala caminharam *pari passo* ao curso dos movimentos sociais, sobretudo do movimento operário, em um contexto no qual os trabalhadores protagonizaram a retomada de suas mobilizações em diferentes cidades, atraindo a atenção do governo e da mídia para as questões trabalhistas. Com o chamado “novo sindicalismo” os operários reapareceram na cena política como sujeitos dispostos a lutar por seus interesses de classe e a intervir no processo de transformação do país, demonstrando capacidade de ação coletiva contra patrões e autoridades políticas.

As orientações sobre a atuação dos militantes no movimento operário seriam definidas com base na análise da conjuntura nacional e na agenda do próprio movimento, associando-se às diversas formas de luta pelo restabelecimento da democracia. Desse modo, a militância engajou-se nas campanhas pela liberdade sindical, pelos reajustes salariais e pela anistia política, entendendo essas formas de luta como atos de resistência à ditadura e como parte da tarefa revolucionária de ligar-se às *massas*.

A organização ainda incentivaria alternativas de luta como abaixo-assinados, manifestos, passeatas e a criação de associações de bairro, além da defesa da via parlamentar, apoiando candidatos do Movimento Democrático Brasileiro-Autêntico. Sobre o último aspecto, na compreensão da Ala, a “existência do MDB como única organização partidária legal e com um programa que contem pontos cuja conquista são de grande importância para possibilitar a mobilização do proletariado”¹⁷⁹ criava, naquele momento, condições favoráveis de luta pelas liberdades políticas. Por essa razão, a tática dos comunistas seria a de “apoiar e pressionar o MDB e as forças da pequena burguesia, clero e intelectuais para levarem ao limite a distensão imposta pela ditadura”.¹⁸⁰

Na opinião de Maria Paula Araújo, na segunda metade dos anos 1970, ingressar em diferentes formas de luta pelas liberdades democráticas representava para as organizações de esquerda participar da luta política possível para a derrubada da ditadura, ao mesmo tempo em

¹⁷⁹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Atitude dos revolucionários diante das mudanças na situação nacional*. Darf, AV, DDI-III, documento 02, caixa 04, Aperj, fevereiro de 1975, p. 7.

¹⁸⁰ *Idem*.

que se abria espaço para a revolução socialista.¹⁸¹ Em uma conjuntura de *transição* marcada pela crise econômica e institucional do Regime Civil-Militar, e por um intenso processo de lutas sociopolíticas, expresso em grandes manifestações públicas organizadas por diversos setores da sociedade civil em favor do restabelecimento da ordem democrática, ocorreria uma nova polarização entre as esquerdas brasileiras, dessa vez, divididas entre o *revisonismo* e a *luta democrática*.¹⁸²

Essa polarização, ocorrida entre 1974 e 1980, foi caracterizada por alinhamentos políticos, e provocaram dissenso e cisões, tanto na estrutura das organizações quanto entre os diferentes grupos.¹⁸³ No caso da Ala, a orientação em apoiar os candidatos do MDB-Autêntico gerou divergências entre dirigentes e militantes.¹⁸⁴

Em relação à autocrítica realizada pela Ala e por outros grupos da *esquerda revolucionária*, a derrota das experiências de luta armada constitui fator decisivo. Para Maria Paula Araújo, o fracasso da resistência armada no Brasil resultou da repressão orquestrada pelos órgãos da ditadura, que utilizaram grande violência e medidas arbitrárias, como prisões ilegais e tortura, para derrotar as organizações. Somada a esse fator está a “mudança do clima político mundial” no início da década de 1970, quando a valorização política da violência começou a perder terreno para outras correntes de pensamento, em especial propositoras de uma visão centrada na alteridade e nas experiências particulares. A esse respeito, destacam-se, entre outras, as formulações teóricas tecidas por Michael Foucault, que contribuíram para a formação de paradigmas opostos aos postulados marxistas, resultando em um processo de *fragmentação das utopias*.¹⁸⁵

A principal característica desse processo de fragmentação foi o surgimento de formas de luta específicas, como os movimentos de minorias e as mobilizações populares, que representaram a possibilidade de uma atuação política de esquerda e de resistência à ditadura sem a rigidez e a burocratização dos partidos e organizações comunistas. No Brasil, a ameaça de desaparecimento dos grupos comunistas, em função da dura repressão, também foi decisiva para a reorganização das esquerdas em novas bases.

O isolamento social vivenciado pelos grupos da esquerda armada é outro aspecto importante para a compreensão da autocrítica. A partir da análise de um amplo conjunto de entrevistas realizadas com ex-militantes de diversas organizações, Marcelo Ridenti concluiu

¹⁸¹ ARAÚJO, *A Utopia Fragmentada...*, op. cit., p. 126.

¹⁸² *Idem*.

¹⁸³ *Idem*, pp. 126-127.

¹⁸⁴ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora, cit.

¹⁸⁵ ARAÚJO, *A Utopia Fragmentada...*, op. cit., pp. 112-115.

que, na visão dos depoentes, o centralismo e a rigidez das normas disciplinares são vistos como uma opção política consciente, necessária ao funcionamento dos grupos, no contexto ao qual estavam inseridos. Segundo o autor, as críticas ao caráter hierarquizado e autoritário das organizações só cresceriam à medida que se acelerava o isolamento social, em especial a partir de 1969, quando vários militantes optaram pelo exílio ou afastaram-se da política para viverem suas vidas pessoais.¹⁸⁶

Dilaceradas pela repressão, que impunha cada vez mais a clandestinidade, e sem alcançar a representatividade social desejada, as organizações experimentaram um intenso processo de marginalização social. Nesse contexto, as cisões, as “baixas” e as deserções enfraqueciam decisivamente suas estruturas. Em meio a um cenário adverso, o qual dificultava o recrutamento de novos militantes e a criação de bases de apoio na sociedade, esses grupos não conseguiram substituir os presos, os mortos, os desertores.

Aos poucos, a abnegação e o altruísmo daqueles que se dispuseram ao sacrifício pessoal pela transformação da sociedade, iam perdendo o “sentido revolucionário para ganhar o contorno de obrigação moral com os companheiros caídos e com a sobrevivência do próprio grupo guerrilheiro”.¹⁸⁷

O destino das organizações que insistiram na luta armada foi o aniquilamento ou a completa desarticulação pelos órgãos de repressão política. Alguns conseguiram reverter esse processo, voltando-se para alternativas centradas na *linha de massas*. Com suas forças dispersas ou enfraquecidas, os agrupamentos sobreviventes a essa fase tenderam a se reorganizar no interior dos movimentos sociais, que tiveram lugar na segunda metade da década de 1970.

Para sobreviver, a Ala redefiniu sua linha política, adotando táticas que a possibilitasse romper o isolamento social, no qual se encontrava. Conforme lembrou Álvaro Lins: “Para não desaparecer, só havia um caminho: largar as armas e se ligar ao povo. E foi isso o que a gente fez”.¹⁸⁸

Na perspectiva de outros militantes, as mudanças advindas com a autocrítica foi uma resposta à crise político-ideológica enfrentada pela organização e, também, uma forma de soerguimento do grupo, após o impacto da repressão. Além de significar uma estratégia para superar as barreiras sociais que tanto os angustiava.

¹⁸⁶ RIDENTI, *O Fantasma da Revolução...*, op. cit., pp. 259-260.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 264.

¹⁸⁸ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora, cit.

Com o processo de “ida ao povo”, trilhado pela Ala e por outros grupos da *esquerda revolucionária*, como o MR-8 e a Polop,¹⁸⁹ foi tecido um novo tipo de relação entre as organizações e seu público, conforme observou Eder Sader.¹⁹⁰ As investidas de aproximação da Ala com os trabalhadores, as camadas populares e os movimentos sociais por eles articulados é o tema que buscaremos problematizar no próximo capítulo.

2.4 Identidade e memória da Ala Vermelha

Ao analisar a complexidade das relações entre *memória* e *identidade*, Michael Pollack ressaltou a possibilidade desses conceitos apresentarem-se como valores em disputa entre os grupos sociais ou políticos.¹⁹¹ Para o autor, “o caráter conflitivo se torna evidente na memória de organizações constituídas, tais como as famílias políticas ou ideológicas”.¹⁹² Esse conflito ocorre porque as organizações têm como objetivo o reconhecimento da interpretação do passado na construção de suas identidades e memórias políticas. No caso específico da memória, cada vez que está relativamente constituída, “efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade e de continuidade da organização”.¹⁹³

Nesse sentido, Dulce Pandolfi, ao estudar a história do PCB, observou que nos processos de busca da identidade o passado ocupa um lugar essencial, no qual a construção da memória é fundamental para “fortalecer o sentimento de pertencimento e a continuidade temporal” de um grupo, a fim de possibilitar a coesão interna e delimitar as fronteiras daquilo que possui em comum. Na opinião da autora, no interior dos partidos e organizações comunistas, esse processo ocorre em virtude de um objetivo maior e de longo alcance: a construção de uma nova sociedade. Dessa maneira, o presente dessas instituições existe em função do futuro porque, nesse caso, é esse tempo que dá forma ao passado.¹⁹⁴

Quanto à importância em reivindicar os aspectos que marcaram a trajetória do comunismo no Brasil, essa questão está diretamente ligada à necessidade de legitimação política dos partidos que percebem nos elementos constitutivos do passado uma fonte de afirmação de suas identidades, conforme ocorreu com o PCdoB e a Ala Vermelha. Ao reivindicarem os mesmos capitais simbólicos e territórios político-ideológicos, esses grupos

¹⁸⁹ Não nos referimos à AP, porque sua “linha de proletarização” antecede à crise e à autocrítica da *esquerda revolucionária*, vivenciadas na década de 1970.

¹⁹⁰ SADER, *op. cit.*, p. 167.

¹⁹¹ POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

¹⁹² *Idem*, pp. 206-207.

¹⁹³ *Ibidem*.

¹⁹⁴ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995, p. 18.

travaram uma disputa na qual estava em jogo, não apenas a construção de suas respectivas identidades e memórias, mas a representatividade política e social, a qual tanto desejavam alcançar.

Com relação à Ala Vermelha, em seu processo de formação, o grupo requisitou símbolos e sigla ligados à tradição comunista brasileira, assemelhando-se ao gesto dos fundadores do PCdoB em 1962, ao apresentar a preocupação de continuidade histórica com o partido comunista fundado em 1922. Tal preocupação pode ser vista, também, como tentativa do PCdoB, em 1962, e da Ala, em 1967, em atrair militantes para suas legendas sob o pretexto da “reorganização” do partido comunista no Brasil.¹⁹⁵ Esses fatores nos levam a refletir sobre as razões pelas quais os integrantes da Ala apropriaram-se da denominação Partido Comunista do Brasil, acrescentando um emblemático aposto.

Ao lado da perspectiva de continuidade histórica, o processo de luta interna no PCdoB foi utilizado como argumento para justificar a formação da nova organização e fundamentar sua identidade política. Nos “Estatutos Provisórios”, cujo objetivo era definir as normas de funcionamento do partido, foram ressaltados, em sua introdução, os motivos que contribuíram para o surgimento da Ala Vermelha, que teria ocorrido em:

[...] consequência do desenvolvimento da luta interna (no PCdoB) contra as tendências oportunistas e direitistas dos membros usurpadores do Comitê Central, que desviaram o partido dos rumos estratégicos definidos no Manifesto-Programa [...] aproveitando-se da condição de dirigentes, os membros do Comitê utilizaram métodos antipartidários, antidemocráticos e liquidacionistas para reprimir o desenvolvimento das concepções revolucionárias dentro do partido, forçando os quadros intermediários e as bases revolucionárias a constituírem uma nova organização e a assumirem a atitude de levar avante as tarefas do Partido e da revolução brasileira.¹⁹⁶

Sobre o caráter provisório dos “Estatutos”, por um lado, sugere o fato de que se tratava de um partido em construção; por outro, expressa a ideia de que a Ala não desejava desvencilhar-se em definitivo de sua matriz, deixando-nos entrever a intenção de retornar ao PCdoB com o capital político necessário para influenciar sua linha política.

Além dos aspectos mencionados até aqui, outros elementos foram importantes para o processo de construção da identidade da Ala. Um deles é a crença no postulado marxista de que a revolução socialista seria algo inevitável no curso da história, tornando indispensável à construção do *partido de vanguarda* no Brasil, cuja tarefa seria a de organizar o proletariado rumo à sua missão histórica de liderar a revolução.

¹⁹⁵ GORENDER, *op. cit.*, pp. 109-110.

¹⁹⁶ *Estatutos Provisórios, op. cit.*, p. 01. Grifo da autora.

Conforme lembrou Reis Filho, “a revolução, a missão do proletariado, o papel do partido são postulados (ou mitos) cultivados por todas as organizações comunistas e têm uma importância chave em sua existência”,¹⁹⁷ modelando frequentemente seus debates e suas trajetórias. Desde o surgimento, as organizações buscam “dar vida a esses mitos porque se trata da justificação de sua própria personalidade orgânica”.¹⁹⁸ Na trajetória da Ala, esses postulados foram constantemente exaltados, utilizados para reforçar os pontos de oposição ao PCdoB.

Já na década de 1970, quando estava em curso a autocrítica, a organização teceu mais uma etapa do processo de construção de sua identidade, perpassando a disputa pela memória com a sua matriz. Sobre esse aspecto, é interessante notar a forma como narrou as razões motivadoras da fundação do PCdoB, enquanto “fruto de questões de política interna, da luta pela influência e controle dos postos de direção (do PCB)”.¹⁹⁹ Em contrapartida, reafirmavam-se as origens da Ala como decorrentes da oposição de quadros do PCdoB aos métodos de direção e de condução do partido. Desse modo, a organização seria resultado do:

[...] processo de confusão e debate da esquerda, em busca de um caminho para a revolução brasileira. Como parte que foi nesse debate, refletira suas insuficiências e descaminhos. Embora sem chegar a compreender em profundidade a origem das deformações do PCdoB – pois eram portadoras do mesmo ecletismo ideológico – alguns quadros intermediários se opuseram a elas, basicamente ao oportunismo e mandonismo no estilo de trabalho e de direção, ao isolamento e não participação dos militantes nas decisões políticas, ao tratamento policialesco das divergências internas e a não preparação da luta armada [...]²⁰⁰

Note-se que os reclames sobre a ausência de democracia interna no PCdoB e os debates em torno da luta armada voltam à cena, como os motivos de dissenso que levaram a Ala a se organizar como um partido independente. Essas questões, somadas à visão positiva construída em torno da autocrítica, caracterizaram a trajetória da organização até seu fim, ocupando lugar privilegiado nas memórias dos militantes. Nos depoimentos, notamos o processo de autocrítica sendo interpretado como capacidade de ação política e de superação de um momento de crise. Sobre esse aspecto, como lembrou Pollack, “a cada reorganização interna, a cada reorientação ideológica importante, reescreve-se a história do partido”.²⁰¹

¹⁹⁷ REIS FILHO, *A Revolução Faltou ao Encontro...*, *op. cit.*, p. 116.

¹⁹⁸ *Idem.*

¹⁹⁹ *Autocrítica*, *op. cit.*, p. 17. Grifo da autora.

²⁰⁰ *Idem*, p. 24.

²⁰¹ POLLACK, *op. cit.*, p. 208.

Em sua história, a Ala disputou emblemas e versões sobre passado com o PCdoB, trazendo à tona a delicada relação entre *memória* e *identidade*, conceitos distintos, que preservam significados intrínsecos, em função da memória ser um elemento fundamental para forjar o sentimento de identidade do grupo.

CAPÍTULO 3 - SER COMUNISTA É VIVER E AGIR COM(O) POVO

No início da década de 1970, a Ala Vermelha intensificou a tática de inserção da militância em fábricas, bairros operários e periferias urbanas em diversas cidades do país. Essa tática expressou a tentativa da organização em aplicar a chamada *linha de massas*, com base nos pressupostos político-ideológicos do *leninismo* ligado ao pensamento de Mao Tse-Tung. Neste capítulo, trataremos, em especial, das experiências de inserção vividas pelos militantes no Rio de Janeiro, cuja ênfase será dada às práticas circunscritas aos municípios da Baixada Fluminense, a partir da segunda da metade da década.

3.1 As diretivas sobre a tática de inserção

Com as palavras de ordem: “Para as fábricas: agitar, educar, mobilizar e lutar”; “Para o campo: penetrar para dirigir a organização e a luta”,²⁰² o documento “Os 16 Pontos”, aprovado em novembro de 1969, marcou o início do processo de mudança nos posicionamentos táticos da Ala. Além da revisão da tática de luta armada imediata relacionada ao *foquismo*, o documento incentivou as primeiras diretivas com relação à inserção do partido entre o operariado. Cabe ressaltar que as proposições a respeito da *linha de massas* estiveram presentes desde a formulação do conteúdo programático da organização. Nesse sentido, as questões enumeradas no documento podem ser interpretadas, também, como uma tentativa de colocar em prática a aproximação do partido das *massas*.

No que se refere à inserção no campo, esse aspecto tornou-se um dos principais dilemas da Ala, uma vez que o apoio e a participação dos camponeses aparecem como quesito fundamental ao processo revolucionário, inspirado no modelo de *guerra popular prolongada*. Porém, ao longo de sua trajetória, a organização não obteve êxito no recrutamento de trabalhadores do campo,²⁰³ como em suas tentativas nos anos 1960 para inserir-se em áreas rurais. Sobre o tema, observa-se que em “Os 16 Pontos” a integração da militância entre os operários e as camadas sociais exploradas na cidade funcionaria como alternativa de mobilização das *massas* para criar condições favoráveis de extensão da luta ao campo.

No entanto, no decorrer da década de 1970, a integração em atividades no campo raramente foi mencionada na documentação do partido. As poucas referências sobre a questão

²⁰² *Os 16 Pontos, op. cit.*, p. 10.

²⁰³ O fato de Elio Cabral, Tarzan de Castro e Edgard Martins terem passagens pelo movimento camponês, suas experiências nesse movimento não lhes conferem o *status* de trabalhadores rurais.

dizem respeito ao papel fundamental dos camponeses na revolução. Na prática, as inserções ocorreram sob as formas de “trabalho de fábrica” e “trabalho de bairro”.

Retomando as proposições apresentadas em “Os 16 Pontos”, no que se refere ao objetivo de aproximação dos trabalhadores urbanos, a partir de uma análise conjuntural da realidade brasileira, seus autores destacaram que:

[...] No estágio atual, reduzir as formas de luta do proletariado à luta armada é deixar de lado todo um manancial de lutas políticas. É não considerar que as suas condições objetivas de superexploração são a base para um trabalho sistemático de agitação, propaganda e organização, capazes de mobilizar amplos setores da classe para a luta econômica e política [...] ²⁰⁴

Considerando a datação do documento, o “estágio” a que se refere remete ao contexto de fortalecimento da ditadura. Ademais, o texto reconheceria os limites das ações militaristas, sugerindo a concentração de esforços na realização de um “... paciente e minucioso trabalho de organização da classe operária”. ²⁰⁵ Esse trabalho deveria pautar-se por formas de luta consideradas “de nível inferior (como paralisações parciais, operações tartaruga) até o incentivo de formas mais elevadas (greves, piquetes)”. ²⁰⁶ Com essas ações, esperava-se combater o imperialismo, a ditadura, e elevar a consciência de classe do operariado, abrindo o caminho para a realização do principal objetivo político: a revolução socialista. Mesmo o documento apontando diretrizes com relação ao trabalho de base, a militância encontraria dificuldades para colocar em prática as táticas de luta apresentadas no texto, como ficaria evidente em outros documentos e nos depoimentos dos militantes.

A prioridade tática das inserções seria ratificada em março de 1971, quando foram apresentadas as “10 Diretivas para o trabalho junto à classe operária”. ²⁰⁷ Conforme o título sugere, o objetivo era o de orientar a inserção do partido entre o operariado. Na introdução, os autores questionaram os avanços a respeito da aplicação de “Os 16 Pontos”, constatando que, apesar dos “grandes esforços” e da “abnegação” de alguns militantes em voltarem-se para as atividades fabris, até aquele momento, o partido não se encontrava enraizado entre os operários. Tal situação, em parte, era justificada pelo fato de a Ala atravessar uma fase de transição em suas táticas políticas. Também foram apontadas as debilidades políticas da organização, em particular da direção nacional, que não conseguira orientar de forma

²⁰⁴ *Os 16 Pontos, op. cit.*, p. 08.

²⁰⁵ *Idem.*

²⁰⁶ *Idem.*

²⁰⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *10 Diretivas para o Trabalho Junto à Classe Operária*. Darf, AV, DDI-II, documento 04, Aperj, março de 1971.

adequada o trabalho político de aproximação das *massas*, devido à insuficiência de experiências nesse tipo de ação.²⁰⁸

Sobre os critérios norteadores das inserções, o partido deveria concentrar suas atividades nos núcleos operários já definidos, sinalizando a preferência por determinadas localidades.²⁰⁹ Além disso, deveria ligar o maior número possível de quadros ao trabalho fabril, a fim de tecer “laços estreitos entre os trabalhadores”. O militante, por sua vez, deveria “comer, vestir-se e viver como operário”, identificando-se “com suas vicissitudes com o intuito de criar as condições favoráveis para elevar a consciência de classe”.²¹⁰

A fim de superar os desafios encontrados pelos militantes inseridos no trabalho de fábrica, as “10 Diretivas” propunham considerar as “questões suscitadas pela prática”, ressaltando o fato de que esse tipo de atividade era uma questão nova para o partido. Por essa razão, era necessário “aprender com as massas, conhecer sua real situação e os seus sentimentos” para tornar possível o convívio com elas.²¹¹

Uma alternativa para fortalecer a relação com os trabalhadores seria a conciliação entre o trabalho na fábrica e a moradia em bairros operários. Ademais, para ganhar a confiança dos operários, os militantes deveriam preocupar-se com seus problemas e “auxiliá-los abnegadamente em suas tarefas profissionais”, comportando-se de forma responsável com os “colegas de trabalho”. Os militantes também deveriam conhecer em profundidade as leis trabalhistas para despertar a consciência dos operários sobre o caráter repressivo das normas, que reforçavam os mecanismos de exploração.²¹²

As atividades de agitação e de propaganda deveriam ser praticadas, podendo assumir diversas formas, desde métodos conhecidos pelos trabalhadores, como o “passa-passa” de informações, até a produção de panfletos, jornais de fábrica e pichações para denunciar a ditadura e a opressão dos patrões. Já a inserção em sindicatos teria o objetivo de incentivar os movimentos de oposição às diretorias impostas pelo Ministério do Trabalho e estimular a retomada do controle das estruturas representativas dos trabalhadores por eles mesmos.

Em resumo, o documento indicava o fato de as reivindicações imediatas dos trabalhadores serem, em sua maioria, específicas dos locais de trabalho, e deveriam ser vistas como um “terreno fértil” para incentivar as lutas políticas, até ser possível elevá-las ao estágio

²⁰⁸ *Idem*, p. 01.

²⁰⁹ Com base na análise da documentação escrita, produzida pela organização no início dos anos 1970, encontramos indícios que sugerem a preferência por determinadas localidades geográficas para a inserção de militantes nos trabalhos de fábrica, como por exemplo, a região do ABCD Paulista.

²¹⁰ *10 Diretivas para o Trabalho Junto à Classe Operária*, *op. cit.*, p. 01.

²¹¹ *Ibidem*.

²¹² *Idem*, pp. 05-08.

da *luta de classes*. A esse respeito, as campanhas contra o arrocho salarial, por exemplo, foi citada como ponto fundamental nas práticas políticas da organização.²¹³

As questões tratadas nas “10 Diretivas” foram reiteradas em diversos documentos, entre os quais destacamos o “Boletim Interno 8”, de setembro de 1971,²¹⁴ o qual acrescentou ao debate sobre as inserções a problemática em torno das experiências de integração nos bairros. Com o artigo “O trabalho de bairros – primeiros passos”, supostamente, redigido por um militante inserido na atividade fabril e residente em um bairro operário, a direção nacional objetivava “dar andamento a uma prática unificada” para as inserções e “eliminar o espontaneísmo” presente nesse tipo de atuação.²¹⁵ Conforme o texto, as atividades nos bairros funcionariam como ponto de apoio ao trabalho de fábrica. Por essa razão, a escolha dos locais de atuação deveria ter como base pesquisas sobre as regiões de concentração industrial, como pode ser observado no trecho a seguir:

O primeiro passo é determinar onde se localizam os centros fabris existentes em uma região. Qual o número de fábricas que o compõe, quantos operários trabalham nelas, ou seja, devemos estudar as fábricas da região sob o ponto de vista qualitativo e quantitativo. Agindo desse modo, estaremos classificando os núcleos fabris pela sua importância. [...] Na região x, identificamos a existência de 3 núcleos. O primeiro, formado por fábricas metalúrgicas, onde os operários que trabalham nelas mantêm intensa comunicação entre si. [...] O segundo núcleo é formado por fábricas grandes de um ramo metalúrgico avançado. [...] O terceiro é formado por um conjunto de fábricas grandes, médias e pequenas. As grandes são do ramo metalúrgico e as demais são constituídas de setores industriais diferentes. [...] É evidente que uma pesquisa das fábricas só pode ser feita de forma mais racional na medida em que estamos presentes nelas. Porém, esse conhecimento inicial já é suficiente para orientar o trabalho. Procedendo desse modo, estamos fazendo com que o nosso trabalho siga o rumo determinado, tendo em vista que as fábricas constituem nosso alvo.²¹⁶

Nota-se que ao ressaltar o fato do alvo do partido ser a fábrica, o documento o fez com base em duas questões importantes nas formulações políticas da organização. A primeira diz respeito ao postulado marxista de que o operariado é a classe fundamental da revolução. Isso explica os esforços para inserir-se nela. A segunda está ligada a outro pressuposto marxista, a ideia de que quanto mais especializado o operário, maior a possibilidade de ele reconhecer sua

²¹³ A necessidade de engajamento do partido na luta contra o arrocho salarial aparece como uma preocupação contínua, presente em diferentes documentos produzidos ao longo dos anos 1970, além de ser destacada nos depoimentos concedidos pelos militantes.

²¹⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Boletim Interno número 8*. Darf, AV, DDI-II, documento 08, Aperj, setembro de 1971.

²¹⁵ *Idem*, p. 01.

²¹⁶ *Idem*, pp. 01-02. Grifo do documento.

condição de explorado e engajar-se na luta política. Esse último ponto justifica a prioridade de atuação entre os metalúrgicos.²¹⁷ Quanto aos objetivos presentes no “trabalho de bairro”, o documento reforçou tratar-se de:

[...] um trabalho secundário, que possui particularidades específicas. Em primeiro lugar não é no bairro que seus moradores se caracterizam dentro de sua composição social, mas em função de seu papel na produção. [...] Em segundo lugar, a composição social de um bairro, normalmente, não é homogênea. Mesmo que estejamos diante de um bairro operário. [...] Pela sua diversidade, o mais importante no trabalho de bairro é fazê-lo em função do trabalho na fábrica, que no bairro significa procurarmos nos aproximar fundamentalmente dos operários [...]²¹⁸

Ao ratificar a inserção nos bairros em função do trabalho de fábrica, o texto considerou que as formas de atuação nesse tipo de atividade “não poderiam ser previamente determinadas”, dadas as especificidades locais. Em virtude dessa realidade, o militante deveria aproveitar as condições existentes em cada local e procurar “agir como simples morador” para integrar-se ao povo.²¹⁹ Apesar das orientações, na prática, a militância continuou encontrando dificuldades para cumprir as determinações do partido.

O “Boletim Interno 9”²²⁰ retomou o tema, ao publicar alguns questionamentos feitos pela militância a partir de experiências concretas. Tais questionamentos foram expressos nas seguintes perguntas: “O que fazer no bairro?”; “Como conseguir que as pessoas se aproximem de nós?”; “Em que sentido podemos orientá-las?”²²¹. Porém, naquele momento, o partido não apresentou soluções para as questões levantadas.

As respostas foram dadas no boletim seguinte,²²² no qual reconhecia-se como problema determinante para o trabalho nos bairros os métodos adotados. Constatado o problema, decidiu-se aumentar as responsabilidades individuais de dirigentes e de militantes através do incentivo à crítica e à autocrítica, com o intuito de consolidar os “princípios básicos da *linha de massas*”.²²³ Também foi proposto um plano de ação para organizar as atividades políticas. O plano estabelecia as tarefas de dirigentes e dos quadros subordinados acerca das práticas de inserção.

²¹⁷ As inserções entre os metalúrgicos foram incentivadas até o início dos 1980, conforme observamos na documentação.

²¹⁸ *Boletim Interno número 8, op. cit.*, p. 03. Grifo do documento.

²¹⁹ *Idem*, p. 04.

²²⁰ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Boletim Interno, número 9*. Darf, AV, DDI-II, documento 09, Aperj, dezembro de 1971.

²²¹ *Idem*, pp. 05-06.

²²² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Boletim Interno, número 10*. Darf, AV, DDI-II, documento 10, Aperj, dezembro de 1971.

²²³ *Idem*, p. 03.

As direções regionais deveriam destacar um membro vinculado à produção fabril para assumir a função de “coordenador do trabalho operário”, cujas tarefas seriam: identificar as dificuldades presentes no processo de proletarização; recolher sugestões para superar os desafios encontrados nesse processo; e apresentar propostas de ajustes necessários à prática política. Os dirigentes também escolheriam um “coordenador para o trabalho de bairros”, com as mesmas atribuições do “coordenador do trabalho operário”, porém direcionado para as atividades de seu campo de atuação. E, por fim, deveriam nomear um “coordenador de trabalho interno”, responsável pela articulação das atividades de inserção nas fábricas e nos bairros.²²⁴ O boletim ainda avaliou que:

[...] A prática política do partido não tem unificação nem objetivos claros em curto prazo. Todo militante sente este problema e o atribui à deficiência por parte da direção [...] A realidade é que quase a totalidade dos nossos trabalhos ou projetos são recentes, cada um apresenta suas particularidades, mas nem por isso partimos do zero. Temos algumas experiências anteriores [...] Ao lado disso, temos as diretivas políticas gerais para a atual fase do processo revolucionário (16 Pontos, 10 Diretivas) que nos indicam os objetivos e as tarefas no trabalho entre as massas.²²⁵

Observe-se que o documento menciona a falta de “unificação” e de “objetivos claros” a respeito da tática de inserção. No entanto, utiliza-se o argumento de que as “deficiências” na orientação dessas atividades deviam-se ao fato de serem “projetos recentes na trajetória do partido”, daí o porque dos obstáculos em auxiliá-las.²²⁶ Um dado para compreensão dessas dificuldades seria o fato da organização vivenciar, no início dos anos 1970, o forte impacto da repressão política, sobretudo, com a prisão de seus principais dirigentes.

Retomando as diretrizes a respeito da tática de inserção, a integração com os trabalhadores e nos bairros operários seria incentivada até o início dos anos 1980. Nota-se, também, que ao longo da década de 1970, o *comportamento espontaneísta*, manifestado por alguns militantes no curso de suas práticas políticas, continuou sendo advertido. Além disso, naquele contexto, a documentação escrita mencionou o fato de o crescimento no número de membros do partido não representar o alcance de seus objetivos em relação ao “trabalho de massas”,²²⁷ por meio do qual esperava-se conscientizar e preparar os trabalhadores para a

²²⁴ *Idem*, p. 05.

²²⁵ *Idem*. Grifo do documento.

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ Conforme aparece, por exemplo, no documento *Boletim Interno, número 2. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. Boletim Interno, número 2. Darf, AV, DDI-III, documento 16, Aperj, setembro de 1979, p. 01.*

revolução. Portanto, as diretivas para a inserção no trabalho de fábrica e de bairro não foram suficientes para a organização atingir seus fins.

Ademais, quando colocadas em prática, as orientações contidas nos textos e debatidas com a militância ganhariam novos contornos, adaptações, de acordo com a dinâmica das experiências e em função dos temas presentes nos movimentos sociais. O “lema da aproximação das massas”, priorizado a partir da autocrítica, pode ser a chave para a compreensão das motivações que levaram os quadros do partido a tomarem a iniciativa (ou acatarem as decisões) para se proletarizarem.

3.2 As experiências de inserção nas trajetórias de Álvaro, Antonio, Vilma, Fátima, João e Warley

Com base nos depoimentos de seis militantes, dois inseridos no trabalho de fábrica e quatro integrados ao trabalho de bairro no Rio de Janeiro, buscaremos, neste tópico, reconhecer alguns aspectos presentes nas experiências de inserção. Ao selecionar indivíduos de origens sociais distintas e com trajetórias tanto políticas quanto pessoais diferenciadas, nossa intenção é a de observar as formas de atuação e possíveis contradições vivenciadas por eles nesse processo.

Cabe frisar que não temos o objetivo de propor um estudo sobre as trajetórias de vida, mas indicar o fato de as experiências de inserção terem exercido, com intensidades variadas, influências nas escolhas e trajetórias pessoais de seus participantes. Em comum, essas pessoas manifestaram comportamentos de resistência à ditadura e engajamento ao mesmo partido político, por meio do qual partilharam o ideal da revolução socialista no Brasil.

Álvaro Lins Cavalcante Filho, ex-estudante de Física na Unb, descendente de uma família de classe média, cujo pai, Álvaro Lins Cavalcante, tornou-se deputado federal em 1955, eleito pelo PTB cearense e, após o Golpe de 1964, passou a legislar pelo MDB, militou no movimento estudantil em Brasília. Em 1967 ingressou na Ala Vermelha, tornando-se um dos pioneiros no trabalho de fábrica, sobre esse processo nos contou:

Nos dois anos em que passei em São Paulo, de agosto de 1969 a junho de 1971, eu fiz um curso no Senai de torneiro mecânico. Foram dez meses de curso à noite, na Barra Funda. Dentro da perspectiva da organização o objetivo era transferir a militância para a fábrica, com um trabalho sério, a gente (os militantes) fazia cursos profissionalizantes para atuar junto à classe operária.²²⁸

²²⁸ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcante Filho à autora, *cit.* Grifo da autora.

O depoimento, de modo semelhante aos de outros militantes, revela a ênfase dada à profissionalização dos quadros da organização antes de atuarem no trabalho de fábrica. Outro dado importante em sua fala é a confirmação do início das experiências de inserção no segundo semestre de 1969, momento de guinada nas proposições táticas do partido.

Retomando a trajetória de Álvaro, em 1970, ele passou a compor a direção nacional, cargo que ocuparia até o início dos anos 1980. Também foi um dos poucos integrantes da Ala que não vivenciou a tortura e o cárcere, em função de conseguir escapar de um cerco policial durante uma ação armada na região metropolitana de São Paulo, ocasião na qual dois de seus companheiros foram presos.²²⁹ Naquele mesmo ano, passou a usar a identidade de Paulo Oliveira Tavares, mergulhando ainda mais na clandestinidade. No ano seguinte, após concluir o curso profissionalizante no Senai, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde atuou como metalúrgico durante treze anos.

Entre as razões que motivaram a transferência de Álvaro estariam as necessidades de driblar a repressão no estado de São Paulo e a de reorganizar as atividades políticas da Ala no Rio. A respeito de sua experiência como operário e dos artifícios utilizados para ganhar a confiança dos colegas de fábrica, relatou-nos:

Quando cheguei no Rio, primeiro morei no Catete, mas logo fui para Bonsucesso, depois para Mesquita. Quando me casei fui para Vila Kennedy, onde morei bastante tempo. Nas fábricas, eu dizia que vinha do interior. Para fazer amizade, me aproximar do pessoal, (os operários) eu conversava sobre futebol, sobre os programas de televisão [...] tentava agir de forma natural. Depois de alguns meses, ganhava espaço para conversar sobre política sem despertar desconfianças [...]²³⁰

Inserido no universo fabril, Álvaro procurou adaptar-se à nova realidade e fazer amizades no local de trabalho para prosseguir com seu objetivo político. Com exceção do curto período em que morou no Catete, zona sul carioca, sua prioridade foi a de se estabelecer em bairros operários, agindo em consonância com as orientações do partido.

Porém, a tática de inserção, inclusive a imposição do trabalho de fábrica, não seria vista da mesma forma por todos os membros da organização. Diferentes opiniões e contradições marcaram esse processo, como aparece, por exemplo, no testemunho de Antonio de Neiva. Oriundo de uma família de classe média, cujo pai era radialista e a mãe funcionária

²²⁹ Durante a entrevista que nos concedeu, Álvaro Lins disse não se recordar dos nomes de seus companheiros de partido que foram presos durante uma ação armada na região metropolitana de São Paulo, na qual ele conseguiu escapar.

²³⁰ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcante Filho à autora, *cit.* Grifo da autora.

pública, no final da década de 1960, Neiva militou no movimento estudantil de Brasília. Nessa mesma época entrou para a organização. Em 1971, foi preso em São Paulo. Após sair da prisão, em 1973, foi transferido pelo partido para o Rio de Janeiro, onde foi designado para inserir-se no trabalho de fábrica e fixar residência em um bairro operário. Segundo afirmou, ele não concordava com a obrigatoriedade das inserções, mas inicialmente acatou essa decisão. Também ressaltou as dificuldades de adaptação vividas em sua curta passagem pelo cotidiano fabril:

Eu arrumei brigas históricas com a direção e com alguns companheiros porque queriam me colocar na fábrica. Eu fui. Era uma deliberação. Eu queria me reintegrar plenamente às atividades políticas do partido, então eu fui para a fábrica. Mas tive muita dificuldade de adaptação. O pessoal da organização tinha muito preconceito com quem resistia ir para o movimento operário. E eu achava que era um desperdício no meu caso, porque eu passei dois anos presos, li quatrocentos livros, não tinha condições para trabalhar numa fábrica. Fui trabalhar numa fábrica lá em Cavalcante, minha função era carregar peso, eu podia ter ferrado com a minha vida. Um dia caiu um vergalhão no pé, me arrebentou... [...] Nesse período, eu conversei com o pessoal preso, eu ia às visitas e discutia as inserções, alguns companheiros achavam que não tinha sentido obrigar todos irem para as fábricas. Depois de uns meses eu fui demitido. Fiz vestibular para Economia, passei. Fiz tudo escondido da organização. Então, tentei convencer o pessoal a me liberar do trabalho na fábrica, houve uma votação e fui liberado. [...] Na faculdade passei a recrutar universitários para partido.²³¹

No relato de Neiva fica evidente o dissenso em torno das inserções, que na perspectiva da organização deveriam sobrepor-se às escolhas e trajetórias individuais. Essas questões marcaram os debates internos e preocuparam dirigentes regionais e nacionais.²³² O tema foi registrado na Circular do Birô Regional do Rio de Janeiro, redigida em 1973, na qual o princípio do *centralismo democrático* foi evocado como solução para eliminar as divergências no partido, conforme aparece no trecho destacado:

O nosso Partido na GB defronta-se com uma série de problemas, fruto das contradições internas do ponto de vista político, orgânico e ideológico sobre as resoluções de ligar-se às massas [...] O centralismo democrático é um método capaz de assegurar a unidade prática de ação do Partido no qual a luta entre diversas opiniões é levada a cabo através da subordinação da minoria à maioria e da subordinação dos organismos inferiores aos superiores.²³³

²³¹ Entrevista de Antonio de Neiva Moreira Neto à autora, *cit.*

²³² Entrevistas de Maria Fátima de Souza Silva, Vilma Costa e Antonio de Neiva Moreira Neto à autora, *cit.*

²³³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Circular Interna*. Darf, AV, DDI-II, documento 01, Apej, setembro de 1973, pp. 01-02. Grifo da autora.

Outra trajetória que selecionamos para narrar é a de Vilma Costa. Com origem social distinta de Álvaro Lins e de Antonio de Neiva, ela é primogênita de doze irmãos e morou com a família na Vila da Penha, subúrbio carioca. Seu pai era comerciário e sua mãe cuidava das tarefas do lar. Vilma aproximou-se da Ala em 1969, quando militava no movimento estudantil secundarista. Seu ingresso no partido coincidiu com o início do processo de autocrítica, ainda sim recebera instruções sobre a participação em ações armadas. Durante os anos seguintes, seus irmãos, Washington, Wanderley, Warley, Wilma e Walter também se tornariam militantes da Ala Vermelha. Em 1972, ao ser aprovada para a função de professora no concurso público da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Vilma foi designada pela direção regional para atuar no trabalho de bairro. Sobre seu processo de conscientização política e seu ingresso na organização, recordou-se dizendo:

Naquela época (final dos anos 1960) ou a gente virava hippie ou alienado ou militante. Com o barulho do movimento estudantil, ainda que tímido em função da repressão, tomei consciência do que estava acontecendo no país. Quando terminei o Curso Normal já estava em contato com a organização. Era o momento da autocrítica e a orientação era a de ir todos para as fábricas e bairros operários. Essa ideia vinha dos chineses, da teoria do Mao Tse Tung. Quando passei no concurso para professora, visitei vários bairros populares para escolher escola, ainda não havia uma determinação geográfica por parte da direção, então escolhi a Vila Kennedy, na zona oeste. Para a direção, que estava estraçalhada à época, eu era uma autêntica figura do proletariado. Fui direcionada para estar, para trabalhar com o povo. [...] Durante os quinze anos em que vivi na comunidade, eu desenvolvi um trabalho de conscientização política com meus alunos, com os moradores. Depois de tanto tempo, eu não estava inserida, eu era parte do bairro [...] ²³⁴

A noção de pertencimento expressa na fala de Vilma é um aspecto relevante para a reflexão sobre o quanto as experiências de inserção interferiram nas trajetórias de vida daqueles que delas participaram. A firmeza de seus propósitos ideológicos e a militância em um grupo político formado por um círculo social restrito, devido à dinâmica das organizações de esquerda no Brasil que, entre outros aspectos, impunha uma rígida conduta disciplinar e a atuação clandestina, possivelmente contribuíram com o desenvolvimento de importantes relações afetivas no interior do grupo ao qual pertencia, o que também verificamos na trajetória de vida de outros membros da organização. ²³⁵

²³⁴ Entrevista de Vilma Costa à autora, *cit.* Grifo da autora.

²³⁵ A partir das entrevistas, identificamos vários matrimônios entre militantes da Ala. No Rio de Janeiro, citamos como exemplos as uniões entre Vilma Costa e Álvaro Lins, Fátima de Souza e Antonio Maurício, Warley da Costa e João Pedro de Souza, Rosane de Albuquerque e Walter Costa. Em São Paulo, encontramos o casal Felipe Lindoso e Maria José Silveira.

Em 1974, Vilma casou-se com Álvaro, ou melhor, com Paulo Oliveira Tavares. Naquele período, Álvaro, além de dirigente nacional, coordenava as inserções no movimento operário no Rio de Janeiro; Vilma, por sua vez, buscava através de sua função de professora e como moradora no bairro Vila Kennedy, mobilizar a comunidade em torno da luta por direitos. Durante o tempo em que residiu nesse bairro, conquistou o papel de liderança comunitária. Tal posição foi conferida a ela na criação da associação de moradores no bairro onde residia e da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), fundada em 1978.²³⁶

Quanto ao trabalho desenvolvido por Vilma e por outros militantes na Educação, podemos considerá-lo parte do projeto de aproximação com os trabalhadores e da tarefa político-pedagógica de conscientização das *massas*. No período em que lecionou em turmas de alfabetização de jovens e adultos, a professora-militante propôs como temas de redação questões presentes no cotidiano de seus alunos, relacionadas às problemáticas do bairro, além de temáticas amplas ligadas ao contexto da ditadura, entre elas: o direito à liberdade de expressão e a carestia dos preços provocada pela alta inflacionária dos anos 1970.

Vilma reuniu parte das redações produzidas por seus alunos em um livro publicado em dezembro de 1974. Na introdução, ela deixou implícita, a dupla tarefa revolucionária de conscientizar as *massas* e a de aprender com elas. Nesse sentido, ressaltou:

Este é um trabalho simples na sua essência, produto de amor e carinho na sua preparação. São alguns anos de experiência no ensino cômico com o povo que me deram a alegria de aprender, tantas coisas. [...] Não surgiu de uma hora para outra, é o resultado de um trabalho lento e contínuo [...] Quando o homem compreende, ou melhor, descobre por si algo que lhe modifica o comportamento e enriquece a consciência, ele cria e se liberta das pressões que a sociedade lhe impõe [...]²³⁷

Entre as redações publicadas, destacamos o texto sobre a carestia intitulado “Mundo Cão”, de autoria de Carlos Alberto da Silva, à época com 19 anos, aluno da antiga terceira série primária e cuja ocupação profissional era a de cobrador de ônibus.

Sobe a carne, sobe o transporte, o preço da banha. O óleo que sumiu e o comércio abafou. Uns escondem e vendem a um preço horripilante. Enquanto o azeite ficou no mercado, onde está mais caro. De modo que somos os mais sacrificados, pensando em quem trabalha e ganha um salário,

²³⁶ Entrevista de Vilma Costa à autora, *cit.*

²³⁷ COSTA, Vilma (Org.) *O importante é a gente dizer o que sente*. Rio de Janeiro, 1974. Publicação da organizadora.

que não dá nem pra viver de um modo normal. Como vai terminar esta situação? Assim não é possível. É um mundo cão.²³⁸

Note-se que a conscientização política, ligada à percepção dos problemas imediatos, era considerada como importante elemento à formação da *consciência de classe*, que os militantes da Ala procuravam forjar.

Maria Fátima de Souza Silva, companheira de Vilma no movimento estudantil secundarista, ingressou na Ala em 1970. Seu pai era escriturário e sua mãe costureira. O primeiro contato com o partido aconteceu em 1968, quando junto com Vilma e Maria de Lourdes Vieira conheceu a militante Maria do Carmo.²³⁹ Aos 19 anos Fátima deixou a casa dos pais no bairro Penha, para engajar-se na organização. Aprovada no mesmo concurso público feito por Vilma, foi designada com ela para inserir-se no trabalho de bairro na zona oeste. Em entrevista, valorizou a tática de inserção no bairro. A esse respeito comentou:

Quando a gente (referindo-se a ela e a Vilma) foi para a Vila Kennedy, a questão foi discutida, aquilo não era à toa. Era importante fazer o trabalho de massas como aparecia nos documentos. [...] Um dos pontos fortes naquele momento era a necessidade de se embrenhar no trabalho político de massas, se vestir como as massas, enfim se misturar com elas, foi por isso que a gente foi para lá. Foi assim que começou tudo. [...] Em 1972, eu era de fato uma militante.²⁴⁰

Quanto aos métodos para desenvolver as atividades políticas no bairro, Fátima rememorou:

Lá (na Vila Kennedy) eu fazia parte do grupo jovem da Igreja Católica, mantinha contato com alguns padres progressistas, É claro que na Igreja ninguém sabia que eu era da organização. Eu tinha uma formação católica muito forte e a Igreja era um ponto importante para conhecer pessoas e desenvolver um trabalho de conscientização. [...] A ideia era ganhar adeptos para a causa revolucionária. Mesmo eu conhecendo várias pessoas nos grupos da Igreja era difícil fazer o trabalho avançar, eram tempos de insegurança. [...] O lance era viver de forma simples, isso não foi difícil, eu vinha do subúrbio.²⁴¹

²³⁸ *Idem*, p. 55.

²³⁹ Entrevistas de Vilma Costa e de Maria Fátima de Souza Silva à autora, *cit.* Durante nossa pesquisa não conseguimos contatar Maria de Lourdes Vieira e identificar o sobrenome ou a identidade real de Maria do Carmo.

²⁴⁰ Entrevista de Maria Fátima de Souza Silva à autora, *cit.* Grifo da autora.

²⁴¹ *Idem*. Grifo da autora.

A respeito das estratégias de aproximação com os moradores, Fátima mencionou táticas semelhantes às citadas por Vilma, como, por exemplo, os hábitos de frequentar as casas na vizinhança e os locais de congregação como as igrejas; ir às festas comunitárias; e fazer amigos.²⁴² Tais comportamentos, além de possibilitarem a inserção na realidade local, tinham como objetivo recrutar militantes para a organização.

Sobre o relacionamento tecido pelos militantes nos bairros, cabe destacar que, apesar da clandestinidade política ser preservada, em nada ela lembraria a fase de reclusão em “aparelhos”,²⁴³ nos tempos da guerrilha urbana. Mesmo exigindo grande preocupação com a segurança, as práticas de inserção impunham outra dinâmica à atuação dos militantes, que deveriam participar da vida da comunidade, identificar e partilhar os seus problemas.

O depoimento de João Pedro de Souza Neto também ilustra as particularidades presentes nas experiências de inserção e a singularidade como cada um constrói seu discurso e memória acerca dos processos vividos. João nasceu em Campo Grande (MS), seu pai, Ary de Souza, era dentista e militante do PCB, desde a década de 1930. A trajetória do pai marcou de forma intensa as escolhas profissionais e políticas do filho. Em 1965, aos 18 anos, João mudou-se para o Rio de Janeiro para cursar Odontologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde passou a militar no movimento estudantil.

Em 1968, João tornou-se membro do MR-8 e em novembro de 1969 foi detido por agentes da Aeronáutica no Campus da UFRJ na Praia Vermelha, sob a acusação de envolvimento no sequestro do Avião Caravele da empresa Cruzeiro do Sul, o qual transportava passageiros do Rio de Janeiro para Manaus e tivera sua rota desviada para Cuba. Levado para interrogatório no 1º Batalhão da Polícia do Exército, sede do DOI-CODI no Rio, foi torturado e permaneceu preso por cinco dias. Segundo o relatório militar, ele foi absolvido por falta de provas.²⁴⁴ Após o episódio, concluiu a graduação e retornou à cidade natal, onde iniciou a carreira como dentista.

Em 1974, de volta ao Rio, retomou a militância ao ingressar na Ala, desde então, discutira com a direção regional do partido a possibilidade de atuar politicamente na Baixada Fluminense, onde assumiria a tarefa de aproximar-se dos movimentos populares, que floresciam na região. Convencido de sua tarefa revolucionária, em 1977 trocou a residência e o consultório dentário localizados no Flamengo, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, pelo Éden: um bairro distante, sem rede de esgoto e fornecimento de água, situado no município de

²⁴² Entrevista de Maria Fátima de Souza Silva à autora, *cit.*

²⁴³ Locais utilizados pelas organizações para articularem suas atividades políticas.

²⁴⁴ I EXÉRCITO. Polícias Políticas, Prontuário Guanabara, pasta 48642, Aperj, novembro de 1969.

São João de Meriti. Na rememoração de sua inserção política na Baixada, aparecem entrelaçadas visões de mundo e histórias de outros militantes, inclusive daqueles que resistiram às profundas modificações no modo de vida implicado pelo projeto político de aproximação dos trabalhadores. O conjunto desses aspectos justifica a seguinte longa transcrição:

Eu comecei a me aproximar da Ala no final de 74, já me aproximei discutindo a possibilidade do meu deslocamento para a Baixada. Nessa época inclusive, teve um fato de uma companheira, estudante de Economia, que hoje é funcionária da Petrobrás, que resistiu ao deslocamento. Muitos resistiram. Resistiram porque tinham um trabalho político junto à classe média ou o receio da mudança. Havia também uma companheira que não exercia um trabalho específico na organização. Ela queria ser bailarina, pertencia ao meu grupo de estudos e um dia a gente leu um texto do Mao Tse Tung e descobrimos que ele teve uma mulher bailarina que fez um baita trabalho revolucionário. Essa amiga se identificou com aquilo, coisa mesmo de jovem idealista. [...] Estou exemplificando isso para mostrar a nossa determinação, nosso envolvimento com a causa revolucionária. Alguns resistiram, mais outros deixaram a Penha, a Tijuca, a zona sul do Rio em direção à Baixada e outras periferias. Éramos todos jovens e acreditávamos na transformação social do Brasil, não em mudanças democráticas para o país. Na época em que entrei na Ala, eu não acreditava nos movimentos democráticos, estava começando o projeto de distensão lenta e gradual do Geisel. Em 1977, fui morar em São João. Nesse ínterim, fiz concurso para o Ministério da Saúde e passei. Já prevendo minha atuação política na Baixada, optei pelo município de São João. Eu larguei o meu histórico profissional, larguei tudo, tudo mesmo e fui morar no bairro de Éden. Morei lá três anos. Na mesma época, outros companheiros foram para Nova Iguaçu, Duque de Caxias. A gente precisa lembrar que era o momento de autocrítica da Ala, em que a decisão era de ligar-se às massas para conscientizá-las, ganhá-las para a revolução. Era também uma fase de crescimento dos movimentos populares, de lutas dos moradores, da criação de associações e federações de bairros, de ascensão do movimento operário. E a gente discutia exaustivamente a necessidade dos revolucionários de ligarem-se às massas. [...] A tarefa era conviver no dia-a-dia com o povo. Eu me liguei tanto à Baixada que estou aqui até hoje. [...] Muitos retornaram para seus locais de origem, principalmente após a criação do PT, que se tornou um polo aglutinador das forças de esquerda no Brasil e que facilitou as atividades políticas legais, diferente da vida clandestina que a gente levava.²⁴⁵

A singularidade dos depoimentos nos remete a ideia de que a memória é seletiva e pertence à esfera individual, porém está articulada aos contextos e às redes sociais nos quais o sujeito esteve envolvido. Esses pressupostos conferem à memória, também, uma dimensão coletiva construída por meio da inserção do indivíduo em um grupo a partir do qual compartilha eventos e experiências.

²⁴⁵ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora, *cit.*

A sexta entrevista selecionada foi concedida pela irmã de Vilma, Warley da Costa, a qual ingressou na Ala em 1977. No depoimento, sua trajetória de vida e suas escolhas políticas foram narradas como processos intrínsecos, conforme será transcrito a seguir.

Desde criança eu ouvia falar da ditadura, assisti as notícias da morte do Edson Luis. Depois a Vilma, ainda no colegial, começou a frequentar um grupo de estudo. As organizações formavam grupos para recrutar as pessoas. A Vilma entrou para o partido, eu sabia que tudo era clandestino, mas as ideias de luta me atraíam. Mais tarde a Ala se tornaria uma questão familiar. [...] Eu comecei como apoio, quando tinha uns 17 anos. Uma vez me disseram assim: “Você tem que ir a São Paulo levar um documento para uma pessoa, tem risco de prisão, você vai?” Vou. Eu peguei o ônibus, fui até lá encontrei a pessoa, tinha uma senha para falar com ela, entreguei o documento sem saber a identidade dela, sem saber nada e voltei para o Rio. [...] Nessa época eu já trabalhava, eu era professora, fazia faculdade de História no IFCS, lá eu era vista como uma pessoa independente, tinha gente da Ala, mas eu não me envolvia porque a minha intenção era a de trabalhar no bairro. [...] Aí tinha a Lourdes que era da Penha, mas que tinha sido determinada pelo partido para ir para a Baixada e eu fui para Caxias ajudá-la. [...] Em dezembro de 79 me casei com João Pedro. Em seguida, o partido nos deslocou para Nova Iguaçu. [...] Lá me engajei no movimento de bairro. A Fátima já estava inserida há mais tempo. Eu participei das reuniões para criar a Associação de Moradores de Vila Nova. [...] Eu e João participávamos da associação e do MAB.²⁴⁶

A determinação político-ideológica narrada por Warley é semelhante às afirmações presentes em outros depoimentos. Com relação às práticas de inserção, ela destacou sua participação no movimento de bairro no final da década de 1970, quando essa forma de associativismo atingira seu ápice no Brasil. A exemplo de outras experiências individuais, Warley teceu importantes relações afetivas com integrantes da organização, como a união com João Pedro, ao lado de quem compartilhou práticas políticas.

Indagados sobre a avaliação que fazem hoje a respeito de suas militâncias, Álvaro, Antonio, Vilma, Fátima, João e Warley enfatizaram a importância de atuar em uma organização de esquerda no momento em que vigorava no país um regime autoritário, ao mesmo tempo em que compartilharam a crença na revolução. Em relação à aproximação com os trabalhadores e as camadas populares, todos vêem essa tática política como necessária ao período histórico no qual foi implementada. Fazem, ainda, uma análise positiva sobre os impactos dessa experiência em suas trajetórias de vida, mesmo Antonio de Neiva que não concordava com a obrigatoriedade das inserções e passou pouco tempo inserido entre os operários. Até onde conseguimos captar a memória desses militantes, percebemos como suas

²⁴⁶ Entrevista de Warley da Costa à autora. Belford Roxo (RJ), 12 de outubro de 2012.

trajetórias foram marcadas pelas profundas alterações em seus modos de vida, em suas relações familiares, sociais e afetivas, em suas carreiras profissionais impostas pelas práticas políticas que optaram vivenciar. Além disso, todos reconhecem no presente o impacto das escolhas políticas do passado.

Com relação ao Álvaro, após a promulgação da Lei de Anistia em 1979, resgatou sua identidade pessoal. Participou da formação do PT no início dos anos 1980, afastando-se gradativamente da militância política a partir de 1985. Até 1984 exerceu a profissão de metalúrgico no Rio de Janeiro. Após esse período, retornou para Brasília, onde administra uma empresa especializada em consultoria e *marketing* político. Apesar de não ser filiado a um partido, mantém em sua página de relacionamento social na Internet, fotografias e um histórico sobre sua trajetória política nos anos 1960 e 1970.

Antonio de Neiva também contribuiu para o processo de fundação do PT. Na década de 1990 elegeu-se vereador e, posteriormente, deputado estadual no Rio de Janeiro por esse partido. Enquanto deputado, integrou a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Atualmente compõe a Direção Executiva Estadual do PT no Rio.

Vilma permaneceu até 1987 como moradora e liderança comunitária na zona oeste. Concorreu às eleições municipais no Rio de Janeiro em 1986 pelo PT, mas não obteve vitória. Nos anos 1990, atuou como assessora parlamentar em legislaturas petistas e graduou-se em Língua Portuguesa. Hoje possui doutorado nessa área do conhecimento, tornou-se professora universitária e escreve um livro de memórias.

Fátima cursou Artes e recentemente concluiu o mestrado em Memória Social pela Unirio. É professora do Colégio de Aplicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CAP-UERJ). Entre 2004 e 2012, foi Secretária Municipal de Educação em Mesquita na gestão do petista Artur Messias, no mesmo município da Baixada Fluminense para onde foi transferida no passado por determinação da Ala a fim de desenvolver um trabalho político.

João continuou a exercer o ofício de dentista na Baixada Fluminense. Nos anos 1980, tornou-se expoente das atividades políticas do PT na região. Em 1992, concorreu à Prefeitura do então recém-criado município de Belford Roxo, mas foi derrotado. Casou-se com Fátima, com quem reside em Mesquita.

Warley concluiu a graduação em História e doutorou-se em Educação. Leciona na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Junto com Fátima e João, teve papel destacado na organização do PT na Baixada Fluminense.

Note-se, ainda, que nos casos de Vilma, Fátima e João, suas respectivas escolhas profissionais caminharam nos anos 1970 *pari passu* aos seus engajamentos políticos, uma vez que conciliaram seus ofícios com as táticas de inserção da Ala. Criaram laços com grupos sociais economicamente menos favorecidos nos locais onde atuam. Após a democratização do país, Vilma permaneceu por mais alguns anos na Vila Kennedy; e Fátima e João continuaram como lideranças políticas e moradores da Baixada. As palavras de João exemplificam a força que as experiências de inserção exerceram nas trajetórias de vida dos militantes, quando nos disse: “Eu militei tanto, mas tanto na Baixada que estou aqui até hoje. Posso dizer que todo meu círculo social está aqui. Se eu me mudar, viro um peixe fora d’água”.²⁴⁷

Seria difícil avaliar o quanto as experiências de inserção foram decisivas para a história da organização ou o quanto elas impulsionaram a aproximação com os trabalhadores e camadas populares. Por outro lado, ao analisarmos as experiências narradas pelos militantes, parece possível considerarmos a hipótese de que essas experiências serviram, no longo prazo, mais àqueles que delas participaram que propriamente ao projeto político da Ala Vermelha.

3.3 As determinações sobre as áreas de inserção e os deslocamentos geográficos

Inicialmente, as orientações acerca da escolha dos pontos de inserção indicavam apenas a prioridade por áreas de concentração industrial e por bairros operários, deixando-se a cargo dos militantes a pesquisa pelos locais, que deveriam ser aprovados pelos dirigentes. Com as entrevistas, a questão das determinações das áreas de atuação e dos deslocamentos geográficos aparece com maior clareza, reforçando a ideia de que inicialmente não houve uma imposição da direção a esse respeito. Cabe ressaltar que mesmo as entrevistas estando concentradas nas experiências de militantes inseridos no Rio de Janeiro, elas nos permitem ter uma ideia sobre os critérios de escolha dos locais de inserção.

O depoimento de Vilma Costa, por exemplo, aponta que no início da década de 1970, quando ingressou no trabalho de bairro, foi orientada a priorizar uma comunidade onde havia concentração de trabalhadores e de famílias pobres. Após pesquisar a realidade de alguns bairros, sugeriu sua inserção na Vila Kennedy, zona oeste do Rio de Janeiro, sugestão que foi

²⁴⁷ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora, *cit.*

aprovada pela direção regional.²⁴⁸ No entanto, a partir de meados da década, ocorreriam mudanças nos critérios de escolha dos bairros.

Sobre esse aspecto, vale citar o relato de Fátima, quando narra sua transferência da Vila Kennedy para Nilópolis, na Baixada Fluminense. Segundo nos contou, ela não pretendia deixar o trabalho de bairro na zona oeste, como notamos no trecho a seguir:

Foi uma discussão longa a escolha pela Baixada, aliás eu não queria ir. Eu já estava muito envolvida com a comunidade da Vila Kennedy. [...] Primeiro fui para Nilópolis, em 1977. Meu ex-marido, Antonio Mauricio era sindicalista e tinha um componente muito forte na Igreja, com os grupos jovens das paróquias locais. Eu fui transferida junto com ele. Em 78 a gente veio para Mesquita, eu inclusive vim à força. [...] Quando cheguei na Baixada foi difícil o processo de adaptação. A questão era semelhante à experiência anterior. A missão era recomeçar o trabalho, me aproximar das pessoas, dos problemas do bairro. Mas me lembro que no início não queria ficar por causa da lama, tinha muita lama. E me recordo de chorar muito. Mas logo me envolvi com os movimentos, com os problemas locais e estou aqui até hoje (referindo-se ao município de Mesquita onde reside).²⁴⁹

Um ano antes da transferência de Fátima, Vilma e Álvaro foram orientados a deslocarem-se para Duque de Caxias, com o objetivo de ele atuar no movimento metalúrgico local. Álvaro, embora compusesse a direção nacional, pretendia seguir a orientação, mas Vilma resistiu. Para ela, o motivo de a direção ter sugerido a transferência do casal era “fruto da deliberação nacional do partido em promover os deslocamentos em função do movimento operário, já que o trabalho de bairro estava sempre em segundo plano”.²⁵⁰ Ao que parece, Vilma venceu a “queda de braços”, ao permanecer com Álvaro na zona oeste.

Já os testemunhos dos militantes que entraram para a organização após 1974 sugerem que, a partir daquele momento, os deslocamentos eram deliberados pela direção. Nos depoimentos de João Pedro de Souza e de Warley da Costa, notamos a prioridade da Ala por algumas áreas, como a Baixada Fluminense. Em contrapartida, o ex-metalúrgico Washington da Costa, membro da organização desde 1976 e dirigente regional no Rio de Janeiro em 1979, contradiz a existência de deliberações sobre os deslocamentos. Segundo ele, seu processo de mudança do bairro Penha, subúrbio carioca, para Belford Roxo, antigo distrito de Nova Iguaçu, não ocorreu por determinação do partido. Washington afirmou que se mudou por escolha própria, sem interferências da organização.²⁵¹ No entanto, ele incentivou o processo

²⁴⁸ Entrevista de Vilma Costa à autora, *cit.*

²⁴⁹ Entrevista de Maria Fátima de Souza Silva à autora, *cit.* Grifo da autora.

²⁵⁰ Entrevista de Vilma Costa à autora, *cit.*

²⁵¹ Entrevista de Washington da Costa à autora. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012.

de fundação da associação de bairro onde passou a residir, seguindo as orientações do partido. Cabe ressaltar que suas atividades políticas na organização estiveram concentradas no movimento sindical, não no trabalho de bairro.

Por fim, observamos que as determinações sobre os locais de atuação ocorreram na fase de soerguimento da organização, quando seus dirigentes nacionais mais notórios, entre eles Elio Cabral, encontravam-se em liberdade, portanto, podendo assumir, em condições mais favoráveis, posturas e métodos centralizadores na condução do partido.

A respeito das determinações do tipo de atividade (trabalho de fábrica ou de bairro), a princípio, um dos critérios definidores foi o gênero, pois, como vimos, no início da década de 1970 Álvaro Lins e Antonio de Neiva foram inseridos em fábricas, enquanto Vilma Costa e Fátima de Souza foram designadas para as atividades nos bairros. No entanto, a partir da segunda metade da década, constamos homens e mulheres inseridos no trabalho de bairro no Rio de Janeiro. Ademais, desde 1973, em São Paulo, foram verificadas experiências de inserção feminina em fábricas na região do ABC Paulista,²⁵² fato que sugere a possibilidade de a organização ter adaptado o processo de inserção às demandas regionais.

Sobre essa questão, alguns depoimentos ressaltam a existência de flexibilidade nas decisões políticas da Ala, principalmente após a autocrítica. Essa flexibilidade seria possível em virtude do respeito à democracia interna.²⁵³ Também há nos depoimentos e na documentação escrita evidência de que os organismos regionais usufruíam certa autonomia para deliberarem sobre as atividades políticas que lhe parecessem mais oportunas, dadas às especificidades locais.

3.4 Por que a Baixada Fluminense?

Desde o início dos anos 1970, a Baixada Fluminense era uma área conhecida pela organização, afinal, Álvaro Lins residiu em Mesquita, distrito de Nova Iguaçu.²⁵⁴ Em 1972, ao ser informado pelos colegas de fábrica que os preços dos aluguéis naquela região eram mais acessíveis e que a localidade contava com a rede de transporte ferroviário, cujo valor da passagem era mais barato em relação às tarifas rodoviárias, Álvaro mudou-se para um município da Baixada, embora continuasse trabalhando em uma metalurgia na zona norte do

²⁵² Sobre esse assunto, ver. NEGRO, Antonio Luigi. “Servir ao povo de todo coração...” *op. cit.*, pp. 84-109.

²⁵³ Entrevistas de Elio Cabral de Souza, Felipe José Lindoso e João Pedro de Souza Neto à autora, *cit.*

²⁵⁴ Mesquita tornou-se município em 1999.

Rio.²⁵⁵ Durante o período em morou na Baixada, Álvaro conheceu a realidade local, inclusive o fato de muitos operários atuantes na cidade do Rio de Janeiro residirem nessa área.

Na opinião de Vilma Costa: “a partir de 1976 a Baixada passou a ser a menina dos olhos do partido no Rio”.²⁵⁶ Entre as razões que levaram o partido a priorizar uma frente de trabalho político na Baixada Fluminense está o contingente populacional formado predominantemente por trabalhadores e camadas populares. No entanto, o fator de maior atração seria a ascensão dos movimentos sociais de base, articulados na região a partir da segunda metade da década de 1970, quando vários integrantes da Ala migraram para essa localidade, inclusive Elio Cabral.

Ao deixar a prisão em São Paulo em regime condicional, no ano de 1976, Elio seguiu para Goiânia. E, em 1977, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fixou residência no bairro pobre Vila São Luis, em Duque de Caxias. Quando indagado sobre o porquê da escolha pela Baixada Fluminense para as inserções políticas do partido, Elio nos respondeu:

A Baixada por quê? Porque a gente queria fortalecer o núcleo dos militantes lá. Eu fui para Caxias, muitos estavam em Nova Iguaçu e em São João de Meriti. Lá trabalhei junto aos movimentos de bairro. A gente (referindo-se aos membros do partido) se inseriu, participou dos movimentos em vários lugares da Baixada. A Fátima, por exemplo, estava em Nova Iguaçu, no MAB, mas tinham outros. O movimento mais forte na Baixada era o movimento de bairro. Eu participava da direção nacional e regional e naquela época, se pensava que a direção tivesse um conhecimento maior que as bases partidárias, então a direção orientava as atividades do pessoal, pesquisava, estudava os movimentos, daí a gente escolheu a Baixada.²⁵⁷

Ao justificar as razões da escolha pela região, Elio revelou que a decisão não foi aleatória, afinal os dirigentes pesquisavam, estudavam a dinâmica dos movimentos sociais em curso em diferentes regiões, antes de decidirem sobre as inserções. Ademais, a fala de Elio ratifica a intervenção da direção, naquele momento, quanto aos locais e às formas de atuação dos militantes, pois se acreditava que os dirigentes teriam um conhecimento político mais apurado, permitindo-lhes a prerrogativa de deliberarem em nome do partido. Outro ponto importante é a observação que fez sobre o movimento de bairro, considerado por ele como o “movimento mais forte” existente na Baixada.

Também cabe mencionar as justificativas dadas por João Pedro e Felipe Lindoso para escolha da região. Para esses militantes, as características socioeconômicas relacionadas à

²⁵⁵ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcante Filho à autora, *cit.*

²⁵⁶ Entrevista de Vilma Costa à autora, *cit.*

²⁵⁷ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.* Grifo da autora.

ineficiência nos serviços básicos oferecidos pelo poder público à população, o clientelismo político e os altos índices de violência local estariam entre os fatores que mobilizaram o partido a incentivar a formação de frentes políticas na Baixada Fluminense.²⁵⁸

A respeito das inserções, o ano de 1977 aparece como o marco desse processo, quando chegaram à região João Pedro de Souza, Fátima de Souza, Antonio Maurício, Maria de Lourdes Vieira, os irmãos Washington e Walter Costa, entre outros.²⁵⁹ Nota-se que esses deslocamentos ocorreram em um momento crucial da luta democrática marcada, entre outros aspectos, pelo crescimento das mobilizações populares e de trabalhadores por todo o país.

Sobre o contexto de *transição política*, no qual se daria à passagem do regime autoritário para o regime democrático, vale lembrar que esse ocorreu a partir de uma proposta de liberalização política gradual e controlada pelo Estado. Apesar desse fato, a partir de 1975 surgiram mudanças nos prognósticos sobre o destino da ditadura e novas perspectivas de oposição.²⁶⁰ Naquele cenário, apesar da persistência dos sentimentos de insegurança e de incerteza em relação ao futuro do país – sobretudo até o final de 1979, quando o A.I.-5 seria revogado, e a anistia política negociada –, diversos setores da sociedade civil organizada diversificaram as formas de luta em prol do restabelecimento da democracia, forçando a abertura de canais públicos de atividade política.

As notícias sobre as mortes do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1975 e do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro do ano seguinte, nas dependências do II Exército em São Paulo, chamaram à atenção da opinião pública, que passou a responder de forma veemente às arbitrariedades cometidas pelos militares. Na Baixada, um fato chocante nesse período foi o sequestro seguido de espancamento do bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito, em setembro de 1976, cuja autoria foi atribuída à Aliança Anticomunista Brasileira (AAB). No mesmo ano, foram encontradas bombas nas sedes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Episódios dessa natureza motivaram uma série de protestos de condenação pública ao Regime Civil-Militar. Entidades como a ABI e a OAB, o setor progressista da Igreja Católica e o movimento estudantil

²⁵⁸ Entrevistas de João Pedro de Souza Neto e Felipe José Lindoso à autora, *cit.*

²⁵⁹ Com base nas entrevistas, identificamos um efetivo de 49 militantes da Ala no Rio de Janeiro, dos quais 37 foram transferidos para municípios da Baixada Fluminense, na década de 1970. No curso da pesquisa, entrevistamos 10 militantes inseridos nos movimentos sociais na região. Não incluímos nesse cálculo os militantes oriundos ou recrutados na Baixada, que, de acordo com os depoimentos, seriam aproximadamente 15.

²⁶⁰ ALMEIDA, Hermínia; WEIS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, Lilian (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 333.

incentivaram manifestações contra a repressão política, denunciando as violações aos direitos humanos.

Essas manifestações foram acompanhadas pela efervescência e pela pluralidade de movimentos sociais surgidos ou reorganizados nesse contexto, como os movimentos identificados com as “minorias políticas”, em torno das questões de gênero, de sexualidade e de etnia; as mobilizações de trabalhadores, organizadas a partir de um movimento operário renovado em suas práticas e estruturas representativas; e um novo tipo de organização social nascido nos bairros, voltado para a reivindicação das questões de moradia, transporte, saneamento básico, saúde e educação, sobretudo nas periferias urbanas. Essas diferentes iniciativas de luta exerceram pressão decisiva no *processo de transição*, forçando o debate político, trazendo à tona as lutas sociais silenciadas pela ditadura.

As campanhas salariais e as greves articuladas nesse período denotaram aos trabalhadores uma nova dimensão de participação política e notoriedade pública, em especial aquelas realizadas pelos metalúrgicos, na região do ABC Paulista, a partir de maio de 1978. Somente no ano de 1979 foram realizadas 246 greves em todo o Brasil, sendo 18% delas ligadas ao setor da metalurgia.²⁶¹ De acordo James Brennan, esses dados refletem um fenômeno latino-americano ocorrido nos anos 1970, quando os sindicatos da indústria automobilística emergiram como lideranças no movimento operário das três economias mais industrializadas da América Latina: Brasil, Argentina e México.²⁶²

No caso brasileiro, apesar da ênfase dada ao movimento metalúrgico do ABC Paulista pela historiografia, nos últimos anos sociólogos e historiadores dedicados ao *Mundo do Trabalho* vêm descortinando a importância do movimento operário em outras regiões. A esse respeito, destacamos as mobilizações dos metalúrgicos fluminenses, entre elas as greves dos funcionários da Fiat Diesel de Duque de Caxias, resgatadas pelo sociólogo José Ricardo Ramalho, no final da década de 1980.²⁶³

Considerando o movimento operário local, podemos afirmar que na Baixada Fluminense foi travado um intenso histórico de luta, a exemplo do ocorrido em outras partes do país. No período entre 1978 e 1983, eclodiram diversas greves organizadas por bancários,

²⁶¹ PAIVA, Eduardo Nazareth. *A FNM e a indústria automobilística no Brasil: uma análise antitética do ponto de vista da teoria ator-rede*. Tese (Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004, p. 74.

²⁶² BRENNAN, James P. “El classismo y los obreros, el contexto fabril del ‘sindicalismo de liberación’ en la industria automotriz cordobesa, 1970-75”. *Desarrollo Económico*, v. 32, n. 125, abr-jun, 1992, p. 2.

²⁶³ RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e Luta Operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

comerciários, professores e rodoviários na região.²⁶⁴ Para se ter uma ideia da capacidade de ação coletiva dos trabalhadores locais, a greve estadual dos rodoviários em 1979 contou com a adesão de 74% da categoria nos municípios de Nova Iguaçu e de Duque de Caxias.²⁶⁵

Já as greves realizadas pelos metalúrgicos da Fiat, entre 1977 e 1981, aconteceram em consonância com os movimentos do ABC Paulista. A solidariedade entre os trabalhadores fluminenses e paulistanos foi manifestada na troca de experiências de luta e de apoio às respectivas oposições sindicais. Essa rede de solidariedade nos foi narrada pelo operário João Leal, militante da Juventude Operária Católica (JOC) desde os anos 1960, encarregado de produção e membro da comissão de fábrica da Fiat, no final dos anos 1970. Durante a entrevista, Leal comentou sobre a ligação entre os metalúrgicos de Duque de Caxias e de São Bernardo do Campo:

No período de 78 pra 79, houve muita greve no Brasil. Muitos movimentos país a fora. O movimento de São Bernardo, por exemplo. A gente tinha uma relação boa, muito forte com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, ali surgiu a figura do Lula. No início uma figura polêmica, que não vinha de nenhuma organização de esquerda, então ninguém sabia direito quem era. 79 foi o ano que mais teve greve no Brasil, não sem precisar quantas, mas foram muitas [...] Nessa época o presidente do sindicato de São Paulo era o Joaquinção (Joaquim dos Santos Andrade) o maior pelego da história desse país e a gente da Fiat ajudava a fazer oposição a ele. Aqui no Rio a gente era oposição ao Pimentel (Oswaldo Pimentel).²⁶⁶

O depoimento de Leal corrobora a ideia de que existiu um movimento operário organizado e combativo na Baixada Fluminense, inclusive, articulado aos de outras regiões do país. Para ele, as direções dos sindicatos no Rio de Janeiro e em São Paulo eram submissas aos militares e ao empresariado. Por essas razões, os operários ativistas incentivavam à formação de chapas de oposição, esforçando-se para liderar as lutas de sua categoria.²⁶⁷

A respeito dos movimentos sociais gestados na Baixada Fluminense na *fase de transição*, cabe destacar o florescimento de um conjunto de associações de moradores incentivadas, em especial, pelo Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB), surgido em 1974, com o objetivo de unificar a luta por melhores condições de vida e de acesso aos serviços públicos nos bairros.²⁶⁸ O MAB foi um dos primeiros movimentos dessa

²⁶⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos: Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1988, p. 68.

²⁶⁵ Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Rio de Janeiro.

²⁶⁶ Entrevista de João Leal de Araújo à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012. Grifo da autora.

²⁶⁷ *Idem*.

²⁶⁸ Em 1981, o MAB foi transformado em federação.

natureza no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, servindo de inspiração para iniciativas semelhantes, como a Associação dos Bairros de Meriti (ABM), em São João de Meriti e o Movimento União dos Bairros (MUB), em Duque de Caxias.

Não por acaso, a tática de inserção da Ala na Baixada Fluminense ocorreu no mesmo período em que os metalúrgicos da Fiat de Duque de Caxias retomaram suas mobilizações e o MAB destacou-se pelo incentivo às lutas por melhores condições de vida nos bairros.

3.4.1 As práticas de inserção

Em relação às atividades desempenhadas pelos quadros da Ala na Baixada Fluminense, o trabalho de bairro tornou-se predominante e foi desenvolvido sob diversas formas, envolvendo os aspectos de moradia, o engajamento nos movimentos de bairro, a participação em grupos de teatro popular e a alfabetização de jovens e adultos, até a criação de um periódico. Desse modo, as práticas de inserção assumiram diferentes características e graus de importância de acordo com a realidade local e as necessidades impostas aos militantes para colocarem em prática as diretrizes políticas do partido.

Quanto às orientações para o desenvolvimento dessas práticas, o “Relatório do Ativo” editado em 1978 pela direção regional no Rio de Janeiro, em consonância com as diretrizes nacionais, apontou como alternativas de integração nas fábricas e nos bairros a criação de clubes do livro, jornais, ‘caixinhas’ e atividades culturais, as quais não deveriam ser interpretadas “como instrumentos de luta, mas como meios de aproximação dos trabalhadores para incentivá-los à ação política”.²⁶⁹ No mesmo relatório, foi ressaltada a aproximação dos militantes das associações de bairro e paróquias, as quais deveriam ser consideradas como meio de participação e cobertura legal das atividades desenvolvidas nos bairros.²⁷⁰ Sobre essas orientações, as entrevistas dos militantes revelam que as estratégias de aproximação das associações de moradores e da Igreja foram as estratégias mais utilizadas por eles para viabilizar o processo de integração nas comunidades, nas quais pretendiam desenvolver um trabalho político.

Nesse sentido, é relevante destacar que os movimentos de bairro no Brasil foram, em grande medida, incentivados pelo setor progressista da Igreja. Na Baixada Fluminense, não podemos deixar de mencionar a liderança assumida por Dom Adriano Hypólito e pelos

²⁶⁹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Relatório do Ativo*. Darf, AV, DDI-IV, documento 28, Aperj, 1978, p. 01.

²⁷⁰ *Idem*, p. 02.

párocos da diocese de Nova Iguaçu no surgimento e na consolidação do MAB, por exemplo. Desse modo, a presença de militantes nas paróquias facilitaria a aproximação das associações e, em alguns casos, a participação nos processos de fundação de entidades desse tipo.

As experiências de inserção narradas por Warley, João e Fátima ratificam esse processo. Segundo, Warley, ela e João participaram da fundação da Associação de Bairro de Vila Nova, em Nova Iguaçu, ao lado de pessoas envolvidas com a Igreja. A esse respeito, ressaltou: “A gente tinha um grupo bom de trabalho no bairro ligado à paróquia, mas essas pessoas não tinham ligação alguma com a Ala”.²⁷¹ Warley integrou ainda o “Clube de Mães”, voltado para ações de combate à desnutrição infantil e de cuidados com a saúde da mulher, o qual funcionava na paróquia do mesmo bairro. O casal também recorreu a outras formas de mobilização dos moradores, como a criação de cooperativas e feiras de produtos agrícolas, além do incentivo a atividades culturais.²⁷² Tais iniciativas podem vistas tanto como alternativas de integração dos militantes quanto de mobilização política, apoiadas na superação das carências locais.

João, por sua vez, antes de casar-se e mudar-se com Warley para Nova Iguaçu, incentivou a criação de associações de moradores nos bairros Éden, Vila Norma e São Mateus, em São João de Meriti. Em seu ofício de dentista, além de trabalhar na rede pública de saúde, ofereceu atendimento dentário gratuito às famílias pobres, em seu pequeno consultório particular situado no mesmo município.²⁷³

Retomando o papel assumido pelas associações de moradores e pela Igreja nas práticas de inserções, a prioridade dada a esses espaços deve-se ao fato de funcionarem como polos aglutinadores das discussões dos problemas locais e da busca por alternativas para contorná-los, além de reforçar as estratégias de integração dos militantes nos bairros, nos quais buscavam ampliar os espaços de sociabilidade para possíveis intervenções políticas.

O envolvimento com as associações e as paróquias possibilitou, ainda, o recrutamento de quadros para a organização, conforme o exemplo do ferroviário Werneck José dos Santos, morador no bairro Santo Elias, em Nova Iguaçu, recrutado por Fátima em 1978, durante os encontros da Pastoral Operária realizados na paróquia do mesmo bairro.²⁷⁴

Sem desconsiderar as orientações do partido, que defendia o uso desses espaços como meios de participação e cobertura legal para o trabalho de bairro,²⁷⁵ o relacionamento com os

²⁷¹ Entrevista de Warley da Costa à autora, *cit.*

²⁷² *Idem.*

²⁷³ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora, *cit.*

²⁷⁴ Entrevista de Werneck José dos Santos à autora. Nilópolis (RJ), 31 de agosto de 2012.

²⁷⁵ *Relatório do Ativo, op. cit.*, p. 02.

moradores, os religiosos e demais agentes sociais presentes nesses lugares foi decisivo para a materialização das práticas políticas implementadas pelos militantes. Além disso, em determinadas entrevistas notamos a formação religiosa e a valorização dos sacramentos católicos, como o batismo e o casamento, nas trajetórias de vida. Nesses casos, *estar* na Igreja seria, também, um exercício de fé, não apenas uma estratégia política.²⁷⁶

Ainda sobre a aproximação com a Igreja, Walter Costa, o mais novo dos irmãos de Vilma a entrar para Ala, reforçou que: “essa questão devia-se à necessidade de ampliação dos espaços de inserção política na Baixada”.²⁷⁷ Em 1977, um ano após ligar-se ao partido, ele foi deslocado para São João de Meriti, para atuar no trabalho de bairro e incentivar a criação de um grupo de teatro popular.²⁷⁸ Nesse período, Walter teria, temporariamente, aberto mão do desejo de ingressar na universidade para desenvolver um trabalho político. Acerca de sua experiência de inserção, destacou:

Eu entrei depois da autocrítica. Portanto, minha geração foi marcada pela ideia de trazer conscientização para o povo. Eu fui para a Baixada para ajudar a montar um grupo cultural [...] O nome do grupo era “Caminhando contra o Vento”. Era um grupo de teatro, que funcionava em Vila Rosali, no município de São João. A gente fazia peças com uma visão crítica, sobre os problemas sociais, os problemas locais, a falta de saneamento básico. [...] A gente focava nesses temas. Tinha uma diretora profissional que treinava o grupo para atuar na perspectiva do teatro popular. Encenamos textos do Brecht e de outros autores. [...] Através da Igreja em São João, a gente conseguiu espaço para encenar as peças. No partido, discutíamos como abordar os temas, fazer o trabalho de conscientização. Eu fui designado para morar em São João, para fazer esse trabalho. [...] A ligação com a Igreja foi importante, não só pela necessidade do espaço físico, mas pela oportunidade de estarmos perto da comunidade. [...] Dentro da Igreja também surgiu grupos em torno da luta dos moradores, a gente (militantes da Ala) participou desse processo de formação das associações nos bairros, do Movimento Amigos de Bairro de Meriti e em Nova Iguaçu tinha o pessoal à frente do MAB.²⁷⁹

As experiências político-culturais vivenciadas por militantes da Ala no Rio de Janeiro também foram verificadas na criação do Centro Cultural do Trabalhador (Cecut), localizado no bairro Parada de Lucas, periferia carioca, próximo ao limite com Duque de Caxias. O Centro promoveu oficinas artesanais, cursos profissionalizantes, apresentações teatrais, exposições artísticas e palestras sobre prevenção à saúde. Além disso, cedeu espaço para a

²⁷⁶ Entrevistas de Maria Fátima de Souza Silva, Vilma Costa e Warley da Costa à autora, *cit.*

²⁷⁷ Entrevista de Walter Costa à autora. Teresópolis (RJ), 23 de setembro de 2012.

²⁷⁸ A participação de militantes da Ala em grupos de teatro popular, na segunda metade da década de 1970 também ocorreu na região do ABC Paulista. Sobre o tema, ver. PARANHOS. Kátia Rodrigues. “Teatro e trabalhadores: cenas e formas de agitação no ABC”. *ArtCultura*, vol. 7, n. 11, jul/dez, 2005, pp. 101-115.

²⁷⁹ Entrevista de Walter Costa à autora, *cit.* Grifo da autora.

realização de assembleias operárias e reuniões de lideranças ligadas ao movimento de bairro na cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.²⁸⁰ Em sua inauguração, o Cecut contou com a presença do escritor Ferreira Gullar, que falou aos presentes sobre o tema: “Cultura e trabalho”.²⁸¹

No que se refere às inserções nos movimentos de bairro, como já sinalizamos, Fátima, Warley e João estiveram inseridos no MAB, em Nova Iguaçu. João participara, também da criação da ABM, em São João de Meriti, entidade da qual Walter aproximou-se. Já em Duque de Caxias, Elio Cabral e Lourdes Vieira ligaram-se ao MUB. Porém a experiência mais significativa vivenciada pelos militantes nesses movimentos seria a trajetória de Fátima no MAB.²⁸² Sobre sua inserção nesse Movimento ela rememorou:

Em Mesquita, eu me reorganizei, a ideia era a continuar o trabalho das associações. Aí, fui pesquisar a história do bairro e descobri uma associação que tinha sido extinta. Então comecei a organizar uma nova associação na minha casa. Nisso, o MAB nos encontrou. (referindo-se à associação). [...] O MAB nos achou porque estávamos organizando uma associação naquele momento e nós achamos o MAB. A partir daí eu fui participar do movimento, lutei pela consolidação, pela ampliação e fiz parte da primeira direção. [...] Eu estava na linha de frente do trabalho do partido com as associações, fui escalada para estar na direção do movimento.²⁸³

Apesar da naturalidade como narrou seu ingresso no MAB, não podemos perder de vista dois aspectos importantes ligados a esse processo. O primeiro diz respeito à escolha pela Baixada, como área para desenvolver um trabalho político, ter sido antecedida por um levantamento das características dos movimentos sociais na região.²⁸⁴ O segundo ponto está relacionado a transferência de Fátima para essa localidade objetivar sua inserção no trabalho de bairro. Portanto, sua aproximação do Movimento era uma situação prevista pelo partido. O fato de estar, naquele momento, reorganizando uma associação e, em função disso, ser contatada pelas lideranças do MAB, contribuiu para atingir seu objetivo político.

Além das práticas de inserção mencionadas até aqui, há também as experiências de Elio Cabral²⁸⁵ e de Lourdes Vieira na comunidade São Luis, em Duque de Caxias. Entre 1977 e 1979, Elio trabalhou como vendedor autônomo e levou uma vida simples semelhante

²⁸⁰ Entrevistas de João Pedro de Souza Neto, Felipe José Lindoso, Walter Costa, Warley da Costa à autora, *cit.*

²⁸¹ *Jornal da Baixada*, n. 5, novembro de 1979, p. 8.

²⁸² A participação de Fátima de Souza no MAB foi ressaltada em 10 entrevistas que realizamos com os militantes.

²⁸³ Entrevista de Maria Fátima de Souza Silva à autora, *cit.* Grifos da autora.

²⁸⁴ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.*

²⁸⁵ Note-se que no Rio de Janeiro, Álvaro Lins e Elio Cabral, dirigentes nacionais, encontravam-se, respectivamente, inseridos nos trabalhos de fábrica e de bairro. No entanto, não temos dados para afirmar se em outros estados membros da direção participaram diretamente das inserções.

aos costumes da comunidade. Nesse período, junto com Lourdes,²⁸⁶ desenvolveu um trabalho político-pedagógico, ao criar um espaço comunitário onde jovens e adultos eram alfabetizados segundo os métodos propostos pelo educador Paulo Freire,²⁸⁷ com quem Elio mantivera contato na década de 1960, na cidade de Brasília.²⁸⁸

3.4.2 Trabalho de fábrica *versus* trabalho de bairro

Considerando a prioridade dada ao trabalho de fábrica, conforme verificamos na documentação, chamou-nos a atenção o fato de na Baixada Fluminense o trabalho de bairro prevalecer nas experiências políticas do partido. Como vimos, havia na região um movimento operário forte e organizado, na segunda metade dos anos 1970. Além disso, nos municípios de Nova Iguaçu e de Duque de Caxias existiam áreas de concentração industrial, inclusive ligadas ao setor da metalurgia. Se a região oferecia espaços para a inserção dos militantes no trabalho de fábrica, por que o trabalho de bairro predominou? Embora essa seja uma questão complexa, é possível conjecturar sobre alguns motivos que podem ter contribuído para essa realidade.

Uma explicação seria o fato de militantes fichados ou clandestinos não conseguirem emprego nas grandes empresas locais, em especial as metalúrgicas fortemente monitoradas à época. No entanto, identificamos a presença de quadros em metalurgias no bairro Pavuna, situado no limite entre as cidades do Rio de Janeiro e de São João de Meriti. Nessa localidade, atuaram jovens recrutados pela organização, sem passagens ou com fichas nos órgãos de repressão política.²⁸⁹

Levando-se em conta a temporalidade das inserções na Baixada Fluminense, podemos pensar que as transferências de quadros para a região ocorreram em um momento posterior às iniciativas de inserção em fábricas na cidade do Rio de Janeiro, a exemplo das experiências de

²⁸⁶ Antes de ser transferida pelo partido para desempenhar suas atividades políticas na Baixada Fluminense, Lourdes Vieira esteve inserida no trabalho de bairro na Vila Kennedy, onde atuou com Vilma Costa e Fátima de Souza. Entrevista de Maria Fátima de Souza Silva à autora, *cit.*

²⁸⁷ Segundo Paulo Freire, a educação é o principal instrumento de transformação social. Nesse sentido, o ato de educar deve ser interpretado como um ato essencialmente político, cujos objetivos são possibilitar a crescente conscientização e o processo de libertação do Homem

²⁸⁸ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.*

²⁸⁹ Conforme o exemplo do militante Stanley Calyl que entrou para a Ala em 1976, à época estudante secundarista, morador de São João de Meriti, que por orientação do partido profissionalizou-se em torneiro mecânico. Entrevista de Stanley Calyl de Souza Bueno à autora. Nova Iguaçu (RJ), 29 de julho de 2011.

Álvaro Lins, Antonio de Neiva e Washington da Costa, inseridos em metalúrgicas, na zona norte do Rio de Janeiro. Nesse sentido, outra hipótese seria a existência de contatos da Ala no movimento operário em escala mais expressiva nas fábricas cariocas, o que facilitaria a inserção nessa área em detrimento daquelas situadas na Baixada Fluminense.

Ainda em relação a nossa interrogação, os depoimentos indicam que quadros da organização foram integrados à produção fabril na Baixada, inclusive na Fiat Diesel. Militantes também teriam sido inseridos entre os químicos, os bancários e os professores. Porém, não conseguimos identificar nomes ou situações que nos permitissem analisar essas experiências.²⁹⁰ Mesmo sem encontrar vestígios consistentes a respeito do trabalho de fábrica na região, notamos o fato de as demandas e greves dos trabalhadores locais serem o carro-chefe das reportagens veiculadas pelo *Jornal da Baixada*, periódico alternativo idealizado pelos integrantes da Ala.

Sobre o trabalho de bairro, o documento de mesmo título, redigido no primeiro semestre de 1978, fornece-nos algumas pistas que podem nos ajudar a compreender, em parte, a questão. Vejamos o que diz o texto:

Ao elaborarmos uma estratégia de organização e de intervenção na luta de classes imediata devemos nos fundamentar numa análise integrada da esfera trabalho e moradia. Isso conduzirá a uma estratégia de combinação dos diversos espaços de intervenção sem abirmos mão de que a transformação da sociedade terá como base a transformação das relações de produção, tendo como sujeito fundamental à classe operária [...] é possível compatibilizar o nosso trabalho dentro das Sociedades Amigos de Bairro, mas enquanto política ela é antagônica, pois essas entidades associativas têm como função política básica à integração do morador ao sistema político-administrativo, formador da cidadania burguesa, individualista e competitiva [...]²⁹¹

Nota-se que o trabalho de bairro continuou integrado ao de fábrica, porém passou a ser considerado como uma atividade compatível, não secundária. A reavaliação em torno das atividades de inserção nos bairros foi ratificada no texto “Concepção e organização sobre o trabalho de Bairro”, de novembro de 1979, no qual afirmou-se:

Até hoje a AV colocou o trabalho de bairro como secundário, privilegiando o trabalho sindical. Hoje temos a compreensão de que o trabalho de bairro é um trabalho revolucionário realizado na classe operária no seu local de

²⁹⁰ Durante as entrevistas, perguntamos sobre a integração de membros da Ala no trabalho de fábrica na Baixada Fluminense. Nessas ocasiões, obtivemos como resposta que o partido teve militantes inseridos nesse tipo de atividade. Porém, os entrevistados não se recordaram de nomes de pessoas que teriam participado desse processo.

²⁹¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Sobre o trabalho de bairro*. Darf, AV, DDI-IV, documento 19, Aperj, junho de 1978, pp. 03-05.

moradia. A exploração da força de trabalho não se dá somente na fábrica, mas, nos bairros, nas condições de vida do operário e de sua família [...] ²⁹²

Com base nos trechos destacados, podemos extrair duas questões presentes nas formulações táticas do partido. A primeira diz respeito ao reconhecimento de que a exploração capitalista não está restrita ao espaço da fábrica, podendo ser vista também no cotidiano doméstico, (nesse caso no bairro) no qual as carências se materializam e são compartilhadas. Assim, a relação entre *trabalho* e *lar* deixa de ser compreendida de forma dissociada e é reinterpretada enquanto *lugares* complementares de manifestação da consciência sobre a condição de explorado. O *lar* (o bairro) não seria mais a extensão do *trabalho* (a fábrica), mas um espaço onde os *conflitos de classe* são percebidos pelos trabalhadores, tendo em vista suas necessidades e demandas imediatas: moradia, transporte, educação, saúde, lazer.

A segunda questão é a concepção de que os trabalhos de fábrica e de bairro são igualmente importantes à medida que o bairro adquire *status* próximo ao da fábrica enquanto *locus* privilegiado para levar a cabo a tarefa do partido de educar e organizar politicamente as *massas*. Ao considerar o bairro como o *lugar* onde as carências se materializam, nele seria possível encontrar condições favoráveis para despertar os trabalhadores para a luta econômica e política.

Com relação às inserções nas Sociedades Amigos de Bairro, ²⁹³ ainda que esse tipo de entidade tendesse à formação da cidadania burguesa, os militantes deveriam inserir-se nelas para ampliarem espaços de intervenção política, ao mesmo tempo em que deveriam incentivar o trabalhador-morador a questionar os limites do sistema político-administrativo de ordem capitalista, existentes nessas formas de associativismo.

Sobre esse aspecto, é importante lembrar o fato de a mudança no discurso do partido com relação às inserções nos bairros ocorrer na fase de democratização do país, quando estavam em curso diversos movimentos sociais. Possivelmente, a dinâmica impressa pela natureza dos movimentos populares ligados às reivindicações por melhores condições de moradia e de acesso aos serviços públicos influenciou o redimensionamento das formas de atuação política da Ala. No caso das experiências circunscritas à Baixada Fluminense, retomamos o depoimento de Elio Cabral, quando afirmou: “O movimento mais forte na

²⁹² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Concepção e organização sobre o trabalho de Bairro*. Darf, AV, DDI-IV, documento 20, Aperj, novembro de 1979, pp. 01-02.

²⁹³ Nome pelo qual os movimentos de bairro ficaram conhecidos no Brasil, na década de 1970, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Baixada era o movimento de bairro”. No momento em que se deu a inserção política da Ala nessa região, de fato, o movimento de bairro era forte, mas não obscurecia a ascensão do movimento operário.

Reconhecer a força do movimento de bairro na Baixada Fluminense pode indicar a maneira encontrada por Elio para explicar as razões pelas quais nessa localidade a Ala não atingiu seu alvo: as fábricas. A versão apresentada pelo dirigente pode ser interpretada, também, enquanto parte da memória que construiu em torno de sua trajetória política, afinal, conforme ressaltou a historiadora Marieta de Moraes: “a memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”.²⁹⁴

3.5 A imprensa enquanto instrumento de inserção política

Na segunda metade da década de 1970, uma das alternativas encontradas para superar o desafio do processo de aproximação dos trabalhadores foi a criação de periódicos, voltados para as demandas e a divulgação dos movimentos sociais de base. Cabe mencionar que desde seu surgimento, a Ala manteve a preocupação com o papel dos jornais enquanto instrumentos de ação, agitação e propaganda política. Em novembro de 1968, o partido lançou o jornal *Unidade Operária*, projetado como veículo de circulação externa na Grande São Paulo, que deveria funcionar como “instrumento de organização e de luta da classe operária”.²⁹⁵ Em março de 1969, foi criado o periódico interno *Brasil Livre*,²⁹⁶ no qual incentivava-se a luta armada. Na perspectiva da organização, a imprensa deveria constituir-se em um centro de mobilização, capaz de dirigir as atividades do partido e evidenciar a base de suas ideias, assumindo o papel de orientador político.²⁹⁷

Em 1972, com a autocrítica em curso, a importância da imprensa foi definida como tática de aproximação das *massas*, pois se acreditava que: “sem imprensa externa o trabalho entre as massas se limita”.²⁹⁸ Essas ideias foram referendadas no documento “Autocrítica”,

²⁹⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e história oral”. *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, jul/dez, 2002, p. 321.

²⁹⁵ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Unidade Operária*. Ano I, n. 1. Darf, AV, DICI-I, documento 15, caixa 05, Aperj, novembro de 1968.

²⁹⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Brasil Livre*. Ano I, n. 2. Darf, AV, DICI-I, documento 13, caixa 05, Aperj, 02 de abril 1969.

²⁹⁷ LÊNIN, Vladimir. *Por Donde Empezar: acerca de la prensa y la literatura*. Buenos Aires, Anteo, 1965.

²⁹⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Sobre a imprensa*. Darf, AV, DDI-II, documento 12, Aperj, janeiro de 1972, p. 01.

por meio do qual a imprensa aparece citada como principal instrumento de luta ideológica travada pelas organizações marxistas-leninistas no Brasil.²⁹⁹

No entanto, foi por meio da “Circular de maio de 1975”³⁰⁰ que a Ala apresentou de forma clara as resoluções sobre a imprensa do partido. Com base nesse documento, o jornal *Unidade Operária*, fora de circulação desde 1970, deveria ser relançado e tornar-se o órgão central de comunicação, voltado para militantes e paramilitantes com o objetivo de orientar o trabalho junto às *massas*. Já o periódico *Luta Proletária*,³⁰¹ editado pela primeira vez em julho de 1969, assumiria o formato de boletim e deveria conter apenas matérias de conteúdo restrito aos membros da organização.

Quanto às diretivas para a criação de jornais externos, a “Circular” indicou que esses deveriam assumir a forma de volantes,³⁰² cuja função era a de ativar o trabalho concreto junto às *massas*, ao publicar denúncias e reivindicações locais, assim como divulgar as lutas do povo. Segundo o documento, esse tipo de publicação deveria ser incentivado pelos organismos regionais. Além disso, não poderia ser identificado o nome do partido ou de seu órgão central, estando sua criação e conteúdo diretamente submetidos à aprovação dos dirigentes locais.

Com base na Circular e nas entrevistas, tornou-se possível compreender a criação de periódicos alternativos, de cunho operário ou popular, por iniciativa de militantes da Ala, entre os quais estariam: o *ABCD Jornal*, surgido em 1976, na região do ABCD Paulista; o *Jornal da Vila*, editado em 1978, voltado para os bairros da periferia sudeste de São Paulo; *O Repórter de Guarulhos*, em circulação nos distritos industriais da Grande São Paulo, organizado nesse mesmo ano; além do *Jornal da Baixada*, lançado em 1979, na Baixada Fluminense.

Ao analisar o ciclo da imprensa alternativa no Brasil, o jornalista Bernardo Kucinski observou as características presentes nos periódicos, que tiveram a participação de militantes da Ala. Segundo o autor, em comum esses jornais apresentaram uma periodicidade quinzenal ou mensal, uma tiragem de aproximadamente cinco a oito mil exemplares e eram vendidos a preços simbólicos. Além disso, contaram com a colaboração de jornalistas experientes na

²⁹⁹ *Autocrítica*, *op. cit.*, p. 87.

³⁰⁰ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Circular. Resoluções sobre a imprensa do partido*. Darf, AV, DDI-III, documento 05, Aperj, maio de 1975, p. 01.

³⁰¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Luta Proletária*. Ano I, n. 1. Darf, AV, DICI-I, documento 18, caixa 05, Aperj, 01 de julho de 1969.

³⁰² Volante - impresso de propaganda comercial e política, geralmente de uma folha. A palavra deriva do folheto de conteúdo ideológico impresso e distribuído clandestinamente, sob o domínio da censura ou da perseguição política. BAHIA, Juarez. *Dicionário de Jornalismo: século XX*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010, p. 392.

função de editores-chefes.³⁰³ O *ABCD Jornal*, por exemplo, tinha como editores Júlio de Grammont, Fátima de Carvalho e Rodolpho Gamberini, enquanto *O Jornal da Vila* contava com a liderança de Laís Tapajós e de Silvia Campolim, que colaboraram também no *Movimento*.³⁰⁴ *O Jornal da Baixada*, por sua vez, teve como editor Alceu Nogueira da Gama, vencedor do Prêmio Esso de Jornalismo Esportivo pela *Revista Visão*, em 1977.

A nosso ver, a característica mais interessante presente nesses jornais está na forma como eles apresentaram-se aos seus respectivos públicos-leitores. O *ABCD* anunciou-se como “fruto do trabalho de um grupo de jornalistas e estudantes de comunicação [...] que não vê mais possibilidade de informar bem e corretamente, enquanto permanecerem presos ao esquema tradicional da grande empresa jornalística”.³⁰⁵ Já *O Repórter de Guarulhos* propôs-se “facilitar às chamadas classes menos favorecidas não só o acesso à imprensa [...], mas ser um veículo para a divulgação de suas necessidades, anseios, reivindicações pela melhoria de seu padrão de vida”.³⁰⁶

Na visão de Kucinski, esses jornais, semelhantes em proposta e em público-alvo, representaram um período marcado pelo recuo dos grupos de esquerda “da antiga pretensão de serem vanguarda ou direção do movimento operário”.³⁰⁷ No entanto, ao analisarmos a documentação da Ala, verificamos que até o início de 1980 o “espírito de vanguarda” permaneceu vivo na organização. Conforme indicamos, houve o deslocamento das ações táticas, mas não o abandono da perspectiva de vanguarda. O fato de se ocultar a ligação da Ala com os jornais não representa o abandono dessa perspectiva.

Sobre essa questão, o temor da repressão política – apesar do contexto de abertura, é uma justificada importante para a não identificação do partido nos processos de criação e de produção dos periódicos, considerando que, nesse período, a repressão ainda era uma realidade na conjuntura nacional. A esse respeito, vejamos a concepção da Ala:

Da nossa parte, refere-se à certeza de que a ditadura apenas se liberaliza em alguns aspectos para acomodar os setores burgueses insatisfeitos e para amortecer e desviar o rumo da insatisfação popular [...] Concentramos

³⁰³ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo, Scritta, 1991, p. 98. Entre os periódicos ligados à Ala, apenas o *Jornal da Baixada* não foi mencionado pelo autor. Nos depoimentos de militantes também aparecem referências ao *Jornal dos Bairros*, produzido pelos quadros partidários inseridos na zona oeste do Rio de Janeiro. Porém, não conseguimos apurar detalhes de seu processo de produção ou ter acesso aos exemplares. Com base nas entrevistas, as características desse jornal seriam semelhantes às de outras publicações ligadas à Ala. Entrevistas de Álvaro Lins Cavalcante Filho, Vilma Costa e João Pedro de Souza Neto à autora, *cit.*

³⁰⁴ KUCINSKI, *op. cit.*, pp. 99-100.

³⁰⁵ *Ibidem.*

³⁰⁶ *Ibidem.*

³⁰⁷ *Idem*, p. 98.

nossos esforços nos bairros e nas fábricas e participamos naquelas entidades e movimentos que possam vir a contribuir para reforçar e ajudar o trabalho de base. Esta é a linha correta e da qual não nos devemos desviar [...] Outro problema levantado foi o da segurança. Separar completamente a organização e o trabalho do partido do trabalho político de massas, manter a clandestinidade do partido, principalmente daqueles companheiros com atuação legal destacada, é a orientação a ser seguida com todo rigor.³⁰⁸

Portanto, as formas como os militantes atuaram tanto nos movimentos sociais quanto nos jornais reforçam as táticas e as orientações do partido, em relação as inserção políticas e as normas de segurança.

Em nossa interpretação, a criação de veículos de imprensa alternativos pela Ala a partir da segunda metade da década de 1970 deve ser entendida como um desdobramento das orientações para a inserção de seus quadros em sindicatos, fábricas, associações de moradores e periferias urbanas, cujo objetivo era o de colocar em prática a tarefa político-pedagógica de conscientizar e organizar os trabalhadores e a população pobre para lutarem pela transformação social. A realização desse trabalho dependia da existência de canais de comunicação que funcionassem como instrumentos de mobilização, apoiando a luta por direitos e dando suporte às atividades políticas dos militantes. Possivelmente, nesses aspectos encontremos as “chaves” que nos possibilitarão “abrir algumas portas” para a compreensão da experiência compartilhada em torno do *Jornal da Baixada*, a qual analisaremos a seguir.

³⁰⁸ *Boletim Interno*, número 2, setembro de 1979, *op. cit.*, pp. 01-02.

CAPÍTULO 4 – O JORNAL DA BAIXADA E A MATERIALIZAÇÃO DA TÁTICA POLÍTICA

A criação do *Jornal da Baixada* (JOB) é resultado do processo de inserção de militantes da Ala Vermelha em municípios da Baixada Fluminense, na segunda metade dos anos 1970, momento de ascensão dos movimentos de bairro e operário na região, a exemplo de experiências semelhantes verificadas em diversas cidades brasileiras. Ao noticiar as demandas e as mobilizações de trabalhadores e moradores, o jornal buscou funcionar como porta-voz de seus movimentos, ao mesmo tempo em que significou a materialização da tática de inserção política priorizada pela organização.

4.1 A construção do discurso

O *Jornal da Baixada*, o qual tinha uma tiragem de cinco mil exemplares, era escrito em linguagem coloquial, pautado pelo humor e crítica social, destinava-se a um público-leitor formado por trabalhadores e moradores da Baixada Fluminense. Em sua primeira edição, lançada no dia 15 de maio de 1979, o JOB apresentou-se do seguinte modo à população:

POBRE, ATREVIDO, INDEPENDENTE – Aqui está o primeiro número do JORNAL DA BAIXADA. É um jornal que nasce do esforço dos moradores e trabalhadores da Baixada e conta com a colaboração de um grupo de jornalistas. O Jornal da Baixada quer estar junto das associações de bairros, dos sindicatos de trabalhadores e de outras entidades da região para transmitir suas opiniões, levantar suas reivindicações, exigir soluções. É mais um instrumento de luta pela melhoria das condições de vida do povo.³⁰⁹

A forma como o trecho foi escrito, não levaria o leitor a suspeitar de que o jornal seria uma publicação idealizada por uma organização comunista. Em um momento sóciopolítico de efervescência de movimentos sociais e de manifestações públicas em torno do restabelecimento dos direitos democráticos, o JOB seria identificado como um periódico alternativo de caráter popular³¹⁰, a exemplo de outras publicações desse tipo que circulavam pelo país.

³⁰⁹ *Jornal da Baixada*, n. 01, 15 de maio de 1979, p. 01.

³¹⁰ Nesse caso, a expressão *popular* quer indicar algo voltado para o cotidiano dos trabalhadores e das camadas economicamente menos favorecidas da população.

Nessa conjuntura, o jornal objetivou funcionar como porta-voz dos movimentos de bairro e do operariado local, além de trazer para o debate as questões em torno da luta democrática. Em sua dimensão de *evento discursivo*, o noticiário pode ser considerado um propulsor de mudanças, à medida que seus textos expressaram uma concepção de poder e de luta hegemônica, a partir de um posicionamento de esquerda, em oposição às condições históricas e às relações de poder vigentes na sociedade.³¹¹ Com base nos objetivos políticos da Ala na Baixada Fluminense, a criação de um periódico voltado para a realidade local reforçava a tática de aproximar-se dos movimentos sociais, com o intuito de conscientizar do ponto de vista político-ideológico os protagonistas desses movimentos.

Quanto ao fato de contar com a “colaboração de um grupo de jornalistas”, a presença desses profissionais na elaboração do periódico seria decisiva para a construção da identidade do jornal. Os jornalistas não tinham ligações orgânicas com a Ala ou com outra organização de esquerda, mas contribuiriam para tornar possível a existência do jornal, bem como para evitar que assumisse o estereótipo de panfletário de partido político.

A respeito do contexto de surgimento do JOB, sua primeira edição entrou em circulação dois meses após a troca de faixas entre os generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo que, respectivamente, dirigiram os projetos de *distensão* (1974-1979) e de *redemocratização* política (1979-1985). Na *fase de distensão*, observamos avanços e retrocessos com relação à censura aos meios de comunicação, os quais refletiam um projeto de abertura política controlado.³¹²

Nas leis de imprensa do período, notamos oscilações que ora indicavam a ampliação do campo de atuação dos profissionais de jornalismo, como a Lei n. 6.612 outorgada em dezembro de 1978, que revogou a obrigatoriedade do estágio para o exercício da profissão de jornalista. Ora medidas restritivas, como o Decreto-lei n. 83.284 de 13 de março de 1979, que retificou a alteração feita pela Lei anterior e reiterou dispositivos do Decreto-lei n. 972 de 17

³¹¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre essa questão, ver. FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília, UnB, 2008. A partir da vertente de pensamento conhecida como Análise Crítica do Discurso, o autor constrói uma abordagem teórica que considera a linguagem como uma forma de prática social. Entre as principais contribuições dessa vertente estão a ênfase nos fundamentos ideológicos presentes na elaboração dos discursos.

³¹² Sobre a censura aos meios de comunicação, ver. KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Fapesp/ Boitempo, 2004. AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968 -1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. São Paulo, Edusc, 1999.

de outubro de 1969, no qual exigia-se o diploma de graduação em Comunicação Social ou Jornalismo.³¹³

O retrocesso na legislação ocorreu dois dias antes de Geisel passar o cargo ao seu sucessor. Note-se que ao reafirmar os dispositivos da lei de imprensa de 1969, o general encerrava o mandato limitando o exercício da profissão de jornalista, apesar do discurso oficial de promoção gradativa da liberdade de imprensa. O fim da censura foi decretado em 1982, embora os órgãos de imprensa e seus profissionais continuassem sendo investigados pela Comunidade de Informação, durante o Governo Figueiredo. A liberdade de imprensa seria ratificada na Constituição de 1988.

No tocante ao *processo de transição*, também é necessário ressaltar o papel assumido pela chamada *imprensa alternativa* composta por uma variedade de publicações. Esse tipo de imprensa veiculou desde discursos dogmáticos associados à linha de partidos e organizações de esquerda, aos quais encontravam-se vinculados, à linguagem política pautada pelo humor, além de jornais e revistas que agregaram diferentes matrizes discursivas, entre elas periódicos ligados às dioceses consideradas progressistas ou aos movimentos em torno das questões de gênero e de etnia. Em linhas gerais, essas publicações apresentaram uma posição de resistência à ditadura, denunciando as arbitrariedades cometidas pelas autoridades militares e fazendo a divulgação das diferentes lutas pelos direitos democráticos no país. Desse modo, contribuiu para a ampliação dos canais de debate político em um momento no qual o Estado havia suprimido quase todos os espaços de manifestação política de oposição.³¹⁴

Entre os modelos de periódicos alternativos estão aqueles que Maria Paula Araújo denominou de *jornais de esquerda*. Esses jornais, vinculados “tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações clandestinas”, representaram a possibilidade desses grupos de divulgarem seu “pensamento, opinião e crítica ao regime”, através de publicações não partidárias.³¹⁵ Reforçando as características desse tipo de periódico, destacamos a estreita relação entre a proposta editorial e o conteúdo publicado, ambos permeados pelos discursos ideológicos das instituições. Segundo a autora, as mudanças ocorridas na linha editorial de alguns jornais podem ser vistas como reflexo das oscilações internas das organizações.³¹⁶

No caso do JOB, observamos aspectos que nos permitem lê-lo como uma publicação de esquerda, como o fato de sua produção contar com a participação de militantes, que em

³¹³ As leis relativas à imprensa citadas nesse parágrafo foram consultadas no site <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2011.

³¹⁴ ARAÚJO, *A Utopia Fragmentada...*, op. cit., p. 21.

³¹⁵ *Idem*, pp. 21-22.

³¹⁶ *Idem*, pp. 25-28.

conjunto com os profissionais da Comunicação, sem ligações com a Ala, compartilharam uma *cultura política de esquerda*,³¹⁷ expressa nos posicionamentos de *resistência* à ditadura e de apoio aos movimentos sociais. No entanto, não notamos nas edições do jornal as oscilações políticas presentes nos debates internos da organização.

Ademais, nele encontramos elementos presentes, também, nos chamados *alternativos basistas*, definidos por Kucinski como periódicos destinados a narrar problemas específicos de uma região, de um bairro ou de um movimento de base.³¹⁸ Segundo o autor, o surgimento dos *jornais basistas*, na segunda metade da década de 1970, deve-se à saturação do mercado de trabalho pelas primeiras gerações formadas pelas escolas de Comunicação, multiplicadas a partir da legislação de imprensa de 1969. Com isso, parcela de jornalistas buscou espaço profissional na produção de periódicos ligados a sindicatos, Comunidades Eclesiais de Base ou de pequenas redações e cooperativas.³¹⁹ Tais profissionais inovaram ao adotar uma linguagem direta entre jornalistas e público, em periódicos nos quais as bases populares foram sujeito e agente da comunicação.³²⁰

Em resumo, os *alternativos basistas* foram jornais de reportagem, em sua maioria nascidos em periferias urbanas ou em distritos industriais; poucos articulados com os intelectuais de grande projeção, porém próximos do ativismo político presente nos movimentos de base. Diferentemente das publicações portadoras de um projeto nacional, os *jornais basistas* estiveram inseridos em uma *cultura local* “na qual os códigos pudessem ser facilmente compartilhados”.³²¹

Retomando as características do JOB, mesmo apresentando elementos de um *jornal basista* e uma identidade independente da Ala (pelo menos oficialmente), a publicação pode ser interpretada como um *discurso de esquerda*, à medida que seus colaboradores, militantes ou não, estiveram engajados na defesa dos movimentos sociais e na luta democrática.

No debate interno da organização, a imprensa foi confirmada como um importante instrumento de aproximação das *massas*. Com base nisso, podemos reconhecer o objetivo declarado pelo jornal de estar junto das associações de bairros, dos sindicatos para transmitir suas opiniões, levantar suas reivindicações, exigir soluções,³²² ratificando o projeto político do partido.

³¹⁷ Conforme as definições apontadas na introdução deste trabalho.

³¹⁸ KUCINSKI, *op. cit.*, pp. 93-94.

³¹⁹ Esse último aspecto não se aplica ao *Jornal da Baixada*, porque os jornalistas ligados ao periódico encontravam-se inseridos no mercado de trabalho. Ademais, a colaboração no JOB foi uma atividade voluntária.

³²⁰ KUCINSKI, *op. cit.*, pp. 93-94.

³²¹ *Idem.*

³²² *Jornal da Baixada*, n. 01, *op. cit.*, p. 01.

Essa interpretação pode ser associada ao *lugar* assumido pelos *discursos de esquerda* partir de meados dos anos 1970 no Brasil. Após a derrota da luta armada, as organizações viram-se obrigadas a promover o debate autocrítico a fim de rearticularem suas atividades e garantirem sua sobrevivência. Em um cenário de crise das organizações, o tom radical presente nas falas dos *revolucionários* no decorrer da década de 1960 cedeu lugar à defesa de novas práticas de oposição à ditadura e de adesão às mobilizações de trabalhadores e camadas populares.

Os movimentos sociais, por sua vez, como apontou Eder Sader, encontraram apoio em diferentes matrizes discursivas gestadas por três instituições em crise: as organizações marxistas, a Igreja Católica e as entidades sindicais. Salvo as especificidades, objetivos, interesses e concepções de realidade de cada uma dessas instituições, todas buscariam, através da aproximação com os movimentos sociais, alternativas para superar o distanciamento em relação aos seus respectivos públicos. Preocupadas com o cotidiano das camadas populares e dispostas a reelaborar as formas de luta contra as condições sociais vigentes, essas instituições forneceram aos movimentos os elementos discursivos necessários à criação de canais de articulação política, de organização, de divulgação e de consolidação das formas de luta.³²³

Tais matrizes constituíram um modo de abordagem da realidade e implicaram uso de determinadas categorias de nomeação e de interpretação, em função dos temas, atores e objetivos que buscaram representar. Por essa razão, sua produção e reprodução dependeram dos lugares e das práticas sociais de onde os discursos foram emitidos. Para tanto, foi necessária a existência de uma coletividade onde foram elaboradas identidades e se organizaram práticas com as quais seus membros pretendiam defender interesses e expressar vontades,³²⁴ formando o que a literatura acadêmica sobre os movimentos sociais convencionou chamar de *sujeito coletivo*.³²⁵

Ao compreender o discurso enquanto uso ordenado da linguagem presente em uma fala ou texto no qual o sujeito dirige-se ao público, Sader ressalta a ideia de que os diferentes discursos ouvidos ou lidos em uma determinada sociedade e período estão diretamente associados às matrizes discursivas que compõem, naquela sociedade e naquele tempo, um modo de nomear problemas, objetivos e valores. Assim, no processo de lutas sociais os sujeitos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos, recorrendo,

³²³ SADER, *op. cit.*, pp. 141-195.

³²⁴ *Idem*, pp. 58-59.

³²⁵ Reunião de pessoas ou grupos a partir dos quais se elabora uma identidade e se organizam ações em defesa de interesses comuns. A respeito desse conceito, ver. CARDOSO, Ruth. “Novas formas de participação popular no Brasil contemporâneo”. *Revista da Fundação Seade*, São Paulo, volume 1, n. 3, set/dez, 1985, pp. 46-50.

em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais de onde extraem “modalidades de nomeação do vivido”.³²⁶

No entanto, não podemos negligenciar a possibilidade de que, ao encontrarem referenciais em determinadas instituições, esses movimentos e seus respectivos atores também exerceram influências sobre as bases discursivas que os apoiaram. Nesse sentido, é interessante perceber como os grupos de esquerda, os círculos católicos progressistas e os sindicatos buscaram adaptar-se às situações e, em alguns casos, atuaram em conjunto, aproximando-se na produção tanto das falas quanto das escolhas das personagens as quais tentaram representar.

No caso do *Jornal da Baixada*, a interação entre as matrizes discursivas sugerida por Sader, fez-se presente. Embora o periódico seja um difusor de ideias, não um movimento social em si, essa interação pode ser percebida em notícias representativas do setor progressista da Igreja, de entidades sindicais e da ideologia comunista. Ao buscar o apoio de sindicalistas e de pessoas ligadas às paróquias para viabilizar a criação do jornal, os envolvidos com o projeto possibilitaram a diversificação das falas e dos espaços de circulação do noticiário.

Os elementos discursivos ligados a um *novo sindicalismo* apareceram por meio da publicação de entrevistas com lideranças operárias e matérias sobre campanhas salariais e greves. Para exemplificar a aproximação com a Igreja, destacamos a matéria de capa do primeiro número do JOB, produzida com base em um extenso relatório elaborado pela Pastoral Operária da diocese de Nova Iguaçu sobre a má qualidade nos serviços de transporte público oferecido à população. Nas duas páginas destinadas ao assunto, os redatores denunciaram a precariedade do transporte coletivo, o monopólio das empresas de ônibus sobre as linhas e a superlotação dos veículos. Fatores que dificultavam a vida e o deslocamento de milhares de pessoas, especialmente dos trabalhadores que dependiam diretamente do transporte rodoviário para se deslocarem até seus postos de trabalho.

De modo semelhante ao ocorrido na redação de outros textos do JOB, os desafios cotidianos enfrentados pela população foram retratados de forma crítica e irreverente, conforme sugere a ilustração reproduzida a seguir.

³²⁶ SADER, *op. cit.*, p. 142.

JORNAL DA BAIXADA ^{Cr\$} 3,00

SÃO JOÃO DE MERITI - 15 DE MAIO DE 1979 - Nº 1



Governo quer acabar com a Vila Operária da Fiat ^{P.6}

Capa do *Jornal da Baixada*, número 01.

4.2 A criação do jornal e a formação da rede de colaboradores

No tocante à criação do jornal, as informações presentes nas entrevistas apresentam algumas controvérsias. Segundo Elio Cabral, a ideia seria sugestão de Felipe Lindoso, responsável pelo setor de imprensa do partido nos anos 1960. Ao ser indagado se o *Jornal da Baixada* foi uma deliberação do partido, Elio afirmou: “Não! A ideia foi daquele rapaz, o filho do senador, o Felipe”.³²⁷ Em contrapartida, Felipe Lindoso destacou que o projeto do periódico era parte de uma diretiva nacional e ressaltou que:

A decisão da direção era fazer dos jornais um modo de articulação política dos movimentos sindical e de bairro. Porém, tem uma coisa importante, uma característica da Ala desde a autocrítica, que era dar apoio aos movimentos de massa, ter participação e influência neles, mas não no sentido de que se faria desses movimentos um meio de ação da organização.³²⁸

Para João Pedro de Souza, principal articulador do noticiário na Baixada, “a criação do periódico foi uma ideia que surgiu dentro do Comitê Regional do Rio de Janeiro, através de Felipe, que era jornalista”.³²⁹ De acordo com João, “foi discutido com o Comitê a necessidade de se criar um órgão para dar apoio à atuação dos militantes nos movimentos sociais e também funcionar como um instrumento de atuação política”.³³⁰ Felipe e João parecem concordar com fato de que a criação do *Jornal da Baixada* foi uma deliberação dos órgãos de direção. Porém, há um contraponto em seus discursos em relação ao uso político do jornal pela Ala. Enquanto para Felipe, o JOB não funcionaria como instrumento de ação do partido, na visão de João, a publicação seria um ponto de apoio à tática de inserção.

Na concepção de Álvaro Lins, a dinâmica das atividades políticas gerou a necessidade de se produzir um jornal voltado para as demandas dos movimentos sociais. Para ele: “foi daí que surgiu a ideia do *Jornal da Baixada* e também do *Jornal dos Bairros*”, esse último incentivado por Vilma e pelos quadros inseridos na zona oeste.³³¹ Opinião semelhante aparece no relato de Fátima de Souza, dirigente regional em 1979, ao afirmar que: “a ideia foi a de criar um veículo que fosse porta-voz dos movimentos sociais e fizesse as ideias políticas chegar às massas”.³³²

³²⁷ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora, *cit.*

³²⁸ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora, *cit.*

³²⁹ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora, *cit.*

³³⁰ *Idem.*

³³¹ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcante Filho à autora, *cit.*

³³² Entrevista de Maria Fátima de Souza Silva à autora, *cit.*

Sobre a intervenção da direção regional na criação do JOB, Álvaro respondeu-nos:

Nós acompanhamos o processo do jornal através do Felipe, do João Pedro e do pessoal inserido em São João de Meriti. Por causa da ditadura, o jornal não podia ter identificação com a Ala, além disso, a gente não tinha dinheiro para financiar o projeto, então os militantes criavam alternativas para coletar notícias e publicar as edições.³³³

Walter Costa, integrado ao movimento de bairro em São João de Meriti, reforçou esses aspectos, afirmando que:

A direção regional viu a necessidade de fortalecer o trabalho na Baixada Fluminense. A criação do jornal foi uma decisão política [...] O objetivo era criar um órgão o mais amplo possível. Não seria uma publicação exclusivamente da Ala, seria um jornal de caráter popular, fácil de ser manuseado, fácil de ser lido, com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre os problemas, as lutas, as formas de organização do movimento operário e de bairro.³³⁴

As formas como os militantes justificaram a necessidade de existência do periódico é um ponto interessante a ser observado. Para Felipe, a intenção era a de “criar um jornal voltado para as demandas sociais da Baixada e ampliar os canais de luta política entre os movimentos de base”.³³⁵ Na visão de João Pedro, “no final dos anos 1970, havia a necessidade de existência de um veículo de informação independente da grande imprensa, voltado especificamente para a realidade do povo da Baixada, através do qual a população pudesse expressar suas queixas e opiniões”.³³⁶ Nota-se que os argumentos convergem com o discurso apresentado à população no primeiro editorial do JOB, segundo o qual a publicação seria “*mais um instrumento de luta pela melhoria das condições de vida do povo*”.³³⁷ Assim, esperava-se que o projeto forjado no interior do partido parecesse uma iniciativa dos moradores e trabalhadores.

Definidos os objetivos políticos, Felipe e João assumiram as principais tarefas para colocar o projeto do jornal em prática. Nessa jornada, João ficou com a missão de aglutinar lideranças sindicais e comunitárias interessadas na construção do noticiário. A maioria das pessoas contatadas por ele era ligada às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e não mantinha vínculos ideológicos com a Ala ou outra organização de esquerda. Nesse

³³³ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcante Filho à autora, *cit.*

³³⁴ Entrevista de Walter Costa à autora, *cit.*

³³⁵ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora, *cit.*

³³⁶ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora, *cit.*

³³⁷ *Jornal da Baixada*, n. 01, *op. cit.*, p. 01.

processo, ele deveria conquistar apoio, inclusive financeiro para viabilizar a produção do jornal.

Salvo as motivações religiosas, as CEB's desenvolveram um trabalho de fortalecimento dos laços de solidariedade e da noção de comunidade, a partir do qual a Igreja ressurgiu como um lugar de reclame social das camadas pobres. Daí a importância em conseguir a adesão desses grupos. Ademais, as atividades desenvolvidas em algumas paróquias contribuíram para formação de uma *cultura política local participativa*.³³⁸ Esse seria o caso da paróquia São Simão, no bairro Lote XV³³⁹, ligada à diocese de Nova Iguaçu. Sob a liderança de missionários adeptos à Teologia da Libertação, durante as décadas de 1970 e 1980, a comunidade foi incentivada a engajar-se nas lutas contra a ditadura e por melhores condições de vida das famílias, a partir de iniciativas como o apoio as mobilizações operárias e a criação de associações de moradores.³⁴⁰

A aproximação de João Pedro com membros da paróquia contribuiu para articular o projeto em torno do periódico, inclusive a adesão de um representante da Pastoral Operária para compor a sociedade fundadora do jornal. O lançamento do JOB ocorreu no salão da casa paroquial, mesmo local onde foram realizadas as primeiras reuniões com os jornalistas e as lideranças comunitárias e sindicais a respeito do noticiário.³⁴¹

Coube a Felipe a tarefa de reunir profissionais da Comunicação dispostos a colaborar voluntariamente com o projeto. Entre eles, o jornalista Alceu Mendonça Nogueira da Gama convidado para ser o editor-chefe do noticiário.

Sobre a trajetória de vida de Felipe Lindoso, destacam-se alguns aspectos. Em 1967, Felipe deixou o PCdoB para entrar na Ala Vermelha, mesmo ano em que iniciou o curso de Antropologia pela Universidade Nacional de Brasília (Unb). No ano seguinte, ingressou na carreira de repórter no jornal o *Estado de São Paulo*, através do qual participou da cobertura de fatos políticos no Distrito Federal. Ainda em 1968, foi detido, pela primeira vez, ao tomar parte em uma manifestação estudantil na Unb.³⁴² Após uma semana de detenção, foi liberado e em seguida expulso da universidade, junto com outros oito estudantes acusados de comunismo.

³³⁸ A expressão indica a existência comportamentos políticos de indivíduos que compartilham concepções de realidade e agem em uma mesma direção. BERSTEIN, "Culturas políticas e historiografia", *op. cit.*, p. 32-38.

³³⁹ No período em questão, o bairro pertencia à cidade Nova Iguaçu, hoje integra o município de Belford Roxo.

³⁴⁰ Entrevista de Constanzo Bruno à autora. Belford Roxo (RJ), 27 de agosto de 2012.

³⁴¹ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora, *cit.*

³⁴² Felipe Lindoso ressaltou que sua expulsão da UnB ocorreu em uma fase de intervenções na universidade. Além disso, contou-nos que não fora torturado em 1968, por ser identificado como o filho de José Lindoso, à época Deputado Federal pelo estado do Amazonas pela Arena. Entrevista de Felipe José Lindoso à autora, *cit.*

Depois do incidente, por orientação do partido, seguiu para São Paulo, onde exerceu a função de Secretário de Agitação e Propaganda Política, sendo responsável pela criação dos jornais *Unidade Operária* e *Luta Proletária*. No início de 1970, foi novamente preso, dessa vez nas dependências do Deops de São Paulo. Após julgamento, cumpriu pena no Presídio Tiradentes, localizado na mesma cidade. Libertado no final de 1972, deixou o país acompanhado de sua esposa Maria José Silveira, também militante da organização. O casal estabeleceu-se em Lima, no Peru, onde Felipe concluiu o curso de Antropologia pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos.³⁴³

No final de 1976, ao retornar com Maria José ao Brasil, retomou suas atividades políticas ao integrar as frentes de trabalho da Ala no Rio de Janeiro. A fim de aproximar sua prática política à sua formação intelectual, iniciou no ano seguinte o Mestrado em Antropologia pelo Museu Nacional, aprofundando-se no estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores rurais em Magé, município vizinho à cidade de Duque de Caxias. Nessa mesma época, através do amigo Alceu Nogueira, conseguiu emprego no Departamento de Pesquisa do jornal *O Globo*.

Alceu Nogueira e Felipe Lindoso tornaram-se amigos por intermédio de Maria José, com quem Alceu cursou Jornalismo na década de 1960, na UnB. Em 1970, ano da prisão de Felipe, Alceu acolheu duas militantes em seu apartamento no Pacaembu (SP) a pedido de Maria José. Durante as três semanas em que as militantes estiveram escondidas em sua residência, o jornalista ficou alojado no apartamento de um amigo. Alceu afirmou não ter se interessado em saber a identidade das duas moças ou da organização à qual elas pertenciam, a fim de garantir sua própria segurança e a delas, em caso de ser interrogado pelos agentes da repressão. Mesmo consciente do risco que corria, ele acreditava que deveria proteger as jovens, pois “sabia que se fossem presas, seriam vítimas da truculenta repressão do regime militar contra seus opositores”.³⁴⁴

Graduado em Jornalismo pela UnB em 1968, Alceu Nogueira era, no final da década de 1970, um jornalista experiente, com passagens em diversos veículos da imprensa oficial como o *Jornal da Tarde*, a *Revista Veja*, *O Globo*, entre outros. Se considerarmos a experiência jornalística de Alceu, tê-lo como editor do *Jornal da Baixada* seria importante para legitimar a necessidade da Ala de conferir credibilidade à publicação. No entanto, possivelmente, essas não foram as únicas razões para a escolha de seu nome.

³⁴³ *Idem*.

³⁴⁴ As informações presentes nesse e nos próximos cinco parágrafos integram a segunda entrevista de Alceu Mendonça Nogueira da Gama à autora. Rio de Janeiro, 23 de abril de 2012.

Na visão de Alceu Nogueira, Felipe o convidara para contribuir com o jornal porque “conhecia sua maneira de ver o mundo e confiava em seu trabalho”. Ele aceitou a proposta, mesmo suspeitando de um “possível envolvimento de uma facção de esquerda no projeto, afinal Felipe e Maria José eram militantes”. Além disso, outros fatores pesaram em sua decisão, como a amizade com o casal e a “obrigação moral em fazer algo pelos menos favorecidos”.

A partir do jornalismo, Alceu desejava “conhecer de perto a realidade sociopolítica brasileira e denunciar as mazelas sociais”. Porém, pretendia fazê-lo de “maneira imparcial nos veículos de comunicação”. Por essa razão, adotou “uma postura política independente, sem qualquer aproximação com partidos políticos”. Para ele, “filiar-se a uma organização política, mesmo de esquerda, significava a perda da autonomia enquanto indivíduo” e de sua pretensão “de esclarecimento da verdade sobre os fatos”. Ironicamente, no ano em que se formou, viu seus objetivos profissionais frustrados pela decretação do A.I.-5 e de decretos-lei que restringiram a atuação da imprensa no Brasil. Sobre esse último aspecto, o jornalista mencionou a pressão política exercida pelos proprietários e editores-chefes dos jornais sobre a “maneira como os fatos deveriam ser apurados e transmitidos”, além do clima de tensão provocado pela presença dos censores nas redações.

No começo de 1979, quando assumiu o trabalho voluntário no *Jornal da Baixada*, Alceu atuava como repórter em *O Estado de São Paulo* e como chefe de redação no *Diário Comércio e Indústria*. A respeito de como conciliou suas atividades em veículos da imprensa oficial e a chefia de um jornal alternativo, confirmou o desafio pessoal em atuar em publicações que divergiam tanto em relação à abordagem dos conteúdos quanto na forma como os fatos eram noticiados. Em suas palavras, ressaltou:

Enquanto no *Jornal da Baixada* o trabalho era nosso (referindo-se ao grupo de colaboradores), afinal poderíamos dizer o que os outros jornais não diziam. Fazíamos o que desejávamos. Falávamos sobre greves, denunciávamos injustiças. Nas outras redações, eu seguia uma pauta elaborada pelos proprietários.³⁴⁵

No tocante às definições do conteúdo e da forma que o *Jornal da Baixada* deveria assumir, Alceu e Felipe concordavam com a ideia de que o periódico priorizasse a informação a partir de uma linguagem coloquial, a fim de aproximá-lo da realidade social existente nos espaços onde circularia. A preocupação com a escolha da linguagem está relacionada à crítica

³⁴⁵ Entrevista Alceu Mendonça Nogueira da Gama à autora. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2011. Grifo da autora.

tecida por alguns jornalistas na época, sobre a presença de um discurso de esquerda dogmático em alguns periódicos alternativos. Em contraposição a esse discurso, foi proposto um tipo de comunicação através da qual o “povo” deixaria de ser receptor passivo da informação para interagir com ela.

No processo de composição do JOB, Alceu Nogueira sugeriu uma linha editorial pautada no humor, algo que foi decisivo para a construção da identidade do jornal. Também partiu dele a ideia do *slogan*: “Pobre, atrevido, independente”.³⁴⁶ A adição dessa frase-adjetivo ao título teria criado laços de identificação entre o noticiário e os protagonistas das matérias, uma vez que representantes dos movimentos populares na Baixada Fluminense adotaram positivamente os adjetivos para si, ao se reconhecerem enquanto “pessoas pobres, porém ousadas e politicamente independentes”.³⁴⁷ No entanto, não seria essa a intenção de Alceu, que apenas pretendia adjetivar de forma bem-humorada o periódico, em função das condições sob as quais ele surgira: “uma publicação editada com pouco capital, pautada em uma abordagem crítica e direta sobre os fatos e com autonomia em relação aos grandes veículos de imprensa”.³⁴⁸

Para ajudar na redação das matérias, Felipe convidou Domingos Demasi, tradutor de histórias em quadrinhos.³⁴⁹ Com a entrada de Demasi, o jornal ganhou o reforço do escritor baiano Luís Pimentel, colaborador do *Pasquim* e de outros alternativos. Pimentel chegou ao Rio de Janeiro em 1976 para estudar teatro, mas logo substituiu esse objetivo pelo trabalho jornalístico. No início dos anos de 1970, participou do movimento estudantil, quando ensaiou uma aproximação com o PCB, porém preferiu não se filiar ao partido. Pimentel reconheceu-se como um simpatizante dos ideais de esquerda e definiu-se como um “franco-atirador” que exerceu sua militância política e sua resistência à ditadura por meio da imprensa.³⁵⁰ Em seu relato, ressaltou que pouco conhecia Felipe, a quem via como um intelectual ligado ao pensamento de esquerda e articulador do periódico. Segundo ele, Felipe pedira a Demasi para transmitir o convite para contribuir com o JOB, porque desejava “colocar um pouco de humor no jornal”. Pimentel, por sua vez, aceitou colaborar em função da oportunidade de escrever sobre as lutas operárias e por considerar:

³⁴⁶ Entrevista de Alceu Mendonça Nogueira da Gama à autora, 2011, *cit.*

³⁴⁷ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora, *cit.*

³⁴⁸ Entrevista de Alceu Mendonça Nogueira da Gama à autora, 2011, *cit.*

³⁴⁹ Domingos Demasi foi contatado por e-mail para contribuir com a pesquisa, mas respondeu que teria “colaborado pouco com o jornal” e não teria interesse em ser entrevistado.

³⁵⁰ Entrevista de Luís Pimentel à autora. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2012.

[...] simpática a ideia de jornalistas da zona sul colaborarem voluntariamente, doando uma parte de seu tempo para fazer um jornal para os trabalhadores da Baixada, que precisavam de um veículo de comunicação e não contavam com pessoas habilitadas para fazê-lo. [...] Colaborar com o jornal era a possibilidade de fazer algo diferente no sentido de colocar o texto de humor num veículo político, uma forma de atuar politicamente em favor do povo da Baixada Fluminense.³⁵¹

Por tratar-se de um trabalho voluntário, tanto Pimentel quanto Alceu Nogueira concebem sua participação no JOB como uma contribuição política aos movimentos popular e operário na Baixada Fluminense. Nesse caso, cabe mencionar a simpatia de ambos por esses movimentos, algo evidenciado através das respectivas maneiras como definiram o noticiário, mais de três décadas depois de encerrada a publicação. Para Alceu, o JOB foi um “periódico popular”;³⁵² na visão de Pimentel, um “noticiário da vida operária”.³⁵³ Os dois concordam quanto ao uso da linguagem humorística como elemento de atração do público-leitor e instrumento de transmissão de mensagens políticas, ao compreenderem o humor como mecanismo de politização social usado para denunciar as problemáticas locais e para conscientizar os leitores sobre as questões nacionais em voga naquele momento.³⁵⁴

A rede de colaboradores do JOB foi ampliada com o ingresso do jovem cartunista Cláudio Paiva³⁵⁵, convidado por Alceu para fazer as ilustrações. Segundo Alceu, Claudio seria “um sujeito engajado no movimento estudantil, não possuía filiação partidária, mas se mostrava combativo na luta contra a ditadura e parecia bastante incomodado com as desigualdades sociais”.³⁵⁶ Em sua contribuição para o jornal, Paiva criou selos para seções e colunas, além de charges e ilustrações para diversas matérias. Seu trabalho de criação era realizado com base nos temas e demandas apresentados por Alceu. Por essa razão, as ilustrações publicadas no JOB teriam sido produzidas exclusivamente para esse periódico.³⁵⁷ Na opinião de Alceu, Claudio Paiva teria aproveitado a existência do jornal para divulgar seu talento e os de outros amigos quadrinistas. Com efeito, os cartunistas Luscar e Guidacci publicaram ilustrações nas duas últimas edições do jornal.³⁵⁸

Completando o quadro de colaboradores, Luiz Carlos Seara Appel foi convidado por Demasi a pedido de Felipe para realizar o trabalho de diagramação. Appel iniciou a graduação

³⁵¹ *Idem.*

³⁵² Entrevista de Alceu Mendonça Nogueira da Gama à autora, 2011, *cit.*

³⁵³ Entrevista de Luís Pimentel à autora, *cit.*

³⁵⁴ Entrevistas de Alceu Mendonça Nogueira da Gama e Luís Pimentel à autora, *cit.*

³⁵⁵ Claudio Paiva não respondeu aos contatos sobre nosso interesse em entrevistá-lo.

³⁵⁶ Entrevista de Alceu Mendonça Nogueira da Gama à autora, 2011 *cit.*

³⁵⁷ *Idem.*

³⁵⁸ As ilustrações de Luscar e Guidacci foram publicadas, respectivamente, nas capas dos números 5 e 6 do JOB.

em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no final da década de 1960, mas não completou o curso, especializando-se na área de concepção gráfica e diagramação visual. No período em que colaborou no JOB, exercia o cargo de diretor de arte e produção da *Revista do Comércio de Café* ligada ao Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro. Conforme nos contou, ao logo de sua trajetória não teve “qualquer envolvimento com partidos ou movimentos políticos”.³⁵⁹ De modo semelhante aos testemunhos de Alceu e de Pimentel, Carlos Appel afirmou não conhecer as origens do projeto de criação do jornal, “sabia apenas que se tratava de uma publicação voltada para os trabalhadores da Baixada Fluminense”. E concluiu dizendo: “quando embarquei, o bonde já estava em movimento”.³⁶⁰

Appel também enfatizou o receio que sentia em relação à possível repressão política ao jornal e aos seus colaboradores, aspecto ausente nas falas dos demais entrevistados. No entanto, considerando a conjuntura política, possivelmente esse foi um receio compartilhado pelos indivíduos envolvidos com a produção do periódico. De fato, o JOB foi observado pelos agentes da Polícia Política no Rio de Janeiro, que fizeram anotações ao lado do recorte do expediente do periódico, no qual aparecem o endereço da sede, os nomes e as funções dos colaboradores.³⁶¹ A anotação feita pelos agentes do Dops em 30 de agosto de 1979 ocorreu poucos dias depois de o jornal realizar uma ampla cobertura em apoio à greve dos metalúrgicos de Duque de Caxias.

Com relação às posturas individuais de resistência à ditadura, Alceu Nogueira, por exemplo, frisou que “nunca se considerou um militante de esquerda”, mas entrevistou em favor de colegas presos e auxiliou ativistas políticos. Já Luís Pimentel buscou através do humor transmitir suas mensagens políticas. Em ambos os casos, as ações espontâneas assemelham-se a tantas outras praticadas por membros da classe média, sem qualquer ligação com partidos ou organizações de esquerda, mas que contribuíram na luta contra o autoritarismo. Desse modo, como bem apontaram Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis, fazer oposição naquela conjuntura poderia significar uma infinidade de coisas:

[...] as formas de participação e o grau de envolvimento na atividade de resistência variavam desde ações espontâneas e ocasionais de solidariedade a um perseguido pela repressão até o engajamento em tempo integral na militância clandestina dos grupos armados. Entre esses dois extremos, ser de oposição incluía assinar manifestos, participar de assembleias e manifestações públicas, dar conferências, escrever artigos, criar músicas,

³⁵⁹ Entrevista de Luiz Carlos Seara Appel à autora, em 23 de março de 2012, por e-mail.

³⁶⁰ *Idem*.

³⁶¹ DEPARTAMENTO GERAL DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS. Polícias Políticas, Aperj, 30 de agosto de 1979, folha 455.

romances, filmes ou peças de teatro; emprestar a casa para reuniões políticas, guardar ou distribuir panfletos de organizações ilegais, abrigar um militante de passagem; fazer chegar à imprensa denúncias de tortura [...] e assim por diante.[...] Uns fizeram oposição dentro dos partidos, os legais, os proscritos ou nascidos já sobre o regime. Outros, no âmbito de organizações profissionais e grupos de convivência. Outros ainda como franco-atiradores, bissexto e descomprometidos.³⁶²

Apesar da fluidez da condição de opositor, é importante lembrar que qualquer um dos atos citados envolvia riscos pessoais impossíveis de serem calculados, mesmo durante a fase de *transição política*. De modo geral, as diversas formas de resistência variaram em função das diferentes fases e faces assumidas pelo Regime Civil-Militar. Talvez uma das poucas características constantes nesses casos foram os sentimentos de insegurança e de incerteza. Conforme lembrou Alceu Nogueira: “Hoje todos falem sobre a fase de abertura. Naquela época ninguém sabia ao certo os rumos que o país tomaria. Era impossível fazer previsões ou sentir-se tranquilo”.³⁶³

No que diz respeito às práticas em torno do *Jornal da Baixada*, o grupo de colaboradores apresentou uma composição heterogênea e reuniu indivíduos com opiniões e trajetórias distintas. Um elemento partilhado pelo grupo foi o sentimento de dever social e político, manifestado na contribuição oferecida por cada um para a elaboração do periódico.

4.3 O jornal e sua dinâmica de funcionamento

O noticiário editado em formato *standard* foi projetado para ter uma periodicidade mensal e, em médio prazo, tornar-se um veículo de imprensa alternativo com expressiva popularidade entre os leitores da Baixada Fluminense;³⁶⁴ no entanto, chegou apenas ao número seis. Nesse ínterim foram publicadas duas edições-extras, voltadas para a cobertura das greves dos metalúrgicos ocorridas, respectivamente, em julho de 1979 na cidade de Duque de Caxias e em setembro no estado do Rio de Janeiro. Somando, portanto, oito edições. Sua última edição foi lançada em fevereiro de 1980. A fim de garantir a existência legal do periódico, foi fundada a *Olho Vivo Editora*. O contrato da empresa foi firmado por três sócios:

³⁶² ALMEIDA e WEIS, *op. cit.*, pp. 330-338.

³⁶³ Entrevista de Alceu Mendonça Nogueira da Gama à autora, 2012, *cit.*

³⁶⁴ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora, *cit.*

Alceu Nogueira,³⁶⁵ João Pedro de Souza e José Soares Milheiros. Esse último era representante da Pastoral Operária da diocese de Nova Iguaçu.

José Soares, conhecido como “Dico”, pertencia à Paróquia São Simão, local de inauguração do JOB. Migrante mineiro e descendente de uma família de pequenos agricultores, ao chegar à Baixada trabalhou como pedreiro, soldador e comerciário. Seu pai pertenceu ao PCB, mas José afirmou não possuir filiação partidária até seu ingresso no PT nos anos 1980. Membro liberado da Pastoral Operária encontrava-se dispensado de suas atividades profissionais e recebia uma espécie de salário da Igreja para dedicar-se às atividades políticas diocesanas. Entre 1978 e 1983 participou da criação de associações de moradores no entorno da paróquia e também do MAB.³⁶⁶

João seria o único militante da Ala a ter o nome juridicamente ligado ao jornal. Essa questão deve-se, em parte, ao fato de que seria uma figura conhecida pelas lideranças comunitárias em São João de Meriti e em Nova Iguaçu, onde contava com certa influência entre as lideranças comunitárias por participar dos processos de criação das associações de bairro. Assim, a inclusão de seu nome na sociedade fundadora da editora legitimaria, entre essas lideranças, seu esforço para criar o noticiário.

A *Olho Vivo* não chegou a possuir uma gráfica, a contratar funcionários ou a realizar outra atividade editorial além do jornal, apesar da perspectiva de militantes da Ala de editarem livros e cadernos de formação política.³⁶⁷ Durante os primeiros meses, a empresa teve sede própria, uma sala alugada com a ajuda dos militantes do partido. Porém, contando com pouco recurso financeiro, o espaço logo foi fechado. Como precisava possuir um endereço, em função das exigências legais para funcionar, a editora passou a ter sede fictícia, cujo endereço era o do consultório dentário de João Pedro, em São João de Meriti.

No que se refere às atividades desempenhadas por outros militantes, elas foram divididas em três núcleos: Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu a fim de facilitar a coleta de notícias, a divulgação e a distribuição do periódico.

A publicação contribuiu, ainda, para o recrutamento de militantes, a exemplo de Rosane de Albuquerque, inserida no movimento de bairro em Nova Iguaçu. No início de 1979, ela conheceu Fátima de Souza, que a convidou para as reuniões do MAB e do projeto do

³⁶⁵ Nas entrevistas concedidas por Alceu Nogueira, notamos a ênfase dada por ele ao processo de legalização do jornal, visto como necessário para resguardar-se de eventuais práticas repressivas do Estado.

³⁶⁶ Segundo nos contou, José Milheiros teria sido escolhido pela Igreja para ser sócio-fundador do jornal. Em sua concepção, o JOB seria uma iniciativa da Pastoral Operária da diocese de Nova Iguaçu. Entrevista de José Soares Milheiros à autora. Nova Iguaçu (RJ), 07 de setembro de 2012.

³⁶⁷ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora, *cit.*

jornal.³⁶⁸ Naquele mesmo ano, em função de participar da greve dos bancários e ingressar no sindicato de sua categoria profissional, Rosane foi demitida de seu emprego no banco Bradesco S/A e aproximou-se da Ala. Sobre sua militância, ela nos relatou:

Depois da greve, eu passei a militar mesmo. Antes eu achava, jurava que era militante, mas não era (risos). Só quando me mudei para Nova Iguaçu e entrei no movimento de bairros, eu passei a fazer parte mesmo do grupo. [...] Em Mesquita, eu, Carmem e Fátima reunimos as pessoas para discutir a questão dos bairros, era importante que tivesse alguém que aglutinasse, que reunisse os moradores para a luta e a gente conseguia fazer isso. [...] É nesse momento que surge o jornal [...] Foi um momento intenso, de muito trabalho porque a gente estava no jornal, no MAB, no ABM e no movimento pela fundação do PT.³⁶⁹

A partir do depoimento de Rosane, percebemos, também, a visão de quem vivenciou um dos períodos de maior efervescência política da história nacional recente, sobretudo, os acontecimentos do ano de 1979, marcado pela pluralidade de manifestações públicas em torno da anistia política, do respeito aos direitos humanos, contra a carestia dos preços, além de grandes mobilizações de trabalhadores.

Retomando as questões relativas ao funcionamento do jornal, as reuniões com representantes sindicais e comunitários aconteceram em salões paroquiais e em sedes de sindicatos, nos municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti e Duque de Caxias – principais áreas onde o periódico circulou. Essas reuniões, organizadas por João Pedro, contaram com a presença de Felipe Lindoso e, eventualmente, de Alceu Nogueira e Luís Pimentel. Domingos Demasi, Carlos Appel e Claudio Paiva não frequentaram os encontros ocorridos na Baixada Fluminense. Na visão de Alceu, esses momentos eram importantes para que os jornalistas pudessem compreender melhor quem era o público-leitor e o que esse público achava sobre os conteúdos e a linguagem veiculados pelo periódico.³⁷⁰

Com base nos depoimentos dos profissionais ligados à elaboração do jornal, notamos ainda a noção que possuíam sobre a Baixada Fluminense. Esse grupo, residente na zona sul do Rio ou em outras áreas nobres da cidade, pouco conheciam a localidade e compartilhavam uma visão socialmente construída, a partir da qual a região era vista como um lugar afastado da metrópole, marcado pela miséria e pelos altos índices de violência.³⁷¹ Appel, por exemplo, afirmou: “Eu achava que a Baixada era uma área com mais violência e pobreza que os lugares

³⁶⁸ Entrevista de Rosane de Albuquerque Costa à autora. Teresópolis (RJ), 23 de setembro de 2012.

³⁶⁹ *Idem.*

³⁷⁰ Entrevista de Alceu Mendonça Nogueira da Gama à autora, 2011, *cit.*

³⁷¹ Entrevistas de Alceu Mendonça Nogueira da Gama, Luís Pimentel e Luiz Carlos Seara Appel à autora, *cit.*

por onde eu habitualmente circulava, mas obviamente estava equivocado. A pobreza e a violência estavam em todos os lugares. Eu não percebia isso”.³⁷²

Já os encontros entre dirigentes e militantes para avaliarem os objetivos políticos alcançados com o jornal, ocorreram na sede do JOB em São João de Meriti ou na casa de membros do partido, na Baixada. Nessas ocasiões, os membros da organização teriam feito avaliações positivas a respeito do noticiário, acreditando que através dele levavam informação e consciência política às *massas*.³⁷³ Enquanto as reuniões para o fechamento das edições aconteciam nas casas de Alceu Nogueira ou de Felipe Lindoso, na zona sul do Rio de Janeiro.

Alceu recebia matérias e entrevistas realizadas por Felipe e Maria José, notícias coletadas por João Pedro e por outros militantes, além de relatórios elaborados pela diocese de Nova Iguaçu.³⁷⁴ Pimentel e Demasi enviavam as colunas de humor e, ocasionalmente, colaboravam com a redação das matérias.³⁷⁵ Outros integrantes da Ala também contribuíam com a redação de textos, como Fátima de Souza, que escrevia a coluna “Dona Rita”,³⁷⁶ cujos temas ratificavam sua inserção no trabalho de bairro, em especial suas atividades no MAB.

Em posse desses materiais, Alceu escrevia a maior parte das reportagens e editava os textos para a publicação. Nessa etapa do trabalho, requisitava a Paiva ilustrações para os temas abordados em cada número. No processo de finalização das edições, Alceu costumava se reunir apenas com Appel, responsável pela diagramação do periódico, para fazerem os ajustes antes de enviar o modelo para a gráfica. De acordo com Alceu, era Felipe quem lhe repassava a maior parte dos materiais e filtrava os assuntos que deveriam ser publicados. Em sua opinião, Felipe fazia uma seleção prévia dos temas em função de sua experiência no campo jornalístico, não a partir de critérios ou de interesses políticos. Nas palavras de Alceu:

A filtragem feita pelo Felipe não era uma seleção doutrinária, do ponto de vista de um partido, por exemplo. Mas a partir da preocupação em captar as reivindicações dos movimentos sociais e de informar sobre as desigualdades e carências locais, uma vez que estava mais perto do pessoal da Baixada. Além disso, Felipe não era um jornalista por formação, mas conhecia bem os meandros da profissão.³⁷⁷

Sobre a forma como as notícias eram coletadas, Alceu ressaltou:

³⁷² Entrevista de Luiz Carlos Seara Appel à autora, *cit.*

³⁷³ Entrevistas de João Pedro de Souza Neto, Warley da Costa, Walter Costa, Rosane de Albuquerque Costa à autora, *cit.*

³⁷⁴ Entrevista de Alceu Mendonça Nogueira da Gama à autora, 2011, *cit.*

³⁷⁵ Entrevista de Luis Pimentel à autora, *cit.*

³⁷⁶ Entrevista de Maria Fátima de Souza Silva à autora, *cit.*

³⁷⁷ Entrevista de Alceu Mendonça Nogueira da Gama à autora, 2012, *cit.*

As notícias não eram levantadas por jornalistas, nem as imagens eram feitas por fotógrafos, porque não havia recursos para bancar profissionais para realizar esse trabalho. As informações não eram levadas para edição como tradicionalmente se faz, com o nome do repórter, data, retranca de assunto, etc. Por razões óbvias, em função de um instinto de defesa de quem se acostumou a viver sob o signo da ditadura militar. Não dava para identificar todos os colaboradores.³⁷⁸

Mesmo sendo o editor-chefe, Alceu não determinava o que seria veiculado pelo jornal. Tecnicamente, apoiava-se em assuntos com apelo jornalístico para definir o formato das matérias, a partir de uma logística de informação que possibilitava a notícia chegar de forma inteligível até o público-leitor.

A respeito da divulgação e dos espaços de circulação do jornal, os exemplares eram expostos à venda em bancas e estabelecimentos comerciais, como farmácias e padarias, sendo distribuídos nos bairros, nas associações de moradores, nos sindicatos e nas paróquias onde os militantes da Ala encontravam-se inseridos.³⁷⁹ Ou seja, o jornal circulou nas áreas de atuação do partido. Washington da Costa e Stanley Bueno, inseridos no movimento operário, eram responsáveis pela distribuição das edições em fábricas, assembleias e durante paralisações de trabalhadores. O empenho da militância fazia parte da meta estabelecida pelo jornal (e pela Ala) de estar junto das associações de bairros e dos sindicatos.

Cada exemplar custava, inicialmente, a quantia de Cr\$ 3,00 (três cruzeiros). Apesar de enfatizada a importância da contribuição financeira no ato de aquisição do jornal, a fim de arrecadar o capital necessário para garantir o processo de impressão das edições seguintes, a maioria dos exemplares era distribuída gratuitamente, pois a contribuição não era obrigatória, especialmente entre os membros das associações de moradores e dos sindicatos. Além da venda, foi incentivada à assinatura trimestral do periódico.

Ainda em relação ao custo, destaca-se que as associações de moradores onde militantes encontravam-se inseridos organizaram festas comunitárias com o objetivo de angariar fundo para ajudar a custear os gastos com a publicação. Porém, o dinheiro arrecadado com a venda e as demais atividades não foi suficiente para assegurar a reprodução do periódico. Esse seria o único custo ligado ao funcionamento do jornal, uma vez que os profissionais da Comunicação exerceram suas funções sem remuneração, compreendendo seu trabalho como uma atividade política voluntária. A maior contribuição financeira para o JOB

³⁷⁸ *Idem.*

³⁷⁹ Entrevistas de João Pedro de Souza Neto, Warley da Costa e Walter Costa à autora, *cit.*

vinha dos militantes, da diocese de Nova Iguaçu e de pessoas de classe média simpáticas ao periódico.

Em função dos poucos recursos financeiros, o processo de impressão ocorreu em diferentes gráficas, como na mecanografia do *Jornal do Comércio* e da extinta *Editora Mory*, proprietária do jornal alternativo *Repórter*.³⁸⁰ Já as edições-extras direcionadas às greves dos metalúrgicos foram reproduzidas com o financiamento do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. No entanto, esse último fato não é suficiente para afirmarmos a existência de ligações ideológicas entre a direção do sindicato ou parte dela com a Ala, no período de circulação do JOB. A edição sobre a *Greve dos 250 mil*, a qual paralisou o setor da metalurgia no estado do Rio de Janeiro em setembro de 1979, entrou em circulação com uma tiragem de vinte mil exemplares, ou seja, uma tiragem quatro vezes maior que as demais edições.

4.4 A narrativa dos conteúdos

Com relação aos temas veiculados pelo JOB, notamos a prioridade em informar o público-leitor sobre fatos e problemas vivenciados pela população local e divulgar as lutas por direitos implementadas pelos trabalhadores e moradores. Embora o foco das reportagens fosse os acontecimentos locais, seria constante a publicação de matérias acerca dos grandes temas em debate no cenário nacional no final da década de 1970, como a Campanha pela Anistia Política, que significava o retorno de exilados, banidos ou clandestinos à vida pública no país. Publicou-se também críticas a respeito da política econômica gerenciada pelo Ministro do Planejamento, Delfim Moreira Neto, além da falta de investimentos do Governo Chagas Freitas na Baixada Fluminense.

A tentativa de aproximação entre os processos vivenciados no cenário nacional e a realidade local foi expressa em diversas reportagens, entre elas aquela direcionada à carestia dos preços. O texto sobre o assunto informou, de forma pedagógica, os leitores sobre a crise econômica, além de discutir o problema do desemprego no Brasil. Já o *lead* dessa reportagem alertou: “Custo de vida mata mais que o esquadrão”, referindo-se ao grupo de extermínio formado por policiais, criminosos e políticos que agiam impunemente amedrontando a população na Baixada Fluminense. O tema foi ilustrado pela charge a seguir.

³⁸⁰ Periódico em circulação na cidade do Rio de Janeiro entre 1978 e 1981, que explorava de forma irreverente os assuntos políticos nacionais e o cotidiano da população carioca, com ênfase nas manchetes policiais.



Jornal da Baixada, n. 04, setembro de 1979.

No primeiro número, foi publicada a entrevista com o metalúrgico Joaquim Arnaldo, migrante nordestino, morador da Baixada Fluminense desde a década de 1940, membro da Pastoral Operária da diocese de Nova Iguaçu. Em depoimento ao jornal, o operário-ativista comentou sobre as campanhas por reajustes salariais e teceu críticas às formas festivas como os sindicatos e as autoridades públicas tratavam o 1º de Maio, que em sua opinião deveria simbolizar a luta dos trabalhadores pela conquista de direitos.³⁸¹ Já a edição seguinte apresentou a entrevista com o Secretário do Sindicato dos Petroquímicos de Duque de Caxias, João Carlos de Araújo Santos, que enfatizou a luta em defesa do salário unitário e a importância das greves do ABC Paulista enquanto exemplo de organização para o movimento operário nacional.³⁸²

Ainda em relação ao discurso de apoio ao movimento operário, o editorial número 2 analisou os significados das greves ocorridas no primeiro semestre de 1979. Com o título “Queremos mais”, o texto indicava as reivindicações do operariado brasileiro naquele momento. O uso do pronome “nosso” ao final da redação pode ser lido como um recurso dos redatores para aproximar por meio da linguagem o jornal de seus protagonistas, que nesse caso seriam também os seus leitores. Na perspectiva do periódico, a ocorrência das greves seria resultado do processo de conscientização dos trabalhadores referente aos seus direitos. Além disso, o texto refletiu sobre a existência de um suposto “clima político de tolerância” do

³⁸¹ *Jornal da Baixada*, n. 01, *op. cit.*, p. 03.

³⁸² *Jornal da Baixada*, n. 02, 15 de junho de 1979, p. 03.

governo no tocante às manifestações operárias, no contexto de *transição política*. Vejamos o editorial:

O ano de 1979 tem sido marcado pelo surgimento de greves de quase todas as categorias profissionais, praticamente em todo o país. Essas mobilizações começaram já em fins de 1978, e cabe a pergunta: por que tantas greves? Os governos militares de 64 para cá, e as forças que os sustentam no poder, impuseram às classes trabalhadoras o regime do silêncio. Adoçaram a boca de setores de classe média com salários altos e a propaganda do país de grande potência, enquanto a grande massa de assalariados teve que apertar mais ainda o cinto, e fazer o “milagre” de se manter vivo. Não resta dúvida que a causa primeira das greves são os baixos salários em contraposição ao alto custo de vida. É verdade que nos anos passados os salários também eram baixos, em relação ao custo de vida e as greves não existiam. Mas o povo não tem mais condições de continuar a fazer “milagre” como antigamente. Outro fator importante é o clima político de tolerância para estas reivindicações. Tolerância que não quer dizer abertura, porque de fato, pelo menos até agora, continuam em vigor as leis restritivas à livre manifestação e organização da classe trabalhadora. Por que tolerância? Além da impossibilidade de continuar fazendo milagres, o trabalhador está tomando consciência de que não constitui nenhum crime reivindicar os seus direitos. Sem medo. A tolerância não é um presente dos homens no poder. É uma conquista. Ainda não basta. É preciso que existam leis garantindo nossos direitos, e muita disposição para defendê-los.³⁸³

Já as notícias do movimento operário local foram os destaques da publicação. Para reforçar a temática, Alceu Nogueira criou a coluna *Chico Bé*, cujo personagem falava em nome dos trabalhadores da Baixada Fluminense. Com irreverência, o editor-chefe apresentou o interlocutor da coluna e explicou seu papel:

Antes que alguém me pergunte, eu também vou me perguntar: “O que é que estou fazendo aqui?”. Eu estava quieto no meu canto quando me chamaram para colaborar neste jornal. Eu topei. [...] Meu nome é Chico Bé, isto é Chico Berro. De tanto o pessoal chamar, o Berro foi diminuindo, que nem o governo faz com o salário do trabalhador a cada ano que passa, que acabou ficando no Bé. Aceitei por uma razão simples: alguém tem que falar dos trabalhadores da Baixada, dizer o que está errado [...] sem medo de apelação. Se um trabalhador conta o que está acontecendo na fábrica dele, se sai o nome de quem falou, no dia seguinte é olho na rua. Se o amigo aí é inteligente, já viu onde eu quero chegar. É só me contar que aqui ninguém mexe comigo. Aqui ninguém me demite, tenho carta branca para dizer o que penso.³⁸⁴

³⁸³ *Idem*, p. 01.

³⁸⁴ *Jornal da Baixada*, n. 01, *op. cit.*, p. 08.

A coluna teria o objetivo de denunciar abusos cometidos por chefes, patrões e autoridades policiais contra os trabalhadores, além de divulgar mobilizações e greves organizadas por diferentes categorias profissionais. Ademais, a forma como Alceu Nogueira iniciou o texto parece legitimar seu próprio processo de colaboração no jornal.

4.4.1 A greve na Fiat sob a perspectiva do JOB

A greves da categoria dos metalúrgicos ganharam duas edições-extras do JOB. A primeira dedicada à cobertura da paralisação dos operários da Fiat Diesel de Duque de Caxias, em julho de 1979. A segunda sobre a greve dos trabalhadores do setor em diversas fábricas do estado do Rio de Janeiro, em setembro do mesmo ano. Nos dois casos, o jornal apresentou uma ampla cobertura do cotidiano do movimento grevista, declarando apoio irrestrito aos trabalhadores.

No caso da greve da Fiat, ela foi motivada pela política de demissões em massa praticada pela empresa como parte do projeto de racionalização da produção, que previa a redução de gastos, o incentivo à produtividade dos funcionários e o aumento do ritmo de trabalho nas linhas de montagem no Brasil e em outros países da América Latina. Na perspectiva do jornal, a tensão entre empregados e patrões chegou ao extremo em junho de 1979, quando os funcionários deram início aos protestos contra as péssimas condições de higiene e a má qualidade na alimentação fornecida pela empresa. Esses fatores, considerados pelos redatores como secundários, teriam agravado a questão dos baixos salários e o clima de instabilidade provocado pelas demissões.

A deflagração da greve, aconteceu durante a campanha pelo reajuste salarial, negociado entre a empresa e o sindicato da categoria. Em 22 de junho, dias antes do início da paralisação, os operários realizaram uma assembleia, na qual foi eleita uma comissão de salário encarregada de discutir com o coletivo a proposta de reajuste, que seria levada à direção da fábrica. A primeira reunião de negociação ocorreu em 20 de julho, sob grande tensão, quando os representantes da empresa italiana propuseram um índice de reajuste abaixo do esperado.

No dia 23 de julho, representantes dos trabalhadores e da empresa reuniram-se novamente, porém enquanto a reunião acontecia, espalhou-se a notícia de que os funcionários do galpão Brasília haviam interrompido suas atividades. O galpão era a unidade mais recente do complexo fabril, onde se concentrava o grupo de operários mais jovem, considerado como politicamente radical. Ao tomarem conhecimento da notícia, os membros da comissão de

salário dirigiram-se até o local, no qual os trabalhadores discutiam sobre outro assunto polêmico: o pagamento dos dias em que foram descontados em função da greve dos rodoviários, quando centenas de funcionários não compareceram ao trabalho em função da ausência de transporte.

Após ouvir os trabalhadores, a comissão encaminhou suas exigências à direção da fábrica, a qual se comprometeu a efetuar o pagamento exigido pelos funcionários, se todos retornassem imediatamente aos seus postos de trabalho. Entretanto, na manhã seguinte, os operários do galpão Brasília voltaram a paralisar suas atividades, percorrendo as demais dependências da fábrica e conclamando os trabalhadores a entrarem em greve. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro interviu no movimento, convocando uma assembleia extraordinária para o mesmo dia, ação que não evitou a paralisação.³⁸⁵ Com a manchete: “FIAT fundiu”, o JOB posicionava-se em solidariedade ao movimento grevista.³⁸⁶

As reportagens veiculadas pelo jornal apontam o começo da paralisação como uma manifestação espontânea dos trabalhadores, diante da contraproposta salarial apresentada pela empresa e da recusa dos diretores da fábrica em discutir outros pontos de reivindicação dos funcionários, como a equiparação salarial e o pagamento dos adicionais de insalubridade. Na assembleia realizada no dia 24 de julho, a maioria dos presentes optou pelo retorno às atividades de trabalho. Porém, contrariando a decisão coletiva, aproximadamente 200 operários do noturno mantiveram-se em estado de greve, fato que sinalizava a existência de divergências entre o operariado.

De acordo com Ricardo Ramalho, essa assembleia foi pautada por intensas discussões entre os trabalhadores e as lideranças sindicais, resultando em troca de acusações e agressões físicas.³⁸⁷ O militante do MR-8, Luis Paulo Gianini, membro da comissão de salário e defensor da continuidade da greve, teria se desentendido gravemente com um operário contrário à paralisação. Após esse momento, teria começado um “bate-boca” generalizado, que resultou em uma pancadaria, na qual vários operários se envolveram e acabaram levados para a Delegacia de Duque de Caxias. Já na descrição feita pelo jornal, a assembleia ocorreu de maneira organizada e sem grandes incidentes:

³⁸⁵ Entrevista de João Leal de Araújo à autora, *cit.*

³⁸⁶ O tema foi abordado por Álvaro de Oliveira Senra e Flavio Anício Andrade, que apresentaram o *Jornal da Baixada* como um periódico operário surgido na Baixada Fluminense, durante o processo de abertura política. SENRA, Álvaro de Oliveira; ANDRADE Flavio Anício. “FIAT fundiu”: a greve da FNM-FIAT no registro da imprensa operária da Baixada Fluminense”. *I Seminário Internacional Mundos do Trabalho: Histórias do Trabalho Sul Global*, Florianópolis, out, 2010. Disponível em <http://labhstc.ufsc.br/eventos/historias-do-trabalho-no-sul-global>. Cabe ressaltar que nossa perspectiva distingue-se da interpretação desses autores, uma vez que compreendemos o jornal como um veículo vinculado a uma organização política, a Ala Vermelha.

³⁸⁷ RAMALHO, *op. cit.*, p. 233.

No final da assembleia começou uma discussão provocada por um metalúrgico aposentado. Nervoso, ele protestou contra a greve feita espontaneamente nos dois últimos dias. O ambiente esquentou. Cadeiras foram jogadas no palanque. A grande imprensa deu destaque, insinuando que houve briga entre os operários. Não é verdade. Os operários não brigaram entre si. Todos lamentaram a confusão que, felizmente, não abalou em nada a unidade dos trabalhadores.³⁸⁸

Nota-se que o jornal buscou atenuar as divergências existentes entre os trabalhadores, na tentativa de construir uma imagem de unidade de *classe*. O JOB também assumiu um papel de contraposição às notícias veiculadas pelos órgãos da “grande imprensa”, que denotaram uma imagem pejorativa ao movimento greve, a exemplo do jornal *O Globo*, o qual enfatizou os prejuízos causados à empresa em função da ação dos grevistas.³⁸⁹

A manhã do dia 25 julho foi decisiva para os rumos da greve. Ao chegarem à fábrica, os operários foram surpreendidos com a notícia da demissão de Gianini. A informação espalhou-se rapidamente, causou indignação entre os funcionários e reforçou os discursos favoráveis à paralisação. Na descrição do jornal:

[...] Quem já tinha trocado de roupa, ou ainda estava se preparando para começar o trabalho, voltou para engrossar as fileiras da massa de operários que vinha, desde o fundo da fábrica, caminhando em direção ao portão [...] Todos os trabalhadores estavam presentes: exigiram que o Delegado Sindical, João Guerra, fosse tomar satisfações sobre o que estava acontecendo. A multidão gritava, exigindo a presença do operário.³⁹⁰

Diante dos apelos pela presença de Gianini, o major Vitor Neto, responsável pelo setor de Relações Industriais da Fiat, apareceu ao lado do operário demitido, a fim de evitar tumultos. Reunidos no pátio da fábrica, os trabalhadores iniciaram uma assembleia espontânea, na qual destituíram alguns membros da comissão de salário e nomearam outros para o seu lugar. O major, que inicialmente se comprometera a não reprimir o protesto, não tardou em acionar a Polícia Militar para coibir a manifestação. O periódico, mais uma vez, descreveu a ação dos trabalhadores como uma discussão pacífica, o que possivelmente não aconteceu. Conforme a cobertura feita pelo JOB:

A direção da FIAT, através do major Vitor Neto, começou a reagir violentamente. Chamou a polícia para dentro da fábrica. Os trabalhadores que discutiam pacificamente seus problemas protestaram: “Não somos

³⁸⁸ *Jornal da Baixada*, edição-extra, julho de 1979, p. 02.

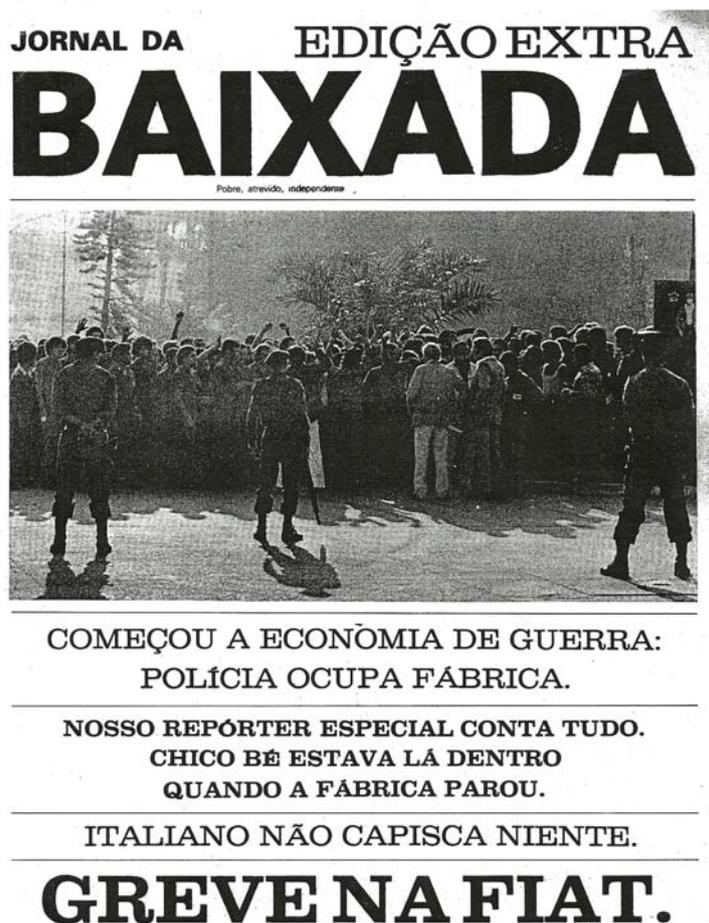
³⁸⁹ *O Globo*, 25 de julho de 1979, p. 3. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional.

³⁹⁰ *Jornal da Baixada*, edição-extra, julho de 1979, p. 03.

ladrões, somos trabalhadores. Vão prender os ladrões” [...] A assembleia decidiu então que a greve deveria continuar, revogando a decisão do dia anterior. E deixou bem claro que exigiria a reintegração de Luis Paulo Gianini como condição para a volta ao trabalho.³⁹¹

A demissão de Gianini teria provocado a radicalização do movimento grevista. Já a ocupação da fábrica pela Polícia Militar foi interpretada como parte da política de segurança nacional, que implicava práticas repressivas ao movimento operário e às suas lideranças. A intervenção policial para conter a greve não passou despercebida pelos redatores, os quais ironizaram a ação com o *lead*: “Começou a economia de guerra. Polícia ocupa fábrica”:

O dia amanheceu com a estrada que vai da Rio-Petrópolis até a fábrica lotada de policiais. Na fábrica, o policiamento era ainda mais forte. Lembravam campos de batalha. Seria essa a economia de guerra que o Figueiredo andou falando?³⁹²



Capa da edição-extra do *Jornal da Baixada* (Julho de 1979)

³⁹¹ *Idem*, p. 02.

³⁹² *Idem*, p. 03.

Enquanto os trabalhadores mobilizavam-se para definir suas ações, os representantes sindicais reuniam-se com os membros da Delegacia Regional do Trabalho e com a direção da Fiat. Como não houve acordo, a greve continuou. A intransigência da empresa durante as negociações teria contribuído para fortalecer a mobilização dos operários. Após uma semana do início da greve, os funcionários decidiram continuá-la, afirmando que não seria “um mês a mais de feijão com farinha” que os faria “arredar o pé de seus direitos”.³⁹³ A fim de fortalecerem o movimento, os grevistas buscaram apoio em outros sindicatos e junto à população local. Uma das iniciativas foi a organização de um ato público no entorno da fábrica, quando os operários divulgaram a “Carta à população”, redigida por eles, com o intuito de esclarecerem à sociedade as razões da greve. A “Carta”, a qual também foi publicada pelo jornal, dizia:

A FIAT é, das indústrias automobilísticas, a que paga salários mais baixos. Não temos garantia no emprego. A FIAT demite quando e a quem lhe interessar. A demissão é mais uma arma dos patrões contra os trabalhadores [...] A comida na fábrica é péssima. Muitas vezes nos são servidos alimentos podres. Não nos é garantido o mínimo necessário para mantermos nossas energias para enfrentarmos o trabalho estafante. [...] Trabalhamos sob um barulho constante e de intensidade superior ao permitido por lei e não recebemos taxa de insalubridade. Trabalhamos aspirando fumaça e gases tóxicos, óleo e querosene e não recebemos insalubridade. Trabalhamos sob temperaturas superiores a 40° e não recebemos insalubridade. Isto é “privilégio” só de alguns escolhidos pela empresa. [...] Isso só interessa aos patrões, que assim aumentam os seus lucros através de pagamentos de salários mais baixos, além de incentivarem a competição entre os operários. Reivindicamos equiparação salarial. Função igual, salário igual [...] ³⁹⁴

O acordo entre os trabalhadores e a empresa só foi alcançado no dia 06 de agosto, quando a greve terminou. Após quatorze dias de paralisação, os metalúrgicos da Fiat retornavam ao trabalho. Os operários, que, inicialmente, reivindicavam o reajuste salarial de 90%, e o fim das demissões em massa, aceitaram o acordo de concessão de 26% de aumento nos salários. A empresa concordou em readmitir Gianini e efetuar a equiparação dos salários. Na versão do jornal, “a Fiat terminou capitulando”.³⁹⁵ Quanto às conquistas obtidas pelos operários, em assembleia eles concluiriam que a greve resultou em uma vitória política, pois o aumento salarial reivindicado não foi assinado.³⁹⁶ Sob a ótica do JOB, “a unidade do

³⁹³ *Ibidem.*

³⁹⁴ *Ibidem.*

³⁹⁵ *Jornal da Baixada*, n. 3, 15 de agosto de 1979, p. 02.

³⁹⁶ Entrevista de João Leal de Araújo à autora, *cit.*

movimento levantou o ânimo dos trabalhadores e assustou a direção da Fiat”.³⁹⁷

Nesse sentido, a greve foi interpretada como um ato de heroísmo, de união e de solidariedade entre os trabalhadores na luta por seus interesses de classe. A forma como os textos foram redigidos refletem o apoio incondicional aos grevistas e às demandas do operariado brasileiro, sob o ponto de vista da *luta de classes*, evidenciando as táticas e os postulados político-ideológicos defendidos pela Ala.

4.4.2 Os movimentos de bairro

As manifestações organizadas pelos movimentos nos bairros foram outro tema enfatizado nas edições do noticiário, sobretudo, as reivindicações em torno dos direitos básicos ligados à educação e à saúde. A isso, relacionam-se as exigências por melhorias na qualidade e na oferta dos serviços oferecidos à população, entre eles o saneamento básico, o calçamento e a iluminação de ruas, a segurança, o transporte coletivo e o lazer.

A respeito das reportagens sobre o tema, destacamos a cobertura do protesto organizado pelo MAB, em 15 de julho de 1979 em frente à sede da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, do qual participaram representantes de setenta bairros e cerca de três mil pessoas. O objetivo dessa manifestação, posteriormente denominada “Assembleia dos 3 mil”, era exigir das autoridades municipais a construção de creches e escolas e a ampliação do número de vagas na rede pública de ensino. Na ocasião, os manifestantes também reivindicaram investimentos em infraestrutura.

O impacto sociopolítico da Assembleia foi notório a ponto de merecer um vasto relatório produzido pelo I Exército, finalizado quase um ano após a manifestação, no qual os relatores afirmaram: “a importância dessa reunião está no confronto que houve entre as lideranças do MAB (aí incluída D. Adriano) e a autoridade do município. Infelizmente, o Prefeito quase chegou às vias de desmoralização”.³⁹⁸

Acerca do evento, o jornal publicou a matéria intitulada “Domingo de protesto. Encurralado prefeito de Nova Iguaçu”, cujos subtítulos foram as palavras de ordem dos manifestantes: “O povo unido jamais será vencido” e “Somos contribuintes, não pedintes”. Vejamos um trecho do discurso produzido pelo JOB em torno desse ato público:

³⁹⁷ *Jornal da Baixada*, n. 3, *op. cit.*, p. 02.

³⁹⁸ I EXÉRCITO. Informação número 482-D/80. Polícias Políticas, Comunismo, Município 152, Pasta 626, Aperj, 06 de maio de 1980, folha 2276-f. Grifo do documento.

Mais de 3 mil pessoas se reuniram no dia 15, em Nova Iguaçu , para fazer um balanço das lutas do Movimento Amigos de Bairro e para exigir do Prefeito tudo o que ele prometeu e não cumpriu. Representantes e moradores de 70 bairros colocaram suas reivindicações e fizeram as autoridades presentes [...] ver que “o povo já não é mais aquele bando de carneiros”, como disse o bispo Dom Adriano Hypólito. Os 3 mil moradores dos bairros de Nova Iguaçu, durante mais de 4 horas, discutiram seus problemas, aplaudindo os representantes dos bairros e vaiando demoradamente o Prefeito. Ruy de Queirós reconheceu que o povo estava dizendo a verdade: “Se não fosse prefeito”, disse, “também estaria protestando” [...] ³⁹⁹

A reportagem remete ao objetivo de inserção política da Ala nos movimentos de bairro, sobretudo, no MAB, no qual militantes encontravam-se inseridos. A intenção da matéria seria a de fortalecer o Movimento que, naquele momento, se encontrava em evidência. A ênfase dada à manifestação pode ser notada na capa do JOB, na qual a ilustração parece ter sido projetada para despertar no leitor o interesse pelo assunto:



Capa do *Jornal da Baixada*, número 03. (Agosto de 1979)

³⁹⁹ *Jornal da Baixada*, n. 3, *op. cit.*, p. 04.

A edição de número três, no qual a “Assembleia dos 3 mil” foi o destaque, seria publicado logo após a edição-extra sobre a greve na Fiat, sinalizando o quanto o segundo semestre de 1979 foi marcado por mobilizações operárias e populares na Baixada Fluminense, conforme outras experiências sociopolíticas registradas em diversas cidades do país.

No que se refere à concepção expressa pelo jornal a respeito da Baixada Fluminense, o editorial do número 3 definiu metaforicamente a região enquanto um órgão mantenedor das funções vitais do corpo. Esse último representado em sentido figurado pela cidade do Rio de Janeiro. Com o simbólico título “Explode Coração”, o texto destacou a importância das atividades laborais desempenhadas pelos moradores da Baixada para o crescimento da capital, ao mesmo tempo, reforçou a ideia de exploração a qual os trabalhadores estavam submetidos. Segundo os redatores:

Um morador atento da Baixada Fluminense costumava compará-la com o coração da cidade do Rio de Janeiro. Um coração do lado de fora do corpo? Sim. Porque o coração é aquele órgão que trabalha para que o corpo viva. E a cidade do Rio de Janeiro vive do esforço e do suor dos trabalhadores que, na grande maioria, são moradores da Baixada Fluminense. Estranha cidade que expulsa cada vez mais para longe de si seus próprios construtores e os obriga, ao mesmo tempo, a construir duas, três, cinco, dez cidades. Uma – o Rio – é construída no horário de trabalho. E as outras – as cidades da Baixada – nas horas de folga.⁴⁰⁰

Ao final, os autores ratificaram os objetivos do periódico em divulgar as mobilizações populares, afirmando: “Estamos prontos a apoiar e divulgar todas as associações de moradores de bairros dos municípios que compõem a nossa Baixada Fluminense”.⁴⁰¹

4.4.3 O humor como linguagem política

A respeito das colunas que compunham o periódico, Luís Pimentel lançou a *Baixo Astral*, na qual o personagem Doutor Dementel fazia previsões pessimistas do zodíaco a respeito da política nacional e dos desafios cotidianos enfrentados pelos trabalhadores e moradores da Baixada Fluminense, conforme aparece no trecho a seguir.

ÁRIES - Perspectiva de aumento salarial este mês. Também, pudera. Depois de passar um ano inteiro com o mesmo e minguado salário, você receberá um pequeno reajuste. Mas não se empolgue tanto, pois em julho ele não

⁴⁰⁰ *Jornal da Baixada*, n. 03, *op. cit.*, p. 01.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

valerá mais nada. Dia de sorte: terça-feira. Pode chegar atrasado ao trabalho. Mas antes verifique qual é o dia de sorte do seu patrão.⁴⁰²

LEÃO - Este signo tem como característica a falta de dinheiro, uma certa tendência a trabalhar incansavelmente para no final do mês, já estar devendo o salário do mês seguinte. [...] Nada de prepotência, leão. Você pode ser rei lá no oco da selva. Aqui, meu nego, nos becos da Baixada, com o esquadrão reinando impunemente, todos nos somos patos.

Cor: ruça.

Metal: chumbo grosso.⁴⁰³

O título, uma alusão à Astrologia indicava que o país vivia tempos difíceis, marcados pelas características de um regime autoritário e pela crise econômica. Além do horóscopo, “Doutor Dementel” tinha um espaço reservado para conversar com os leitores, sugestivamente intitulado *Cantinho do Choro*, no qual aconselhava os trabalhadores a reagirem à exploração imposta pelos patrões e à opressão do governo através da luta sindical e da participação nas greves. Pimentel também contribuiu com sugestões de títulos bem-humorados para as reportagens.⁴⁰⁴

Já a coluna “assinada” por Tomé Ferrão⁴⁰⁵ abordava, entre outros temas, o impacto da crise financeira no cotidiano dos trabalhadores. Note-se que ao extrairmos o acento agudo do nome Tomé, temos a expressão popular “Tome ferrão”, utilizada para indicar o fato de que alguém está sendo prejudicado em uma dada circunstância. Desse modo, o pseudônimo teria duplo sentido, ao sugerir tanto a “autoria” dos textos quanto remeter o leitor à precária situação econômica dos trabalhadores, por exemplo.

Havia, ainda, como na maioria dos periódicos, uma seção de cartas, que Alceu Nogueira batizou de *Agora escrevo eu*, para a qual Claudio Paiva criou um selo no qual o redator aparece amordaçado ao lado de um leitor que redige o texto.



Ilustração que simbolizava a seção de cartas do *Jornal da Baixada*.

⁴⁰² *Jornal da Baixada*, n. 01, *op. cit.*, p. 07.

⁴⁰³ *Jornal da Baixada*, n. 03, *op. cit.*, p. 07.

⁴⁰⁴ Entrevista de Luís Pimentel à autora, *cit.*

⁴⁰⁵ Não identificamos o autor real dessa coluna.

Nas cartas publicadas, encontramos queixas sobre o descaso das autoridades públicas em relação aos serviços de infraestrutura nos bairros, elogios ao periódico e relatos sobre piquetes organizados nas portas das fábricas em ocasiões de greves. Embora a intenção dos redatores parecesse a de publicar cartas enviadas pelos leitores sobre diversos assuntos, a leitura das edições sugere a preferência pelos textos escritos por operários e pessoas ligadas às paróquias onde o JOB circulou.

No número 1, foi publicado o abaixo-assinado de moradores do bairro Lote XV e adjacências, através do qual exigiam providências sobre a coleta de lixo, o fornecimento irregular de água e a ausência de iluminação e de segurança pública. No final do documento, era indicado o local ao qual os interessados em assiná-lo deveriam se dirigir, a Igreja de São Simão. Embora a ideia de publicar o abaixo-assinado possa ser entendida como uma forma de divulgação da iniciativa dos moradores, ela também reforça a ideia de aproximação de militantes da Ala que coletavam as notícias para o jornal com os grupos ligados à Igreja e às lideranças comunitárias.

Em outra carta, notamos um aspecto que também nos chamou à atenção: a fala de um leitor que se dizia “mais ou menos consciente de seus direitos”. A linguagem utilizada nessa mensagem, em vários aspectos, aproxima-se dos recursos linguísticos presentes nas matérias elaborados para o jornal. Isso leva-nos a cogitar a possibilidade de algumas cartas terem sido redigidas por militantes e jornalistas, não pelos leitores.

Completando os espaços destinados às queixas do povo, estaria a seção *Olho Vivo*, homônimo da editora proprietária do JOB. A seção publicou denúncias sobre o caos na saúde pública, em especial à demora no atendimento aos pacientes nos postos e hospitais; o descaso das autoridades policiais na investigação dos casos de homicídios e esquemas de corrupção praticados pelas autoridades políticas municipais.

Apesar da predominância de temas ligados ao cotidiano urbano, a luta pelo acesso à terra também foi noticiado. A esse respeito, citamos a publicação da entrevista de Bráulio Rodrigues, militante do PCB, que se tornou influente entre lavradores e famílias sem terra em função de organizar, desde a década de 1950, iniciativas de ocupação de áreas improdutivas e ações de resistência aos grandes proprietários locais.⁴⁰⁶ O JOB também entrevistou Geneci Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu, que relatou

⁴⁰⁶ *Jornal da Baixada*, n. 05, outubro de 1979, p. 03.

episódios de violência de grandes fazendeiros e autoridades policiais contra as famílias de agricultores pobres na região, nas décadas de 1950 a 1970.⁴⁰⁷

Sobre o fato de o JOB ter alcançado o objetivo de transmitir as opiniões, levantar as reivindicações e exigir soluções para os problemas vivenciados pelo “povo da Baixada”, não encontramos fontes para responder a essa questão. Em nossa procura pelos leitores do jornal, localizamos apenas o casal Isaias e Iracema da Silva, migrantes nordestinos, estabelecidos na Baixada Fluminense desde a década de 1950 e membros da paróquia São Simão.

Isaias, caminhoneiro, representante da Pastoral Operária da diocese de Nova Iguaçu nos contou que: “o jornal trazia muita coisa sobre a realidade dos bairros, tinha umas imagens engraçadas. Os camaradas escreviam sobre coisas sérias com humor”.⁴⁰⁸ Já Iracema, disse-nos: “me recordo sim do jornal, das matérias sobre o MAB e das associações, mas não lembro dos detalhes”.⁴⁰⁹ Em 1980, Isaias e Iracema fundaram a Associação de Moradores do Vale do Ipê, atualmente o bairro de mesmo nome está situado no município de Belford Roxo. A trajetória do casal no movimento de bairro reforça o pressuposto de que o noticiário tinha como público-leitor os sujeitos das reportagens.

4.5 O começo do fim

Com base no argumento da falta de recursos financeiros, a *Olho Vivo Editora* decretou falência e o *Jornal da Baixada* chegou ao final, apesar de Alceu e Pimentel desejarem a continuidade do periódico.⁴¹⁰ Após um período de três meses sem publicações, os redatores justificaram o intervalo nas edições afirmando:

O Jornal da Baixada deu uma paradinha, ficou três meses fora do ar. Isso aconteceu por vários motivos. Um deles é a falta de motivos que esses dias agitados costumam trazer. Maior baixo-astrol na redação. Férias, sufoco, dureza, pluripartidarismo, abertura.⁴¹¹

O trecho, extraído da última edição do JOB, sugere que a abertura política e o retorno ao pluripartidarismo influenciaram o intervalo na produção do jornal. Sobre esse aspecto, vale mencionar a visão de Alceu sobre o fim da publicação. Para ele, embora João e Felipe alegassem que o encerramento ocorrera em função de problemas financeiros, a falta de capital

⁴⁰⁷ *Jornal da Baixada*, n. 03, *op. cit.*, p. 03.

⁴⁰⁸ Entrevista de Isaias Franco da Silva à autora. Belford Roxo (RJ), 02 de setembro de 2012.

⁴⁰⁹ Entrevista de Iracema da Silva à autora. Belford Roxo (RJ), 02 de setembro de 2012.

⁴¹⁰ Entrevistas de Alceu Mendonça Nogueira da Gama e Luís Pimentel à autora, *cit.*

⁴¹¹ *Jornal da Baixada*, n. 06, fevereiro de 1980, p. 06.

para custear o processo de reprodução dos exemplares não seria a única razão para o término do noticiário. Segundo Alceu, “a partir de 1980, as entidades que apoiavam o jornal passaram a ter outras prioridades políticas, como a criação do PT”.⁴¹²

Não por acaso, a sala alugada em nome do jornal em dezembro de 1979 passou a abrigar as reuniões entre os militantes da Ala e pessoas simpáticas ao Movimento Pró-PT. Em 1981, o espaço foi transformado na primeira sede do Partido dos Trabalhadores em São João de Meriti. De fato, na Baixada Fluminense, os membros da organização engajaram-se na formação de um novo partido, de modo semelhante ao ocorrido em outros organismos da Ala, em diferentes partes do Brasil. Portanto, os problemas financeiros somados ao surgimento de outras possibilidades de inserção política podem ter inviabilizado a continuação do periódico.

Cabe considerar, ainda, o fim do ciclo da imprensa alternativa relatado pelo jornalista Bernardo Kucinski enquanto “um cataclismo”, que fez desaparecer quase todos os jornais alternativos a partir de 1980 independente “da natureza de sua articulação, da qualidade do projeto, do acerto ou do insucesso de suas propostas editoriais e soluções operacionais”.⁴¹³

O término do jornal também nos leva a refletir sobre o fim da Ala Vermelha, enquanto organização política independente. No início da década de 1980, a Ala retornaria à condição de tendência no interior de um partido. Como sinalizamos, a maioria de seus quadros engajou-se no PT.⁴¹⁴ Na documentação, encontramos textos produzidos na primeira metade da década, nos quais verificamos que, mesmo inserido em um partido político legalmente constituído e em meio ao processo de redemocratização do país, o grupo mantivera preocupações com a segurança, preservando normas de conduta e codinomes dos militantes,⁴¹⁵ os quais se reuniam à parte para deliberarem sobre diversas questões, entre elas o papel partido junto à classe trabalhadora.⁴¹⁶

Além disso, temas que perpassaram a trajetória da organização permaneceram na pauta dos encontros entre seus antigos integrantes, como o desenvolvimento do trabalho de base e o caráter da revolução brasileira.⁴¹⁷ Após 1980, os militantes não mais ingressavam no

⁴¹² Entrevista de Alceu Mendonça Nogueira da Gama à autora, 2011, *cit.*

⁴¹³ KUCINSKI, *op. cit.*, p. 117.

⁴¹⁴ A adesão ao PT não foi unânime entre os militantes da Ala Vermelha.

⁴¹⁵ Entrevistas de João Pedro de Souza Neto, Maria Fátima de Souza, Warley da Costa, Vilma Costa à autora, *cit.*

⁴¹⁶ Conforme aparece no documento, PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Servir ao Povo. Boletim Interno, número 11*. Darf, AV, DDI-III, documento 45, Aperj, novembro de 1981.

⁴¹⁷ A exemplo do debate presente no jornal de circulação interna *Luta Proletária*, n. 2, setembro de 1982. Documento gentilmente cedido por Álvaro Lins Cavalcante Filho.

trabalho de fábrica, voltando seus esforços para a atuação nos sindicatos. Já o trabalho de bairro continuou na agenda das atividades políticas até 1984.⁴¹⁸

No mesmo ano, iniciou-se o debate sobre a possibilidade de composição política com outras tendências comunistas,⁴¹⁹ em especial o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP).⁴²⁰ Em 1985, foi organizada a Comissão Política de Unificação, que deliberou sobre a fusão da Ala com o MEP e a Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP).⁴²¹ Desse processo, originou-se a tendência do PT denominada Movimento Comunista Revolucionário (MCR).⁴²² Com a fusão, a Ala Vermelha chegou ao fim.

⁴¹⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Trabalho de Bairro*. Darf, AV, DDI-III, documento 20, Aperj, fevereiro de 1981. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *O Movimento de Bairros e a Ala Vermelha*, março de 1984. Esse último, gentilmente cedido por Álvaro Lins Cavalcante Filho.

⁴¹⁹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Boletim Interno*. Abril de 1984. Documento gentilmente cedido por Álvaro Lins Cavalcante Filho.

⁴²⁰ O MEP surgiu em 1976 por iniciativa do grupo Fração Bolchevique, que por sua vez originara-se de uma dissidência da Organização de Combate Marxista Leninista-Política Operária (OCML-PO), em 1970.

⁴²¹ Organização formada em 1982 por ex-integrantes da Ação Popular-Marxista Leninista.

⁴²² Diversos militantes da Ala não aderiram ao MCR, optando em seguir uma postura independente no PT, conforme fizeram João Pedro de Souza, Fátima de Souza, Vilma Costa, Elio Cabral, Álvaro Lins, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, em meados dos anos 1970, a Ala Vermelha priorizou, entre suas frentes de trabalho político no Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense. Atraída pela ascensão dos movimentos de bairro e operário, a partir de 1977, a organização passou a deslocar seus quadros para a região. As inserções entre os trabalhadores e as camadas populares vieram com a autocrítica em relação à tática de luta armada, ainda no final dos anos 1960, que, entre outros aspectos, contribuiu para a redefinição das táticas políticas. Naquele contexto, estava em jogo a sobrevivência do grupo que, a exemplo de outras organizações comunistas, foi duramente atingida pela repressão, contabilizando baixas em seu efetivo, em função das prisões, mortes e exílios.

Ao deliberar sobre a tática de inserção, a Ala esperava atingir quatro objetivos: romper o isolamento social em que se encontrava; ampliar seu espaço de intervenção política; recrutar militantes; e colocar em prática a tarefa de organizar as *massas* para a luta revolucionária. No entanto, a aplicação da *linha de massas*, assentada sobre os referenciais teóricos do *leninismo* ligado ao *maoísmo*, não garantiu o êxito ou um caráter homogêneo às experiências de inserção. O processo de aproximação das *massas* implicou a adoção de hábitos e modos de vida simples, à medida que os militantes buscavam se adaptar ao cotidiano dos trabalhadores brasileiros. Processo esse que exigiu da militância os desafios de comportar-se, pensar e agir como o povo.

Mas, como é possível entender as escolhas feitas por indivíduos, em sua maioria, jovens oriundos da classe média, que abdicaram de uma vida confortável para “tornarem-se operários” e “moradores” de periferias urbanas? A resposta para a questão está na compreensão da conjuntura política nacional dos anos 1970, quando as ações armadas deram lugar às diversas formas de integração com as *massas*, tornando as inserções entre os trabalhadores um instrumento de luta contra um regime autoritário e em defesa de sua substituição por um Estado socialista.

No curso das experiências de inserção, os militantes atuaram em fábricas, sindicatos, associações de bairro, criaram grupos de teatro popular, idealizaram jornais alternativos. Com essas iniciativas, esperavam atingir o objetivo de se aproximarem das *massas* e ganharem sua confiança a fim de conscientizá-las, de mobilizá-las para a luta política.

Com relação ao *Jornal da Baixada*, o noticiário privilegiou notícias e eventos protagonizados por sujeitos engajados na luta por direitos e por melhorias em seus bairros e locais de trabalho. Ao transformarem ideias, denúncias e acontecimentos em textos

jornalísticos e ilustrações críticas e bem-humoradas, os profissionais da Comunicação, sem envolvimento orgânico com a organização, contribuiriam para a construção da identidade do jornal. Quanto ao fato de o JOB representar um instrumento de inserção política da Ala nos movimentos sociais, apesar de reconhecerem a criação do periódico como resultado das diretivas adotadas pelo partido após a autocrítica, os militantes entrevistados enfatizaram que o jornal não esteve a serviço dos interesses políticos da organização, mas da divulgação e do apoio às lutas sociais encampadas pelos trabalhadores e moradores da Baixada Fluminense.

Essa reelaboração do passado evidencia a ideia de que a intenção presente no noticiário era a de “organizar as massas” para a luta por direitos e mudanças sociais. Portanto, não contradiz a existência do jornal como tática política ou enquanto parte do projeto político-ideológico forjado pela organização.

No tocante ao conjunto das experiências vividas por militantes na Baixada Fluminense, trazê-las à luz contribui para desmitificar uma explicação, ainda, comum à maioria dos trabalhos acadêmicos sobre as iniciativas de lutas populares na região: a de que a presença de grupos de esquerda nos movimentos sociais deve-se ao fato dos municípios situados nessa localidade vivenciarem um processo de repressão política “mais brando”, quando comparado a outras cidades do país. Debruçados sobre esse pressuposto, alguns autores tendem a tratar a Baixada Fluminense enquanto um lugar de atração para esses grupos, sob o argumento de que à época da ditadura a região oferecia condições favoráveis às suas atividades políticas. Sem entrar no mérito desse tipo de interpretação, lembramos que as duas maiores cidades da Baixada, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, foram, naquela conjuntura, governadas por interventores.

Apenas para se ter uma ideia das preocupações do governo federal com as questões sociais e políticas locais, em Duque de Caxias, as intervenções militares começaram no imediato pós Golpe com a ocupação da Fábrica Nacional de Motores, no dia 02 de abril de 1964. No dia 09 do mesmo mês, a organização sindical da estatal foi interdita pela Delegacia Regional do Trabalho, e a direção foi substituída por um interventor militar, que promoveu uma varredura na entidade, resultando em prisões e na morte de um operário ligado ao PCB. Para completar esse quadro, a partir de 1968, a cidade foi enquadrada como Área de Interesse da Segurança Nacional. Nova Iguaçu, por sua vez, entre 1964 e 1968 foi governada por dois interventores.

Além desses aspectos, um levantamento preliminar de fontes produzidas pela Comunidade de Informação, pesquisadas no Acervo do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro localizado no Aperj, revela o olhar vigilante dos órgãos de repressão

sobre as mobilizações operárias e populares na Baixada Fluminense. Nos relatórios, essas atividades são descritas em detalhes e com a identificação de nomes de militantes de esquerda, lideranças eclesiais, operárias e comunitárias.

A recente liberação para acesso a essas fontes, possivelmente, contribuirá para novas leituras sobre o passado de lutas sociopolíticas na região, que em conjunto com outros documentos, como os testemunhos orais, permitirão a ruptura com a ideia de que, no contexto do Regime Civil-Militar, a Baixada Fluminense foi uma área de menor importância no cenário político nacional. Afinal, “o passado é por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento sobre o passado é coisa em movimento, que ininterruptamente se transforma e se renova”, como bem observou Marc Bloch.

REFERÊNCIAS

Depoimentos coletados pela autora

Alceu Mendonça Nogueira da Gama

Álvaro Lins Cavalcante Filho

Antonio de Neiva Moreira Neto

Célia Siqueira Pereira

Constanzo Bruno

Elio Cabral de Souza

Felipe José Lindoso

Iracema Alves da Silva

Isaias Franco da Silva

João Leal de Araújo

João Pedro de Souza Neto

José Soares Milheiros

Luiz Carlos Seara Appel

Luís Pimentel

Maria Fátima de Souza Silva

Rosa Voz

Rosane de Albuquerque Costa

Stanley Calyl de Souza Bueno

Vilma Costa

Walter Costa

Warley da Costa

Washington da Costa

Werneck José dos Santos

Depoimentos coletados por terceiros

Derly José de Carvalho. Entrevista à Carolina Maria Ruy.
Disponível em <http://www.memoriasindical.com.br>

Wladimir Pomar. Entrevista a Augusto Buonicore.
Disponível em <http://grabois.org.br/portal/cdm>

Wladimir Pomar. Entrevista a Alexandre Fortes, Jean Rodrigues Sales e Paulo Fontes.
Disponível em <http://www.wladimirpomar.org.br>

Fundos documentais

Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Acervo do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Páginas da Internet

<http://clandestinoedgard.blogspot.com.br>

<http://www.ibge.gov.br/cidade>

<http://grabois.org.br>

<http://www.memoriasindical.com.br>

<http://www.nucleomemoria.org.br>

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.wladimirpomar.org.br>

Periódicos

Jornal da Baixada. São João de Meriti, Editora Olho Vivo, 1979-1980. *

O Globo. Rio de Janeiro, julho de 1979. Seção de periódicos da Biblioteca Nacional.

* Está em andamento o processo de doação dos exemplares do *Jornal da Baixada* ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), onde integrará a Coleção Particular João Pedro de Souza Neto, inserida no Acervo Complementar de Resistência à Ditadura.

Livros e artigos

ABREU, Alzira Alves de. *Transição em Fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

_____. (Org.) *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4ª. ed. Rio de Janeiro, IPP, 2008.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, Lília (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, vol. 4, 2004, pp. 319-410.

ANDERSON, Perry. “La História de los Partidos Comunistas”. In: SAMUEL, Raphael (Org.) *História Popular y teoría socialista*. Barcelona, Grijalbo, 1984, pp. 150-165.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. “Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil”. *Mediações*. Vol. 12, n. 2, jul/dez, 2007, pp. 78-89.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968 -1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. São Paulo, Edusc, 1999.

ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB*. São Paulo, Alfa-Omega, 1984.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

_____. “A luta democrática contra o regime militar na década de 1970”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá Patto. (Orgs.) *O Golpe e a Ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo, Edusc, 2004, pp. 161-175.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. *Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unirio. Rio de Janeiro, 2009.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005, pp. 23-79.

BAHIA, Juarez. *Dicionário de Jornalismo - Século XX*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.

BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 2010.

- BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006, pp. 219-229.
- BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: SIRINELLI, Jean-Françoise; RIOUX, Jean-Pierre (Orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa, Estampa, 1998. pp. 342-355.
- _____. “Culturas políticas e historiografia”. In: AZEVEDO, Cecília *et al.* (Orgs.) *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro, FGV, 2009, pp. 29-46.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1993.
- BOTTOMORE, Tom. (Org.) *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Trad. CABRAL, Álvaro; ALVES, Eduardo Francisco. Rio de Janeiro, Zahar, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006. pp. 183-191.
- BRENNAN, James P. “El classismo y los obreros, el contexto fabril del ‘sindicalismo de liberación’ en la industria automotriz cordobesa, 1970-75”. *Desarrollo Económico*, vol. 32, n. 125, abr/jun, 1992, pp. 03-22.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992.
- CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- CARDOSO, Ruth. “Novas formas de participação popular no Brasil contemporâneo”. *Revista da Fundação Seade*, São Paulo, vol.1, n. 3, set/dez, 1985, pp. 46-50.
- CARVALHO, Yuri Rosa de; KONRAD, Diorge Alceno. “Os ‘irmãos metralhas’: a trajetória da família Carvalho na luta contra a Ditadura Militar-Civil”. Disponível em <http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337048001>.
- COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- COSTA, Vilma. (Org.) *O importante é a gente dizer o que sente*. Rio de Janeiro, 1974. Publicação da organizadora.
- D’ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso SOARES; Gláucio Ary. (Orgs.) *Os Anos de Chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

_____. *A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução*. São Paulo, Centro Editorial Latino Americano, s/d.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral – memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília, UnB, 2008.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Coleção Brasil Republicano. Vol. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

_____. “História, tempo presente e história oral”. *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, jul/dez, 2002, pp. 314-332.

_____. “Vozes da oposição: ditadura e transição política no Brasil”. *40 anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. In: FICO, Carlos *et al.* (Orgs.). Rio de Janeiro, Sete Letras, 2004, pp. 183-191.

_____. “Demandas sociais e história do tempo presente”. In: VARELLA, Flavia *et al.* (Orgs.) *Tempo Presente & Usos do Passado*. Rio de Janeiro, FGV, 2012, pp. 101-124.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

FORTES, Alexandre. (Org.) *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo/ Chapecó, Editora Perseu Abramo/ Argos, 2005.

GALDINO, Antônio Carlos. *O PCdoB e o movimento de luta armada nos anos 60*. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp. Campinas (SP), 1994.

GARCIA, Marco Aurélio. “Contribuições para uma história da esquerda brasileira: 1960-1979”. São Paulo, *Em Tempo*, ago. 1979/ abr. 1980.

_____. “As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução”. In: ARAÚJO, Ângela. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo, Scritta, 1997, pp. 37-47.

_____. “O gênero da militância: notas sobre a possibilidade de uma outra história da ação política”. *Cadernos Pagu*. (8/9), 1997, pp. 319-342.

- GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva *et al.* (Orgs) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005, pp. 21-44.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.
- GUEVARA, Ernesto Che. Guerra de Guerrilhas. In: *Obras Completas*. Vol. 9. São Paulo, Edições Populares, 1981.
- GULLAR, Ferreira. *Rabo de Foguete: os anos de exílio*. Rio de Janeiro, Revan, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Centauro, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo, Scritta, 1991.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Fapesp/ Boitempo, 2004.
- LEITE, Isabel Cristina. “A cultura política comunista: múltiplas facetas no discurso de seus militantes radicais”. *III Congreso Internacional de Historia Oral de la República Argentina*. Disponível em <http://www.historiaoralargentina.org/attachments/article>.
- LÊNIN, Vladimir Ilyitch. *Que Fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- _____. *Por Donde Empezar: acerca de la prensa y la literatura*. Buenos Aires, Anteo, 1965.
- LÖWY, Michael. “Cristianismo da Libertação e Marxismo”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 6. Campinas, Editora da Unicamp, 2007, pp. 411-437.
- LUCA, Tânia Regina de. “Historia dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005, pp. 111-153.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense. 1989.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2008.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos: Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

_____. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967)”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 5. Campinas, Editora da Unicamp, 2002, pp. 185-212.

MONTEIRO, Linderval Augusto. *Baixada Fluminense, Identidades e Transformações: estudo de relações políticas na Baixada Fluminense*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.) *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2009, pp. 13-37.

NEGRO, Antonio Luigi. “Servir ao povo de todo coração: mulheres militantes e mulheres operárias no ABC na década de 1970”. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson, TELES; Janaina de Almeida (Orgs.) *Desarquivando a Ditadura – memória e justiça no Brasil*. Vol. I. São Paulo, Hucitec, 2009, pp. 84-109.

_____. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo, Boitempo, 2004.

NEVES, Lucia Maria Bastos; MOREL, Marcos. FERREIRA, Tânia Maria Bessone. (Org.) *História e Imprensa – representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro, Faperj, 2006.

PAIVA, Eduardo Nazareth. *A FNM e a Indústria Automobilística no Brasil: uma análise antitética do ponto de vista da teoria ator-rede*. Tese (Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. “Teatro e trabalhadores: cenas e formas de agitação no ABC”. *ArtCultura*, vol. 7, n. 11, jul/dez, 2005, pp. 101-115.

PINHEIRO JUNIOR, Jefte da Mata. *A Formação do PT na Baixada Fluminense: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2007.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 03-15.

_____. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

POMAR, Wladimir. *Araguaia: o Partido e a guerrilha*. São Paulo, Global 1980.

PORTELA, Fernando. *A Guerra de Guerrilhas no Brasil*. São Paulo, Global, 1979.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e Luta Operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Falhou ao Encontro - os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Orgs). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 5. Campinas, Editora da Unicamp, 2002, pp. 69-102.

_____. “Ditadura e sociedade, as reconstruções da memória”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá Patto. (Orgs.) *O Golpe e a Ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo, Edusc, 2004, pp. 29-52.

_____. “As esquerdas no Brasil. Culturas políticas e tradições”. In: FORTES, Alexandre (Org.) *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo, Perseu Abramo, 2005, pp. 173-181.

_____. “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 53-71.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

REYMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *Operários à Tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo (RJ), 2009.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Editora da Unesp, 1994.

_____. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 21-51.

_____. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 5. Campinas, Editora da Unicamp, 2002, pp. 213-282.

_____. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá Patto. (Orgs.) *O Golpe e a Ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo, Edusc, 2004, pp. 53-65.

_____. *Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro, MAUAD, 2001.

SÁ, Glênio. *Relato de um guerrilheiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1990.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil - PCdoB: propostas teóricas e prática política - 1962-1976*. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp. Campinas (SP), 2000.

_____. “O PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política”. *Diálogos*. Vol. 6. UEM-Maringá, 2002, pp. 155-172.

_____. *O Impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese (Doutorado em História). Unicamp. Campinas (SP), 2005.

_____. “Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.) *As Esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 163-182.

_____. *A Luta Armada contra a Ditadura: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. “Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 6 Campinas, Editora da Unicamp, 2007, pp. 63-103.

SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. “O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 6. Campinas, Editora da Unicamp, 2007, pp. 375-410.

SANTOS, Raimundo. “Comunismo e cultura política”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 4, jul, 1995. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda>.

_____. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.

SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo, Lech, 1981.

SENRA, Álvaro de Oliveira; ANDRADE Flavio Anício. “FIAT fundiu”: a greve da FNM-FIAT no registro da imprensa operária da Baixada Fluminense”. *I Seminário Internacional Mundos do Trabalho: Histórias do Trabalho Sul Global*, Florianópolis, out, 2010. Disponível em <http://labhstc.ufsc.br/eventos/historias-do-trabalho-no-sul-global>.

SILVA, Antonio Ozai da. *História das Tendências no Brasil*. São Paulo, DG Gráfica e Editorial, 1987.

- SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense*. MEDEIROS, Leonilde Servolo. (Org.) Rio de Janeiro/ Seropédica, Mauad X/ Edur, 2008.
- SILVA, Fernando Teixeira da. “Breve história de erros e bodes expiatórios. PCB e trabalhadores (1945-1964)”. In: FORTES, Alexandre (Org.) *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo/ Chapecó, Editora Perseu Abramo/ Argos, 2005, pp. 183-193.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização”. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.) *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro, Campus, 1990, pp. 386-402.
- SILVA, Haike Kleber da. (Org.) *A Luta pela Anistia*. São Paulo, Editora Unesp/ Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2009.
- SILVA, Maria Fátima de Souza. *Das Terras de Mutambó ao Município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade*. Mesquita, Entorno, 2007.
- SILVA, Percival Tavares da. *Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB) 1974/1992*. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1994.
- SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade Estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2006.
- SOUZA, Herbert José de. *No fio da navalha*. Rio de Janeiro, Revan, 1996.
- TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- TUNG, Mao Tse. Atenção às condições de vida das massas e aos métodos de trabalho. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A Classe Operária e a Abertura*. São Paulo, Cerifa, 1983.
- VICENT, Gérard. “Ser comunista? Uma maneira de ser”. In: PROST, Antoine; VICENT, Gérard Vincent. (Orgs.) *História da Vida Privada: da Primeira Guerra aos nossos dias*. Vol. 5. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 398-427.
- VOLDMAN, Danièle. “Definições e usos”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 8ª ed., 2006, pp. 33-41.

ANEXO – Perfil dos entrevistados

Nome	Naturalidade/ nacionalidade	Ano de nascimento	Ocupação profissional/ social (anos 1960/1970)	Militante (anos 1960/1970)	Partido/ organização	Atual ocupação profissional/ social	Filiação partidária após a democratização
Alceu Mendonça Nogueira da Gama	MG	1949	Estudante universitário/ jornalista	Não		Jornalista, Consultor em Planejamento Estratégico, Comunicação e Marketing <input type="checkbox"/>	Não possui
Álvaro Lins Cavalcante Filho	CE	1949	Estudante universitário	Sim	AV	Consultor em Marketing Político	PT
Antonio de Neiva Moreira Neto	RJ	1949	Estudante universitário	Sim	AV	Dirigente político	PT
Célia Siqueira Pereira	MG	1933	Do lar	Sim	AV	Do lar	PCdoB
Constanzo Bruno	Itália	1942	Religioso	Não		Religioso	PT
Elio Cabral de Souza	GO	1943	Líder camponês, vendedor autônomo	Sim	Ligas Camponesas, PCdoB/ AV	Auditor fiscal aposentado da Secretaria de Fazenda de Goiás, Presidente da Associação dos Anistiados Políticos do Estado de Goiás.	PT
Felipe José Lindoso	AM	1949	Estudante universitário/ jornalista	Sim	PCB, AV	Consultor editorial	PT
Iracema Alves da Silva	PE	1949	Do lar	Não		Do lar	PT
Isaias Franco da Silva	PB	1944	Caminhoneiro	Não		Aposentado	PT
João Leal de Araújo	MA	1946	Gráfico/ metalúrgico	Sim	JOC	Assessor sindical	PT

João Pedro de Souza Neto	MS	1946	Estudante universitário/ dentista	Sim	MR-8, AV	Dentista aposentado	PT
José Soares Milheiros	MG	1943	Operário	Não		Corretor imobiliário	PT
Luiz Carlos Seara Appel	SC	1953	Designer gráfico	Não		Designer gráfico	
Luís Pimentel	BA	1953	Estudante universitário/ jornalista	Não		Jornalista, escritor, crítico musical	Não possui
Maria Fátima de Souza Silva	RJ	1953	Estudante secundarista/ professora	Sim	AV	Professora	PT
Rosa Voz	Bélgica	1949	Religiosa	Não		Religiosa	Não possui
Rosane de Albuquerque Costa	RJ	1960	Bancária	Sim	AV	Profesora universitária	PT
Stanley Calyl de Souza Bueno	RJ	1954	Estudante secundarista/ metalúrgico	Sim	AV	Asesor sindical	PT
Vilma Costa	RJ	1953	Estudante secundarista/ profesora	Sim	AV	Profesora universitária	PT
Walter Costa	RJ	1959	Estudante secundarista/ comerciário	Sim	AV	Médico	PT
Warley da Costa	RJ	1958	Estudante universitária	Sim	AV	Profesora universitária	PT
Washington da Costa	RJ	1956	Metalúrgico	Sim	AV	Engenheiro, professor	PT/PSOL
Werneck José dos Santos	RJ	1954	Ferrovário	Sim	AV	Ferrovário aposentado, estudante universitário	PT